



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

CLARA BEZERRIL CÂMARA

**O BEM COMUM, O PODER E A LIBERDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA
ANÁLISE DAS NOÇÕES DE POLÍTICA ENUNCIADAS NO JORNAL DA PARAÍBA E
NO CORREIO DA PARAÍBA NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010**

**JOÃO PESSOA
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

CLARA BEZERRIL CÂMARA

**O BEM COMUM, O PODER E A LIBERDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA
ANÁLISE DAS NOÇÕES DE POLÍTICA ENUNCIADAS NO JORNAL DA PARAÍBA E
NO CORREIO DA PARAÍBA NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010**

Dissertação apresentada à banca examinadora
como requisito para obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Culturas Midiáticas da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Pereira

**JOÃO PESSOA
2015**

C172b Câmara, Clara Bezerril.

O bem comum, o poder e a liberdade no discurso político: uma análise das noções de política enunciadas no Jornal da Paraíba e no Correio da Paraíba nas eleições estaduais de 2010 / Clara Bezerril Câmara.- João Pessoa, 2015.

116f.

Orientador: Wellington Pereira

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA

1. Comunicação. 2. Culturas midiáticas. 3. Jornalismo político. 4. Política - construção da realidade. 5. Cotidiano.

UFPB/BC

CDU: 007(043)

CLARA BEZERRIL CÂMARA

**O BEM COMUM, O PODER E A LIBERDADE NO DISCURSO POLÍTICO: UMA
ANÁLISE DAS NOÇÕES DE POLÍTICA ENUNCIADAS NO JORNAL DA PARAÍBA E
NO CORREIO DA PARAÍBA NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010**

Dissertação elaborada sob a orientação do Professor Dr. Wellington Pereira e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Wellington Pereira
(PPGC-UFPB – Orientador)

Professor Derval Golzio
(PPGC-UFPB – Examinador)

Professora Suelly Maux
(Decom-UFPB – Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Olha, seria muito injusto de minha parte, depois de tudo, não agradecer em primeiro lugar à minha mamãe. Ela, que desde sempre montou uma estrutura sofisticada para que não me faltasse nada nunca, e que esteve ao meu lado durante todo o processo desta dissertação, com conselhos, apoio e suas histórias. Todas essas páginas vão para ela, então. E, sempre que eu escrever mais, também vai ser sempre para ela.

Agradeço imensamente também aos meus irmãos, Tiago e Miha, que sempre acreditam que eu sou mais do que eu realmente sou. Obrigada pela ajuda, por manterem o clima sereno dentro de casa e estarem sempre a postos para tirar xerox, resolver pendências minhas e infinitos etc.

A Paulinho, sempre solícito, que me ajudou desde o momento em que fez minha inscrição no mestrado e seguiu me aconselhando, acalmando e animando para as próximas etapas.

Aos meus amigos do mestrado da UFPB, José Cícero, Jocélio, Kaline e Tássio. E também ao amigo que a UFPE me deu, Diego Amaral. Companheiros de desespero, de risadas, de trocas acadêmicas e de assuntos irrelevantes. Foi muito bom estar com vocês nessa caminhada e que nossos caminhos se cruzem em outros momentos.

À minha equipe nordestina/sudestina, que tanto me ajudou e me fez companhia na fase de escrita, que é conhecida pela tenebrosa solidão. Em especial, agradeço aos amigos Ramon e Carneto, pela acolhida no momento em que eu precisava de novos ares. À Vih e a TT-u, por fazerem parte do suporte da diversão. E, claro, ao querido Nunes, que não ajudou em nada, mas, né?

Agradeço também à amiga e companheira de alegrias e tristezas Fernanda Goulart, que, apesar de distante, nunca se fez ausente quando precisei. E precisei diversas vezes.

Ao amigo José Pereira, que sempre me incentivou e apoiou, com palavras e gestos.

Essas linhas também não seriam possíveis sem a ajuda essencial de Janaíne Aires. Minha quase mentora intelectual e guia espiritual. Agradeço demais toda a ajuda que ela me deu desde o início do mestrado, todas as parcerias que aceitou sem hesitar e todas as inúmeras revisões que se prestou a fazer, mesmo atarefada.

À Copa das copas, que tanta alegria e perplexidade me trouxe, e que embalou muitas tardes de escrita. Perdemos, mas foi ótimo.

À Capes, pelo suporte financeiro sem o qual nada teria sido possível.

E, finalmente, agradeço à força estranha que não me deixou desistir.

RESUMO

Considerando o jornalismo um exercício que, longe de refletir o “real”, auxilia na construção da realidade, esta dissertação procura apresentar como jornais paraibanos constroem a noção de política. Para isso, analisamos o jornalismo político paraibano em um contexto essencialmente vital para a área política: as eleições, especificamente as estaduais de 2010, na Paraíba. Com a ajuda da abordagem fenomenológica de Alfred Schutz, observamos que a cobertura política, por um lado, compreende bem a política que lhe serve de objeto de relato, mas também apresenta essa política como um objeto mais amplo do que aparenta ser. O jornalismo político voltado para as ações do Estado e para a interação de seus principais personagens é, então, apenas uma parte do que os jornais compreendem do que é a política. A outra parte, mais complexa e menos aparente, está relacionada com construções socioculturais que permeiam o contexto de produção jornalística. Por isso, para chegarmos à análise proposta, nos dedicamos a examinar os componentes dessas construções: a noção de política como foi interpretada por três autores – Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt –, a forma como o imaginário político de um local é permeado pelos aspectos socioculturais, as características do jornalismo político e as perspectivas teóricas que englobam o jornalismo em um sentido construtivista. A disposição desses assuntos se justifica por compreendermos que o jornalismo é conduzido a partir de técnicas e regras de produção de notícias, mas também está em constante interação com o meio em que é produzido. E ressignifica e reproduz os resultados dessas interações em seu conteúdo. Nesse sentido, utilizamos o arcabouço metodológico sustentado pela Análise do Discurso para captar e compreender como esses resultados se explicitam nas notícias e constroem noções próprias de política. Para o desenvolvimento deste trabalho foram coletadas, ao todo, 23 notícias, sendo 15 do Jornal da Paraíba e 8 do Correio da Paraíba. A coleta dessas matérias aconteceu no período de julho a novembro de 2010 e levou em consideração fatores como incidência de falas dos principais candidatos das eleições aqui analisadas e a pertinência dessas falas para a análise proposta. De posse de todas essas informações, apresentamos uma análise de quais os sentidos de política que os jornais paraibanos construíram ao longo desse período: o bem comum de Aristóteles, o poder de Weber e a liberdade de Arendt, cada um ocupando uma função específica nesses sentidos.

Palavras-chave: Jornalismo político. Política. Construção da realidade. Cotidiano.

ABSTRACT

Considering that journalism assists the construction of reality rather than reflect it, this thesis seeks to show how Newspapers from the state of Paraíba build the notion of politics. For this purpose, we analyze the Paraíba political journalism in an essentially vital context for politics: elections. Specifically the race for state governor in 2010. With the help of the phenomenological approach of Alfred Schutz, we observed that newspapers understand very well the subjects of their political coverage. But, also, these same papers present state politics as a broader object than it appears to be. The political journalism dedicated to the State's actions and the interaction of its main characters is therefore only a part of what the papers understand as politics. The other part, more complex and less apparent, is related to sociocultural constructions that permeate the journalistic production context. Therefore, to get to the proposed analyses, we were dedicated to examine the components of these sociocultural constructions: the notion of politics as interpreted by three authors - Aristotle, Max Weber and Hannah Arendt - how the political imaginary of a place is permeated by sociocultural aspects, the characteristics of political journalism and the theoretical perspectives that include journalism in a constructivist sense. The disposition of these subjects is justified by understanding that journalism is driven from technical and news production rules, but is also in a constant interaction with the environment in which it is produced as well as reframes and reproduces the results of these interactions on their content. In this sense, we use the methodological framework supported by Discourse Analysis to grasp and understand how these results are explained in the news and how they make their own notions of policy. To develop this study were collected in total, 23 stories, 15 from the “Jornal da Paraíba” and 8 from “Correio da Paraíba”. The gathering of these materials took place from July to November of 2010 and took into account factors such as incidence of speeches of leading candidates of the elections we analyze here and the relevance of these speeches for the proposed analysis. With the aforementioned information, we present an analysis of the meanings of politics built by the newspapers of Paraíba during this period: the common good of Aristotle, the power of Weber and the freedom of Arendt, each occupying a specific function in these senses.

Keywords: Political Journalism. Politics. Construction of reality. Everyday life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Política de defesa.....	100
Quadro 2 – Política de ataque.....	101
Quadro 3 – Elementos socioculturais presentes nas construções sobre a política paraibana..	102

LISTA DE SIGLAS

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
A PERCEPÇÃO DO FENÔMENO.....	16
RECORTES DO OBJETO.....	17
FERRAMENTA DE ANÁLISE.....	18
1 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO: SOBRE A POLÍTICA E O IMAGINÁRIO.....	22
1.1 REVISITANDO O CONCEITO DE POLÍTICA.....	22
1.1.1 Aristóteles e a procura pelo bem comum.....	23
1.1.2 Política e poder em Max Weber.....	26
1.1.3 Hannah Arendt e a política com liberdade.....	29
1.1.4 O lugar da política na contemporaneidade.....	32
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMAGINÁRIO.....	35
1.2.1 Construção do imaginário político.....	40
1.2.1.1 Imaginário político paraibano e marcas do passado: coronelismo, mandonismo e clientelismo.....	41
1.2.1.2 Imaginário político paraibano e os ecos recentes: a personalização da política.....	44
2 COMPREENDENDO O JORNALISMO POLÍTICO.....	47
2.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL.....	47
2.1.1 O papel da imprensa nas revoltas do Período Regencial.....	50
2.1.2 Período Vargas e a reestruturação da imprensa brasileira.....	51
2.1.3 Sobre a ditadura militar e o processo de redemocratização.....	54
2.2 O JORNALISMO COMO ATOR POLÍTICO.....	56
2.2.1 O jornalismo como defensor da democracia (?).....	58
2.2.1.1 O jornalismo político e sua centralidade nas eleições.....	61
2.3 O JORNALISMO PARAIBANO.....	65
2.3.1 O Jornal da Paraíba.....	67
2.3.2 O Correio da Paraíba.....	69
3 COTIDIANO, CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E NOTÍCIA.....	72
3.1 A FENOMENOLOGIA E O ESTUDO DO COTIDIANO.....	72
3.1.1 A contribuição de Schutz.....	73
3.1.2 O cotidiano e a realidade social.....	74
3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E A COMUNICAÇÃO.....	76
3.2.1 A notícia como construção da realidade.....	77
4 ANÁLISE: AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010 E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NOS JORNAIS PARAIBANOS.....	81
4.1 AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010: PERSONAGENS E TRAJETÓRIAS.....	81
4.2 A POLÍTICA INSCRITA NOS PERIÓDICOS PARAIBANOS.....	84
4.2.1 A liberdade versus a moralidade.....	84
4.2.2 O debate de ideias versus a disputa pessoal.....	90

4.2.2.1 A exaltação da moderna Ágora.....	93
4.2.3 A busca pelo poder versus a busca pelo bem comum.....	97
4.2.4 Quadros de referências dos discursos sobre a política.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	117

INTRODUÇÃO

O jornalismo político, como o próprio nome já sugere, é a categoria jornalística que se ocupa com a cobertura de fatos políticos. Obviedades à parte, esta caracterização esconde um ponto obscuro: o reconhecimento do que é política. Conceito largamente discutido, ao longo dos anos, a política não reconhece uma definição apenas, fechada e engessada. São distintas visões, opiniões que se opõem, e todas contribuem para retratar o que é a política.

O jornalismo político, apesar disso, trabalha com uma visão já pré-determinada do seu objeto de observação. É a política enquanto organização de Estado, envolvendo as ações e os personagens de seus três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. Esse entendimento, na prática, é responsável por facilitar a identificação do que é ou não notícia, já que antecipa para os jornalistas “o quê” e “quem” devem estar sob os holofotes da cobertura jornalística. Porém, essa compreensão restrita de política não se reflete por completo no que é repassado pelo jornalismo.

Isso significa que o próprio jornalismo político, embora tenha suas fronteiras bem delimitadas, compartilha outras compreensões do que é a política, que retratam conflitos de outras épocas, entendimentos construídos a partir de vivências de locais específicos, aspectos sociais, culturais e políticos que transformam o aparente, o simples, em algo multifacetado. E é justamente dessa possibilidade de ressignificação do que é política e do que ela representa que esta dissertação trata.

Nesse sentido, trabalhamos com a questão “como os jornais paraibanos enunciam a política?”, para compreender como o discurso jornalístico produzido na Paraíba constrói, destrói, reconstrói e engessa novas percepções sobre a política local. Sendo este nosso objetivo principal, utilizamos nossos objetivos específicos para embasar a discussão proposta. Dessa forma, observar a atuação do jornalismo político como ator político, assim como a relação do jornalismo paraibano com a política local e esclarecer a conexão entre a noção construtivista de jornalismo e o nosso objeto de estudo foram fundamentais para alcançar o intuito desta pesquisa.

A justificativa para este estudo está na importância em reconhecer e analisar essas caracterizações, para que se possa compreender a produção jornalística local, suas perspectivas de olhares e também limitações. Além disso, entendemos também o papel da mídia na construção da realidade. Retratados de forma fracionada, repletos de influências sociopolíticas, essas construções fundam novos parâmetros de entendimento e consolidam

antigos, dentro de uma sociedade. Isso porque os meios de comunicação, como os jornais aqui apresentados, são responsáveis por oferecerem “interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos” (HALL et al., 1993, p. 228).

Em relação à estrutura da dissertação, a primeira parte é dedicada à metodologia. Para explicar o processo metodológico que trilhamos, dividimos este momento em três partes: a parte inicial é destinada à necessidade de observação do objeto, com base nos preceitos fenomenológicos. Com esse intuito, utilizamos as ideias de Schutz apresentadas por Correia (2005) e Pereira (2007) a respeito da observação do cotidiano e sua relação com o estudo da comunicação.

A segunda parte discute os recortes realizados para a análise, como escolha dos jornais, das notícias e do período que estudamos. Procuramos revelar a importância de cada escolha que fizemos para o cumprimento dos nossos objetivos de pesquisa. E, por fim, a terceira parte demonstra o auxílio que encontramos na Análise do Discurso como ferramenta essencial da análise proposta. Nesse sentido, Bakhtin/Volochinov (1992;1997) contribuíram para o debate a respeito do discurso, do poder da palavra e dos sentidos da enunciação para a análise aqui proposta.

Depois de apresentar o percurso metodológico, o primeiro capítulo desta dissertação se debruça sobre a localização do nosso objeto de análise. Para isso, destrinchamos o conceito de política e discutimos a noção de imaginário. Primeiramente, trazemos a discussão de três autores sobre o conceito de política. São as ideias de Aristóteles (1985; 2004), Max Weber (1982) e Arendt (2006) que nos guiam para compreender mais sobre o fazer político, seus objetivos e sentidos. Nosso propósito, além de nos localizar em relação à amplitude do conceito, é fomentar uma reflexão em torno da atualidade dessas propostas, que se reorganizam em novas possibilidades de explicação nos dias de hoje.

Isso porque, seja a política como busca pelo bem comum, ideia que transita no pensamento de Aristóteles, ou a política fundamentada na batalha pelo poder, perseguida por Weber, ou ainda a noção de política centrada na liberdade e pluralidade, defendida por Arendt, todas essas percepções aparecem na concepção do que é a política hoje. Dessa forma, encontrar traços do pensamento desenvolvido por esses autores ainda hoje no que é tratado como política serve também para reforçar o caráter multifacetado deste conceito.

Para finalizar os debates em torno do conceito da política, propomos na sequência localizar a política na contemporaneidade. Seguindo as discussões feitas por Rubim (2001) e Lima (2006), mostramos que a política atual teve que passar por algumas remodelações, para acompanhar as mudanças causadas pelos avanços tecnológicos dos meios de comunicação, assim como satisfazer as novas demandas impulsionadas pela crescente imbricação da mídia com a política. No entanto, também mostramos que, apesar dessas remodelações, a política ainda resguarda feições próprias.

Juntamente com esse resgate, ainda no primeiro capítulo, propomos um debate em torno da noção de imaginário. Partimos da ideia de que as apropriações da noção de política feitas pelos jornais paraibanos são enriquecidas por características específicas do contexto político brasileiro e local. Essas características estão presentes na forma como a ideia de política é construída, vivenciada e retratada na Paraíba. Nesse sentido, é o resultado dessas construções que permeia o imaginário político local e, por isso, tornou-se importante discutir esse conceito, com as observações feitas por Castoriadis (1982), Maffesoli (2001) e Durand (1994).

Se o passado permeou o imaginário político paraibano com construções relacionadas ao coronelismo, mandonismo e clientelismo, contextos mais recentes trazem construções que centralizam o debate político em personagens específicos da política local. Assim, mostramos também, com as ideias defendidas por Lima (2006), como o protagonismo da mídia na sociedade acabou por reestruturar os debates políticos, o que foi igualmente absorvido pelo imaginário político e adaptado ao contexto local.

Na sequência, o segundo capítulo dedica-se totalmente a compreender o jornalismo político. Primeiramente, um breve histórico do jornalismo político no Brasil – que engloba o período pré e pós-independência, além da conturbada Era Vargas, do início de 1930 e a época da ditadura militar – é apresentado. Estes períodos acima relacionados, e que fazem parte do histórico que propomos, foram escolhidos pela relevância justamente na demarcação do papel que o jornalismo político brasileiro viria desempenhar. Mesmo sendo momentos de lutas intensas e de limitada liberdade, também foram momentos de resistência e tentativa de consolidação de uma imprensa forte e plural.

Depois, neste mesmo capítulo, apresentamos observações sobre o desempenho do jornalismo como ator político e sobre seu papel central na época de eleições, período que escolhemos para analisar os periódicos paraibanos. As compreensões de Albuquerque (2000),

Sartori (1994) e, novamente, Lima (2006) são imprescindíveis para a realização do debate, que é finalizado com as especificidades do jornalismo paraibano.

Após esses debates, no terceiro capítulo, está localizada a discussão sobre a relação entre o cotidiano, a realidade e a notícia. A construção do social pelo cotidiano é a primeira abordagem que fazemos sobre essa relação, destacando as características da vida cotidiana e como a noção de realidade recebe sua influência. Dessa forma, compreendemos exatamente onde nossa discussão está inserida: nos meandros do cotidiano que nos rodeia e que estão repletos de sentidos que, muitas vezes, deixamos passar despercebidos. Assim, encontramos nas considerações fenomenológicas de Husserl e Schutz a respeito do cotidiano as bases para discutir onde estão localizados esses sentidos de política que buscamos.

Isto posto, apresentamos a noção construtivista do jornalismo. De acordo com Alsina (2009), podemos caracterizar a notícia como sendo uma construção da realidade, feita a partir de concepções do “real” e que se mistura às concepções individuais de cada jornalista para formar uma versão de um fato. Sendo uma construção que leva em consideração aspectos de seu contexto e do contexto próprio daquele que a narra, a notícia vem carregada de significados que nos ajudam a compreender características sociais, culturais e políticas de um determinado lugar.

Essa se torna uma discussão fundamental para compreendermos como os sentidos do conceito de política são absorvidos, reestruturados e repassados pelos meios de comunicação. Nesse sentido, apoiamos nosso entendimento na compreensão de que cada um de nós constrói seu próprio mundo de referência, a partir de vivências, experiências e principalmente da interação com outros indivíduos. Da mesma forma, as informações contidas nos meios de comunicação são construídas a partir de mundos de referências específicos e se encontram com outros mundos, a partir de sua divulgação. A construção, portanto, é constante.

Dando sequência, o quarto e último capítulo é dedicado à análise dos periódicos Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba. Antes, no entanto, localizamos nosso objeto em relação ao contexto de análise: as eleições estaduais de 2010. Com esse intuito, apresentamos os principais personagens e suas trajetórias políticas no Estado da Paraíba, para que as considerações feitas na análise sejam compreendidas em sua totalidade.

Em seguida, apresentamos as considerações finais, com um levantamento dos aprendizados trazidos pela pesquisa que empreendemos, colocando de forma clara e concisa todas as relações que precisaram ser feitas para que chegássemos ao objetivo principal deste

trabalho: compreender quais foram os sentidos da política que permearam os jornais paraibanos nas eleições estaduais de 2010.

PERCURSO METODOLÓGICO

A PERCEPÇÃO DO FENÔMENO

Perceber o que está ao nosso redor, indo além do que está dado, configura-se como um dos grandes desafios para aqueles que se propõem a analisar os fenômenos sociais. Com um objeto tão multifacetado, a demanda por uma ferramenta que acompanhe sua complexidade é inevitável e, na falta de palavra mais adequada, obrigatória. Por isso, ao nos depararmos com a tarefa de analisar a construção de modelos de política idealizados pelos jornais paraibanos, pareceu-nos apropriado que uma abordagem flexível e global sobre o cotidiano fosse utilizada.

A fenomenologia, apesar de fugir de conceitos, pode ser caracterizada como uma ferramenta de análise do cotidiano. Respeitando seu objeto de observação, a fenomenologia sabe que amarras epistemológicas de pouco valem. Mutável, permeado de subjetividades e, consequentemente, complexo, o cotidiano tende a não admitir engessamentos. E a visão fenomenológica o acompanha bem.

Apesar das diferentes trilhas seguidas pelos fenomenólogos, temos nas considerações do sociólogo Alfred Schutz uma base sólida para as reflexões que propomos aqui. Schutz dedicou-se a compreender o cotidiano, as formas que moldam as nossas vivências e, nesse contexto, trabalhou com um conceito que nos serve de guia, o do mundo da vida. De forma resumida, o mundo da vida a que Schutz se refere é o mundo que nos é dado e que vai sendo permeado pelas nossas vivências, a partir de referências sociais e culturais específicas.

É o mundo intersubjetivo que já está aqui antes do nosso nascimento (PEREIRA, 2007) e, nesse sentido, é “um mundo de evidência e de significados comuns intersubjetivamente partilhados, sendo a comunicação que assegura a estruturação de contextos de significado objetivos que são tidos por independentes da experiência subjetiva dos agentes sociais” (CORREIA, 2005, p.106).

Percebe-se, então, que Schutz põe na comunicação um papel fundamental para a manutenção do mundo da vida. Se, de fato, as subjetividades são partes constituintes do nosso ser e não podem ser dispensadas da observação dos fenômenos, podemos pensar a comunicação como um importante instrumento para expor e compartilhar essas subjetividades e, além disso, objetivá-las. Sobre essa perspectiva de comunicação schutziana, Correia (2005, p.105) explica:

Um dos elementos fundamentais da obra de Schutz será a atenção à comunicação enquanto coordenação de duas correntes de ação através de meios simbólicos. Schutz sustenta a concepção segundo a qual a constituição das relações sociais exige a transformação da experiência interior através do médium espaçotemporal da linguagem e da construção de uma realidade “objetivada” que é qualitativamente diferente da experiência subjetiva.

A teoria da comunicação de Schutz perpassa, dessa forma, sobre o campo da tradução de sensações, sentimentos, experiências e crenças, tudo que se resguarda nas profundezas do indivíduo e que pode ser transmitido para o próximo, a fim de compor o mosaico de conhecimento que é cultivado por cada um de nós. Compreender a noção fenomenológica aplicada às análises de comunicação tornou-se imprescindível para trabalharmos com o jornalismo, pois nos fez observar nosso objeto de estudo com a cautela necessária para entendê-lo em sua completude. Afinal, se a comunicação em si carrega a tarefa de partilhar vivências, mundos subjetivos, o jornalismo também pode reivindicar esse mérito.

Sobre o jornalismo recai a responsabilidade de compartilhar visões de mundo, não com a pretensa ambição de serem as únicas, ou reconhecidas como mais importantes do que outras, mas consciente de que propõe visões que vão se juntar a tantas outras, igualmente fundamentais, e que juntas formam um caleidoscópio sociocultural repleto de distintas partes da realidade, todas igualmente e inequivocamente reais.

Se, assim como Alsina (2009, p.299), apreendermos uma notícia como a “representação social da realidade quotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”, compreendemos exatamente a contribuição da fenomenologia para o encaminhamento desta pesquisa: cada notícia escolhida e intensamente analisada contava uma história, com características específicas, mas que não se encerrava em si. Cada notícia, com sua visão da história, contribuiu para formar o todo que foi nosso objeto de estudo. E esse todo, sabemos, também é apenas uma parte.

RECORTES DO OBJETO

Para desenvolver esta pesquisa foi utilizada uma análise qualitativa das informações transmitidas durante um período bem delimitado, entre julho de 2010 e novembro de 2010, período que marcou a preparação para as eleições estaduais e o seu término. Para a análise, restringimos a coleta de matérias veiculadas nos cadernos de política dos dois principais jornais do Estado da Paraíba. Dessa forma, pertencente ao Sistema Paraíba, avaliamos as

matérias veiculadas no Jornal da Paraíba, e, do Sistema Correio, levantamos as matérias do jornal Correio da Paraíba.

De cada jornal, foram selecionadas um número diferente de matérias, sendo 15 do Jornal da Paraíba e 8 do Correio da Paraíba. Essa diferença se explica pela quantidade de matérias, apresentadas em cada periódico, que se encaixavam nos nossos critérios. Primeiramente, selecionamos matérias que contivessem a fala de um dos dois candidatos principais das eleições de 2010, José Maranhão e Ricardo Coutinho. Na sequência, dessas matérias, foram levadas em consideração na análise apenas as que faziam referência ao tema que tratamos aqui. Com isso, pudemos analisar as matérias em que os candidatos se pronunciavam a respeito de suas concepções de política e faziam críticas às práticas políticas que julgavam pecaminosas, ou seja, matérias que construía os sentidos da política para cada um deles.

Isso posto, esclarecemos também o porquê de analisarmos especificamente o período eleitoral de 2010 e sua importância e complexidade para o tema aqui debatido. Em primeiro lugar, destacamos que o período analisado foi o acima descrito por entendermos que as disputas eleitorais representam uma parte importante da política, em sociedades democráticas, expondo o acirramento dos debates entre os políticos e suas propostas, além de mostrar aos cidadãos que o jogo político depende, primordialmente, de sua participação. Nesse sentido, tornou-se claro que, se nossa intenção se debruçava em verificar de perto as nuances do conceito de política e como os meios de comunicação paraibanos constroem suas próprias noções de política, nada mais natural do que recorrer ao período em que a arena política se posta no centro das atenções.

Pensando nisso, em como as eleições, de certa forma, transformam-se na própria política, que escolhemos as eleições estaduais de 2010 para protagonizar nossa análise: recente e permeada pelas intrigas locais, o pleito reuniu os predicados que desejávamos. Restou-nos verificar como tudo isso era repassado pelos jornais, já que, como a própria política em tempos de eleição, o jornalismo político também reconhece uma certa remodelação de suas características para apresentar as disputas eleitorais.

FERRAMENTA DE ANÁLISE

Esclarecida a escolha do período e como foi feita a seleção de notícias analisadas, podemos tratar da ferramenta que utilizamos nesta pesquisa. Para nos auxiliar na análise das

notícias, então, recorreu-se à Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD). Essa vertente de análise foi crucial para atingirmos nossos objetivos porque, além dos elementos textuais evidentes, também leva em consideração os contextos em que as mensagens são produzidas. Assim sendo, de acordo com as concepções da AD:

O uso da linguagem exige de seus usuários um saber linguístico e também um saber que é exterior à língua que envolve aspectos históricos-ideológicos-sociais, saberes adquiridos quer pela prática cotidiana, quer pela escolarização, saberes que o analista deve apreender em seus estudos (BRANDÃO, 2012, p. 21).

Como pode-se perceber, os adeptos da AD compreendem a importância dos fatores externos ao discurso para a sua construção e também para a sua análise e defendem que é apenas levando em consideração esses fatores externos que podemos compreender a totalidade dos discursos. Destacamos que, por discurso, compreendemos a fala especificamente localizada de um indivíduo igualmente localizado. Essa concepção, é importante que se esclareça, não se restringe à oralidade. Fala, aqui, está apontando para as formulações feitas por um indivíduo com objetivos de comunicação, seja ela oral ou escrita.

Nesse sentido, a localização de uma fala é crucial para que se compreenda seu sentido, sua intenção e a forma como foi apresentada, isso porque o discurso não pode ser visto como algo pré-dado, uma construção engessada e repassada sem alterações. Vivemos rodeados por discursos que preferimos e nos são proferidos, continuamente sendo modificados pela ação individual. Essas questões merecem destaque porque reforçam a ideia de que, ao analisar o discurso, como estamos fazendo aqui, não podemos vê-lo como um “objeto ‘verbal’ autônomo, mas como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (DIJK, 2010, p. 12).

Da mesma forma, o discurso jornalístico também necessita dessa localização para ser plenamente compreendido. Antes mesmo de narrar os fatos que vão estampar as capas de jornais, por exemplo, o jornalismo considera aqueles que são mais relevantes de serem destacados. Essa relevância, ditada pelos padrões de critério de produção de notícias, envolve o tempo da ação e os personagens que a protagonizaram (PENA, 2013), dentre outros indicativos, o que nos mostra a necessidade que o discurso jornalístico tem de localizar suas narrativas e seus personagens em um tempo e um espaço específicos, que, por sua vez, também são marcados por características próprias.

Por isso, ao nos depararmos com notícias passadas, de um tempo diferente daquele em que as estamos lendo, é imprescindível que reconheçamos essas marcas de contextualização que acompanham qualquer discurso. Assim, pondo em prática essa consideração básica, formulamos, antes da apresentação da análise, uma contextualização que promove um verdadeiro mergulho na história política recente e também na produção de notícias da Paraíba. Só assim, acreditamos, poderíamos construir as bases requisitadas pela AD para refletir sobre o papel do discurso jornalístico na construção de um “modelo” de política no referido Estado.

Esse caráter reflexivo e que dialoga com distintos aspectos do texto e de seu contexto, que encontramos na AD, recebe influências do trabalho desenvolvido pelo linguista russo Mikhail Bakhtin. Ele, no entanto, estabelece outros parâmetros de análise que são igualmente relevantes, como a historicidade e o dialogismo. Essas noções, como veremos adiante, estabelecem pontos de apoio imprescindíveis para se compreender um texto e ampliam ainda mais as perspectivas encontradas na AD.

Ao contrário do que poderíamos pensar, levar em consideração a historicidade de um texto não está relacionado com o levantamento dos aspectos socioculturais que acompanharam sua produção. A relevância do contexto já está amparada pelos pressupostos da AD, como foi exposto acima. O que Bakhtin propõe ao tratar de historicidade está além desse processo, e se relaciona com o sentido que pode ser apreendido na relação dialética com outros textos. Como bem resume Fiorin (2012, p.64), “a historicidade não são fatos externos ao sentido, é o sentido mesmo, na sua constituição dialética, que é histórico e que uma teoria do discurso deve apreender”. Em outras palavras, é a capacidade que devemos desenvolver, ao analisar discursos, de confrontá-lo com outros discursos, para adquirir seu sentido.

E é nesse confronto que a noção de dialogismo, tão cara para o pensamento bakhtiniano, repousa. Isso significa que, para Bakhtin, os discursos dialogam entre si e, conseqüentemente, refletem-se em novos discursos. No momento em que profiro um discurso, por mais simples e conciso que seja, ele irá resguardar marcas de outros discursos, que me influenciaram em certa medida e moldaram o que viria a ser o meu próprio discurso.

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal (BAKHTIN, 1997, p.316).

Com essas indicações, portanto, foi possível analisar as nuances inscritas nas notícias

em relação ao modo como a política é enunciada em cada um dos jornais, já que fica clara a importância dada não apenas ao contexto em que os discursos são produzidos, mas também ao caráter protagonístico do historicismo e do dialogismo. Todas essas considerações funcionam como um aviso de atenção para outro elemento igualmente fundamental nas análises de discursos: a palavra. Afinal, é ela que se revela como nosso ponto de partida para compreendermos a inserção e a relevância dos discursos aqui analisados para a construção da ideia de política explicitada pelos jornais paraibanos.

Dessa forma, em relação à palavra, Bakhtin/Volochinov (1992) destacam sua qualidade de, enquanto signo ideológico por excelência, ser o material mais adequado para orientar nossos debates, através da análise de discursos. Sua possibilidade de permear diferentes discursos, assumindo diversas facetas, de acordo com o meio ideológico em que se encontra, faz com que a palavra se coloque como intermediador da relação entre o interno e o externo, nos indivíduos. Elas são, de acordo com os autores, o indicador mais sensível de todas as transformações que acontecem na sociedade.

Isso porque a palavra, segundo a concepção de Bakhtin/Volochinov, é neutra. Ela não pode ser vista como escrava de si mesmo, porque não se reveste previamente dos valores e juízos de valor que apontamos para elas. Ao contrário, ela nasce pura e seus usos são flexíveis e variados. Até mesmo as palavras que tradicionalmente relacionamos com valorações têm seus sentidos construídos a partir do uso e de nossas intenções.

A emoção, o juízo de valor, a expressão são coisas alheias à palavra dentro da língua, e só nascem graças ao processo de sua utilização ativa no enunciado concreto. A significação da palavra, por si só (quando não está relacionada com a realidade), como já dissemos, é extra-emocional (BAKHTIN, 1997, p. 311)

Vital também no jornalismo, a palavra, sob essa perspectiva, pode ser vista como o transporte ideal para concepções de mundo. Especificamente na cobertura política eleitoral, o jornalismo acopla a si mais uma função, que é a de arena de disputas político-partidárias, ou seja, deixa em evidência seu caráter de painel de visões – crucial para acompanharmos a construção do modelo de política enunciado pelos jornais paraibanos, nosso principal objetivo.

1 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO: SOBRE A POLÍTICA E O IMAGINÁRIO

1.1 REVISITANDO O CONCEITO DE POLÍTICA

O termo “política”, hoje em dia, faz referência a uma diversidade considerável de situações. Fazer política, ser político (a), ter uma posição politicamente correta, todas essas são expressões ouvidas com frequência no dia a dia e que não esgotam os sentidos do termo. Apesar de nossa proposta de trabalho se debruçar, em certo nível, em delineações próprias da política em periódicos paraibanos, sentimos necessidade de revisar esse conceito tão complexo, na tentativa de iluminar os caminhos que estamos prestes a trilhar.

Para isso, revisitamos o conceito de política de três autores diferentes, Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt, com o intuito de ampliar o debate em torno desta noção. Além disso, as distintas conceituações que apresentaremos também nos guiarão na análise dos jornais, proposta no capítulo final desta dissertação. Isso significa que as ideias sobre política desenvolvidas por Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt, diferentes em conteúdo e contexto, ainda são fortes e relevantes o bastante para encontrarem paralelos nos discursos atuais.

O primeiro desta lista, portanto, é Aristóteles. Filósofo grego da Antiguidade Clássica, Aristóteles dedicou muito do seu pensamento à análise do que seria a política e quais bens traria para a vida em comunidade. Debruçamo-nos sobre duas de suas obras, “Política” e “Ética a Nicômaco”, nas quais ele se ocupou em explicar alguns aspectos desse conceito que vão ser úteis para serem confrontados com os pensamentos de Max Weber e de Hannah Arendt, outros dois pensadores cujas análises vão nos guiar.

No entanto, é preciso, antes de tudo, enfatizar que esses três pensamentos foram produzidos em períodos muito distintos e com particularidades que, em diferentes medidas, influenciaram o desenvolvimento desses trabalhos. Nossa intenção, portanto, não é confrontá-los para fazer supor que há uma ideia que deve se sobrepor à outra. O que queremos é simplesmente mostrar que o conceito de política, além de abrangente, abarca noções contrárias, a depender daquele que a analisa. Por isso, ao final dessa exposição, pretendemos ter esclarecido um pouco o conceito de política, mas conscientes de que estivemos longe de tê-lo esvaziado. Afinal, as questões em torno desse debate apenas se multiplicam, na medida em que são exploradas.

1.1.1 Aristóteles e a procura pelo bem comum

Podemos iniciar as explicações em relação ao conceito de política desenvolvido por Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C) pela ideia de que a cidade, ou comunidade política, tem um valor fundamental para a compreensão da natureza política do homem. Em seu pensamento, isso acontece porque o homem é “por natureza um animal social” (ARISTÓTELES, 1985, p.1253a) e sua existência apenas é completa quando em complementaridade com a de outros homens, em busca de um bem comum. A ideia de política, então, para ele, está intimamente ligada às coisas da cidade.

Dessa forma, é preciso compreender que a ideia de política desenvolvida por Aristóteles é essencialmente ligada ao ato natural que é a relação entre homem e a cidade. E, quando falamos em “natural”, queremos ressaltar o caráter dado, pré-determinado que o filósofo enxerga nessa relação. De acordo com Tierno (2008, p.31):

Na política aristotélica, a *pólis*, o homem e a relação entre ambos vêm determinados pela natureza, em uma série de proposições profundamente enraizadas numa concepção naturalista da vida política e social. Consequentemente, a maneira com que são usados termos tais como “natureza”, “*pólis*” e “animal político” na teoria política de Aristóteles pressupõe a sua filosofia da natureza.

Se a política, para ele, reflete essa naturalidade, de condição para a vida em sociedade, a cidade não poderia deixar de ser o seu foco. Por isso, Aristóteles se dedica à política e a investigar qual seria a melhor forma de governar uma cidade e como os cidadãos deveriam participar dessa gerência. “Evidentemente a melhor forma de governo é aquela em que qualquer pessoa, seja ela quem for, pode agir melhor e viver feliz” (ARISTÓTELES, 1985, p.1324a), afirma o filósofo, aludindo à busca pela felicidade como sendo o grande objetivo da política e, consequentemente, da organização dos homens em sociedade.

Essas concepções, como lembrado acima, foram feitas há mais de dois mil anos, com uma mentalidade que antecede, em muito, o cristianismo, por exemplo. Era uma forma de pensar que muito tinha a ver com o contexto da época e, apesar de conter noções que hoje não encontram mais respaldo na nossa sociedade – como o lugar dos escravos e sua falta de voz, assim como a visão de incapacidade em relação às mulheres – as ideias aristotélicas envolvendo a vida em sociedade e seu organizador, a política, são festejadas por diferentes autores até hoje. Um dos que vamos tratar aqui, inclusive, é um exemplo da importância que

lhe é atribuída. Como veremos adiante, Hannah Arendt reconhece o ambiente da Antiguidade grega como o ideal para se falar de política.

Isso porque nesse contexto, que foi o de Aristóteles, as concepções de relação entre homem e sociedade eram diferentes em um sentido amplo, que envolve perceber que a organização societária era outra, que os sentidos que se dava à liberdade, ao trabalho e à participação política também eram distintos. A própria noção de cidade era completamente diferente da que conhecemos hoje. A *pólis*, no mundo grego antigo, significava, como ilustra Bazzanella et al (2011, p.67):

O espaço onde os cidadãos discutiam as questões de interesse comum, qualificando e conferindo finalidade a suas vidas a partir da defesa dos interesses públicos na manutenção da ordem, da harmonia, do princípio de isonomia, condições necessárias para realização de uma vida plena, bem vivida em seu âmbito público.

Essa relação, como vimos, era natural. Era assim que se concebia o papel da cidade e da participação de seus cidadãos, sem que houvesse espaço para questionamentos do tipo “e se fizessemos de forma diferente?”, como provavelmente teríamos hoje. Enquanto ser social e político, era dessa maneira que o homem deveria se envolver com as coisas da cidade e a preocupação que deveria guiar seu espírito, para que tudo fluísse como deveria ser, era justamente a busca pelo bem comum.

As preocupações de Aristóteles em relação ao bem estar do indivíduo é o que podemos identificar como sendo o cerne da sua questão política. Isso porque se é na vida em comunidade – estrutura essencialmente política – na busca pelo bem comum, o que deve guiar os homens é a ânsia pela felicidade. Para ele, é com a procura por esse bem que a ciência política se ocupa. Nesse sentido, afirma:

Visto que a ciência política utiliza as demais ciências e, ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre o que devemos nos abster, a finalidade dessa ciência deve necessariamente abranger a finalidade das outras, de maneira que essa finalidade deverá ser o bem humano (ARISTÓTELES, 2004, p.18).

A questão, então, é precisar o caráter desse bem ou felicidade: se é uma ideia ligada ao prazer, à honra ou à virtude. O que o pensador exalta é que o bem a que se refere está acima de quaisquer sentimentos fugazes, ou seja, a política não estaria relacionada à busca da honra por uma satisfação pontual do ser humano, nem à busca por riqueza, que por si só já se revela como um contentamento superficial e efêmero. Ao contrário, a política estaria vinculada a um

exercício cujos objetivos estão muito além do que poderia ser identificado como uma necessidade rasa do ser humano.

A noção de que a política refuta a glória efêmera não é encontrada apenas em Aristóteles, ela fazia parte do entendimento do período em que o filósofo viveu e permeou o fazer político na *pólis* e na *civitas*. Participar da política, nessa época, implicava em escrever o nome no muro da eternidade, fazer parte da esfera pública – conceito que discutiremos com detalhes mais adiante, mas que podemos deixar aqui esclarecido como o espaço em que se discutia a política na Antiguidade – significava abraçar a noção de imortalidade. Como pontua Neto (2008, p.130), “na *pólis* os homens se põem em luta, através de feitos e palavras, por algo que confira para sua existência singular, para sua mortalidade sempre individual e também para o mundo humano algum vestígio de imortalidade”.

Essa noção está muito presente na ideia de política discutida nas obras de Aristóteles, ou seja, de que o sentido da imortalidade presente no fazer político estava relacionado à possibilidade – e também à necessidade – que o cidadão tinha de tornar a sua existência legitimamente reconhecida no presente e no futuro. E essa legitimidade recaía justamente em ações que buscassem o bem coletivo, a felicidade da maioria dos cidadãos.

Isso não significa, no entanto, que o fazer político, a busca pelo bem comum em sociedade, não tivesse que levar em consideração preceitos fundamentais para que seu desempenho fosse satisfatório. Nesse sentido, a política aristotélica é vitalmente norteadas por princípios morais. Isso significa dizer não apenas que para Aristóteles a moral deve ser uma virtude perseguida pelos cidadãos do Estado, mas também que, para que esse Estado seja virtuoso moralmente, ele depende do comprometimento dos cidadãos para com a moral. Em outras palavras:

A ética aristotélica é social, e a sua política é ética. Elas estão completamente relacionadas, uma vez que na ética o homem individual é essencialmente membro da sociedade e, na política, a virtude social do Estado é a medida da virtude de seus cidadãos. A tarefa da ética consiste em estabelecer critérios para uma vida ordenada dentro de uma sociedade, fundamentando esses critérios a partir dos fatos da vida, a partir da experiência. A ética e a política possuem uma vinculação com o *éthos*, e a ética tem a sua particularidade na ação e não somente no conhecimento, pois a sua finalidade é o próprio agir ético do homem em sociedade (SILVEIRA, 2001, p.10).

Dessa forma, pode-se pensar de que forma essa virtude moral é cultivada, para ser colocada em prática na vida individual e, conseqüentemente, na vida em sociedade. Sobre isso, as ideias de Aristóteles giram em torno da vivência, da capacidade que o indivíduo tem de aprender a partir de sua experiência. Ou seja, “é na vida prática, concreta, contingente, que

observamos o problema moral, e não fora dela” (SILVEIRA, 2001, p.10). Com essa questão esclarecida, é possível, então, elucidarmos a noção política aristotélica em torno da felicidade. Se o objetivo de sua política é a felicidade, isso é possível a partir do momento que se age com virtude, agindo de acordo com a moral. Em conjunto, essas ações virtuosas terão a força necessária para compor um governo igualmente virtuoso.

1.1.2 Política e poder em Max Weber

Muito tempo se passou até que, no século XIX, Max Weber (1864-1920) pudesse dar uma outra perspectiva à análise da política. Em uma vertente sociológica, Weber se empenhou em demonstrar que, diferente do que Aristóteles pensava, o que guia a política é o poder. Em outras palavras, para ele, a política é uma atividade intimamente ligada ao poder e os indivíduos que se envolvem com ela têm como objetivo último obter poder.

Então, tendo em vista que o poder ocupa um papel central na concepção política de Max Weber, se nos ativermos por um momento ao próprio conceito de poder, podemos compreender mais claramente o que o sociólogo alemão propunha. De acordo com a definição feita por Stoppino (1998) no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, o poder, enquanto fenômeno social, deve ser entendido não como uma coisa que se possui, mas como uma relação entre pessoas e, além disso, precisa ser localizado dentro do que o autor chama de “esferas do poder”.

Como fenômeno social, o Poder é portanto uma relação entre os homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica. Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. (STOPPINO, 1998, p.934)

Essa esfera de atividade, ou esfera de poder, pode ser econômica, profissional, pessoal – como é o caso do poder exercidos pelos pais sobre os filhos – e, dentre diversas outras possibilidades, poder ser também política. E é justamente por se entrelaçar com a política que a noção de poder é imprescindível ao estudo dessa área e ocupa tanto espaço nas observações feitas por filósofos e cientistas políticos. O próprio Weber, por exemplo, foi um dos que tornaram impossível a dissociação desses dois conceitos.

É neste entrelaçamento de política e poder que Weber enxerga o papel do Estado, como instituição que detém a legitimidade do uso da força para persuadir seus cidadãos aos

seus mandos. No entanto, apesar de o sociólogo alemão exaltar que o Estado “é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima)” (WEBER, 1982, p.98-99), não é apenas no uso da força que o Estado repousa seu poder. Ao contrário, a violência é apenas uma das forças de dominação que ele possui, e a única que lhe é de uso exclusivo.

Nesse sentido, Weber distingue outras três formas legítimas de poder, que explicam o porquê de os homens se submeterem ao poder do Estado, para além da possibilidade do uso da força. A primeira das forças de poder, o poder legal, encontra sua legitimidade no aparato jurídico do Estado, ou seja, nas leis. Seguindo os pressupostos do poder legal, é através das leis que a relação de mando e obediência se concretiza, já que há “a crença na legitimidade de ordenamentos jurídicos que definem expressamente a função do detentor do Poder” (STOPPINO, 1998, p. 940). Nas palavras do próprio Weber (1982, p.99), o poder legal se apresenta quando:

(...) há o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fê na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham.

A segunda forma de poder recai sobre a tradição e a crença de que o poder em questão precede a própria existência, é dado e não admite espaços para questionamentos. É o poder da tradição que observamos em relações de mando do tipo patriarcal, já que os que obedecem têm uma ligação com aquele que manda e reconhecem sua autoridade prévia, sem que qualquer atestado legal lhe seja apresentado. Assim, podemos inferir que, nesse caso, “a fonte do Poder é a tradição que impõe vínculos aos próprios conteúdos das ordens que o senhor comunica aos súditos” (STOPPINO, 1998, p. 940).

A terceira tipologia é o poder carismático, legitimado por ligações afetivas entre aquele que manda e os que obedecem. Como o próprio nome sugere, esse poder pressupõe o carisma do líder, que conquista súditos a partir dos valores que compartilha ou até mesmo atos heroicos que pratica. O poder carismático, ao contrário do poder tradicional, não tem espaço para a influência de predeterminações, isso porque é o caráter do que é novo, da ligação que é consolidada na efemeridade dos sentidos, que molda esse poder. Como resume Maliska (2006, p.23):

Weber entende por carisma a qualidade insólita de uma pessoa que parece dar provas de um poder sobrenatural, sobre-humano ou pelo menos desusado, de sorte que ela aparece como um ser providencial, exemplar, ou fora do comum e, por essa razão, agrupa em torno de si discípulos ou partidários.

Estas formas de dominação, no entanto, são tipos puros, não sendo encontradas de forma isolada ou em sua essência na sociedade. Elas são, portanto, encontradas em relação umas com as outras. E é também por se combinarem entre si que os tipos de dominação se adaptam aos tempos diversos e às novas roupagens do exercício político. Essa capacidade de transformação e adaptação é a razão pela qual as formas de dominação, ou o poder, ocupam uma posição de destaque no pensamento weberiano. Por isso, o sociólogo alemão é categórico em afirmar que “quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como ‘poder pelo poder’, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder” (WEBER, 1982, p. 98).

É neste sentido também que Weber (2004) trabalha com o conceito de patrimonialismo como uma forma de dominação. Caracterizada pelo uso pessoal do que é público, esta forma de dominação encontra uma predominância natural no exercício político. Ou seja, esta dominação apresenta um caráter essencialmente político, já que aqueles que recorrem a ele tendem a tratar como patrimônio restrito a um grupo, como, por exemplo, uma família, aquilo que é de posse do povo. Esta dominação, de acordo com o autor, está consensualmente legitimada, o que significa que aqueles sobre os quais se mantém a dominação patrimonial estão de acordo com ela.

Em regra, porém, o senhor matrimonial político está unido com os dominados numa comunidade consensual, a qual existe também independentemente de um poder militar patrimonial autônomo e se baseia na convicção de que o poder senhorial *tradicionalmente* exercido seja o direito legítimo do senhor. A uma pessoa neste sentido “legitimamente” dominada por um príncipe patrimonial queremos chamar aqui de “súdito político” (WEBER, 2004, p.246).

Apesar de consensual, as relações patrimonialistas representam os interesses de apenas uma das partes. Esse desequilíbrio, no entanto, não representava uma questão para Weber, já que reforçava seu pensamento de que o sentido da política estava em obter poder. Os patrimonialistas, portanto, ao tomarem para si o que pertence à coletividade, estão buscando fundamentalmente angariar poder para o pleno exercício da política.

Pensar o patrimonialismo como uma dominação do poder político foi uma das grandes contribuições de Weber, que posteriormente foi reinterpretada e adaptada a outras realidades. Dos principados que primeiro originaram as suas considerações, o conceito de

patrimonialismo passou a caracterizar arranjos cada vez mais atuais e contextos próximos ao nosso, como pode ser visto na clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. De acordo com o autor:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático [...] (HOLANDA, 1969, p.105-6).

Não iremos, no entanto, debruçar-nos sobre as diversas apropriações que o conceito desenvolvido por Weber conheceu ao longo dos anos e diferentes contextos. Para este momento apenas nos interessa fixar que o patrimonialismo analisado por Weber traduz bem que o sentido da política para ele estava em obter – e deter – o poder. Ao agir de forma patrimonialista, um príncipe, por exemplo, via-se diante de uma possibilidade de usar o patrimônio que não lhe pertencia para angariar forças e perpetuar seu poder. Dessa forma, o poder, na política weberiana, traduz-se como seu fim e seu meio.

Esta afirmação nos leva à terceira proposta de conceituação da política, descrita por Hannah Arendt e completamente oposta à apresentada por Weber. Se Weber testemunhou muitas mudanças no mundo no final do século XIX para o início do século XX, período em que viveu e produziu seus escritos, inclusive uma grande guerra no final de sua vida, Hannah Arendt assistiu aos desdobramentos dessas mudanças e sofreu na pele o horror das duas grandes guerras que assolaram a Europa no que Hobsbawm (1994) chamou de breve século XX. E essa trajetória de vida influenciou diretamente seu pensamento, como veremos no próximo tópico.

1.1.3 Hannah Arendt e a política com liberdade

Para Hannah Arendt (1906-1975) o sentido da política repousa na liberdade. E não é difícil compreender por que seu pensamento caminha por esses rumos, já que ela, alemã de origem judia, observou de perto a privação de liberdade e brutalidade ao qual seu povo foi

submetido durante a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, Arendt enxerga com clareza que “para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade” (ARENDT, 2006, p. 38)

Essa importância que recai sobre a liberdade, no pensamento arendtiano, também pode ser identificada como sendo outra aproximação com as ideias políticas desenvolvidas na Antiguidade, perspectiva que veremos com detalhes adiante. Era a liberdade entre iguais – e por “iguais”, aqui, devemos entender os cidadãos, os que tinham os direitos políticos para tal, na época – que dava suporte ao bom funcionamento dos debates políticos e, conseqüentemente, ao bom funcionamento da sociedade.

Em um artigo sobre o sentido da política em Hannah Arendt, Torres (2007) ressalta justamente como o pensamento grego antigo serve de base para Arendt pensar a política de seu tempo e como a liberdade é uma peça fundamental nesse jogo. De acordo com a autora:

Liberdade entre iguais foi justamente no que se baseou a *pólis* grega, pois diferentemente do âmbito doméstico onde reinava o despotismo e a desigualdade, do espaço privado destinado à satisfação das necessidades da vida, onde era justificada a violência e natural o domínio de uns sobre outros, do pai sobre esposa, filhos e escravos, a *pólis* surge como um espaço onde a distinção entre governantes e governados não fazia sentido, onde todos aqueles que igualmente obtiveram libertação das necessidades vitais podiam tornar-se livres, podiam participar e construir um mundo comum através de feitos e palavras (TORRES, 2007, p.238).

Com essa perspectiva, Arendt quis dizer que a liberdade, na Antiguidade, apresentava um sentido diferente do que hoje empregamos. A liberdade, à época, era um fator de pré-requisito para a participação na *pólis*, porque sem ela não se era considerado cidadão e, conseqüentemente, não se poderia participar dos debates propostos. Ser livre era poder viver na *pólis* em sua plenitude, ou seja, como cidadão participante. Então, apesar de resgatar da Antiguidade a liberdade como peça central do seu pensamento político, o sentido a que ela se referia era distinto, mas a relação entre política e liberdade permaneceria fundamental e intacta.

A relação entre política e liberdade, em outras palavras, também é entendida nos tempos modernos de modo a ser a política um meio e a liberdade seu objetivo mais elevado; portanto, a relação em si não mudou, embora o conteúdo e a extensão da liberdade se tenham modificado de forma bastante extraordinária (ARENDT, 2006, p.75).

Pode-se afirmar, então, que Arendt reconhece que o entendimento de liberdade na Grécia Antiga era diferente do de sua época, mas, igualmente como visto na Antiguidade, supõe que a liberdade precisava existir para que a política pudesse ser praticada. Por isso, a filósofa alemã destaca que “política e liberdade são idênticas e sempre onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido” (ARENDT, 2006, p.60). A liberdade no pensamento arendtiano, então, é fator imprescindível para que a política exista.

Outro ponto de ligação entre as ideias políticas de Arendt e a Antiguidade é o seu interesse pela esfera pública. Isso fica claro quando Arendt trata da esfera pública como sendo o espaço essencial da política e a descreve com características e objetivos muito próximos dos que eram percebidos no fazer político da *polis* e das *civitas*. Nesse espaço, observa ela, os cidadãos procurariam dialogar a respeito das mudanças possíveis para a sociedade, em benefício de todos.

A principal característica da esfera pública é a aparência, um palco dotado de audiência ampliada, onde os cidadãos podem agir (atores) e assistir (espectadores) em conjunto, ação caracterizada pela capacidade de se iniciar novas coisas (natalidade) e modificar o mundo. (CARDOSO JÚNIOR, 2007, p. 49)

A esfera pública¹ arendtiana, então, se confunde com a própria esfera política. Mas, enquanto na Antiguidade os homens participavam da esfera pública por buscarem glórias que perdurassem além da vida, com a chegada da modernidade tudo se modificou. Isso porque foi a partir da modernidade que o homem deixou de buscar a glória eterna e passou a se preocupar com uma satisfação efêmera, ligada ao consumo. Apesar de o conceito de esfera pública ser importante para a compreensão do pensamento arendtiano, não vamos nos aprofundar nele neste trabalho. O crucial para ser absorvido com esta breve explicação é a relevância que a filósofa dava ao diálogo e à participação dos cidadãos no que concerne à política. Em última estância, ter a esfera pública como ideal de envolvimento político confirma que Arendt não reconheceria a política sem a liberdade.

Por ter desenvolvido seu pensamento político em meio a um contexto de privação da liberdade, como foi o período da II Guerra Mundial para os judeus, para ela, a atividade

¹ Para um aprofundamento em relação ao conceito de Esfera Pública no pensamento de Hannah Arendt ver: A condição humana (2005). Para fins didáticos, destacamos a definição apontada por Cardoso Jr. (2006): “A esfera pública arendtiana é o *locus* da política. O espaço físico de reunião dos cidadãos é potencialmente um espaço público, mas só se transforma em esfera política na medida em que seja constituído como um espaço definido e duradouro (transgeracional) para a ação coletiva interativa organizada em torno dos negócios públicos”.

política deveria ser acompanhada de uma noção de pluralidade (ARENDT, 2006), de que os homens são diferentes e, mesmo com essa diversidade latente, era preciso que trabalhassem em comunhão para alcançar objetivos comuns.

Outro ponto que podemos destacar é a oposição entre as ideias de Weber e de Arendt, em relação ao uso da força. Enquanto Arendt não depositava na violência uma ênfase natural, seu contrerrâneo, como vimos no tópico anterior, afirmava que o Estado deveria deter o monopólio do uso legítimo da força, o que asseguraria a submissão dos indivíduos aos seus mandos e desmandos. Arendt, no entanto, não enxergava nada além de anomalia no poder que é legitimado por esses meios. Dessa forma, para ela, “o poder não se impõe e nem se sustenta pela violência; pelo contrário. A seu ver, o poder surge da ação em concerto dos seus cidadãos, e a violência destruiria as bases de sustentação desse mesmo poder” (CARDOSO JÚNIOR, p. 23).

Percebe-se, então, que, apesar das profundas diferenças encontradas na forma como cada um dos autores conceitua a política, em relação tanto à definição quanto ao sentido da política na vida dos indivíduos, podemos afirmar que todas essas concepções fazem parte do que é a política. Todas as considerações feitas indicam caminhos válidos para lidar com a política, o que nos mostra a complexidade do conceito e a sua capacidade de representar uma extensa gama de convicções.

1.1.4 O lugar da política na contemporaneidade

Analisar a política nos dias atuais requer considerar fatores que, obviamente, não existiam ou ainda estavam se desenvolvendo na época de Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt. Como foi visto no tópico anterior, o conceito de política aceita distintas concepções e, ainda, assimila aspectos sociais e culturais do momento em que é (re)formulado. Pensando nisso, Rubim (2001) propõe uma releitura da noção de política na sociedade contemporânea, levando em consideração a íntima relação atual entre a política e a comunicação.

De acordo com o autor, para que se possa pensar em uma análise da política contemporânea que leve em consideração as novas formas de interação dos indivíduos, é preciso ter em mente a relevância dos meios de comunicação para esse processo. Por isso, é fundamental que se reconheça que a mídia “estrutura e ambienta a contemporaneidade, faz a mediação, possibilitando o compartilhamento simbólico entre indivíduos em territórios distantes, e também cria uma nova dimensão da realidade: a telerrealidade” (RUBIM, 2001).

Isso significa que a sociabilidade é reestruturada e ressignificada a partir da presença da mídia, com seus novos aparatos, com suas possibilidades de comunicação cada vez mais guiada pela tecnologia. E, por sua vez, a política que é realizada nesta nova dimensão de realidade também passa a ser transformada, pois:

(...) ela se vê afetada pela presença de novos espaços e ingredientes, e pela redefinição de alguns de seus antigos componentes, desenvolvidos desde os primórdios da modernidade, criando assim um desconforto para política formatada para os espaços modernos e simultaneamente impondo novos desafios à atividade política (RUBIM, 2001).

Pensar na política como uma atividade que precisou ser remodelada a partir das novas configurações midiáticas, especificamente na forma como a política é vivenciada no Brasil, remete-nos também às ideias de Lima (2006), que é categórico ao dizer que não existe política nacional sem a mídia. Para ele, “a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo” (LIMA, 2006, p. 55).

Essa definição do que é público, no entanto, perpassa por uma recharacterização da forma como os debates acontecem. Agora mediados pelos meios de comunicação, os debates políticos são pensados para essas novas plataformas, já elaborados a partir do pressuposto de que precisa atingir o maior número de pessoas possível e, além disso, precisa suscitar emoções. É nesse sentido que Gomes (2004) aponta que a reconfiguração da política de acordo com a lógica midiática trouxe consigo marcas de consumismo e de espetacularização.

O autor reconhece que os traços que já faziam parte de uma sociedade do consumo, permeada pelos espetáculos apresentados pelos meios de comunicação de massa, passam a constituir a política contemporânea. De acordo com esse raciocínio, então, a política-espetáculo seria aquela que:

(...) emprega a sua presença na esfera da visibilidade pública como estratégia para a obtenção do apoio ou do consentimento dos cidadãos. A política espetáculo é a política que se exhibe, mostra-se, faz presença, impõe-se à percepção do cidadão. Nessa perspectiva, evidentemente, o público não participa propriamente da atividade política. ele está do outro lado, diante da cena, é uma instância de recepção à qual se endereça a atuação da política (GOMES, 2004, p.403).

Dessa forma, podemos indicar a política-espetáculo como tendo por principal objetivo a visibilidade, que, por sua vez, é obtida de forma amplamente satisfatória através das estratégias midiáticas disponíveis. Apesar de a mídia não ser a única forma de dar visibilidade

a pessoas e acontecimentos, sua capacidade de servir a esse propósito está ligada na sua “centralidade tecnológica, institucional e discursiva, no seu papel de mediador de sentidos, na construção de opiniões e reações que possibilitam reconhecimento público” (WEBER, 2013, p.22).

No entanto, mesmo com a reconfiguração política a partir das novas formas de interação propiciadas pela mídia como um acontecimento consolidado e reconhecido pelos estudiosos da área, é preciso levar em consideração os limites dessa simbiose. Apesar da incontestável participação da mídia nas relações políticas contemporâneas, não se deve pressupor que a política tornou-se um mero espetáculo, completamente dominado pela lógica dos meios de comunicação (RUBIM, 2001). A íntima relação existe, mas esses dois meios, a mídia e a política, ainda preservam características específicas.

Considerar esses limites é o que propõe Miguel (2002, p.167), ao afirmar que “mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla”. O autor defende que o campo político, apesar dos entrelaçamentos com a comunicação, é tão capaz de fazer com a lógica da mídia se dobre diante de suas especificidades quanto o contrário.

Para ilustrar esse pensamento, o autor remete ao modo como os meios de comunicação enquadram a política, em que são preservadas as instituições e seus cargos válidos para o debate político. Isso significa que a mídia não é capaz de alterar, nem de questionar, o que já está definido como sendo próprio do campo político, seus integrantes e o que eles representam. Ou seja, “os meios de comunicação não desafiam o recorte dominante do que é política; pelo contrário, tendem a uma adaptação imediata a ele, como num reconhecimento tácito de que a tarefa de definir o campo político pertence a seus próprios integrantes” (MIGUEL, 2002, p.174).

Há, portanto, que se pensar que o lugar da política na contemporaneidade está, sim, marcado pelas especificidades da mídia. Mas isso não significa assumir que, para isso, houve uma subjugação de um campo pelo outro. A característica mais marcante da política contemporânea, pode-se afirmar, recai exatamente sobre sua capacidade de relacionar-se com dispositivos novos e reconfigurar-se, sem que isso signifique a perda de sua essência. É nesse sentido que Rubim (2002) pondera sobre a mudança na mediação entre política e sociedade, antes pautada prioritariamente pela ação dos partidos políticos e atualmente sendo protagonizada essencialmente pela mídia. De acordo com o autor:

Esse deslocamento não pode, no entanto, ser apreendido nem como submissão plena da política à lógica midiática, nem como desvirtuação da política. Antes deve ser pensado como adequação da política à nova situação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia e às novas espacialidades possibilitadas por ela (RUBIM, 2002, p.53).

Não se trata, contudo, de negar a potência das mudanças, mas de observá-las com o devido distanciamento para compreender suas reais consequências. É nesse sentido que as alterações na relação entre sociedade e política devem ser pensadas, a partir da expansão das novas formas de interação trazidas pela mídia.

Portanto, independente do que se compreende por política, admite-se que ela pode se apresentar de formas diferentes, de acordo com situações e períodos específicos. Essas diferenças são influenciadas por ideias, imagens e vivências compartilhadas entre os indivíduos de um dado tempo e lugar. Em outras palavras, como se enxerga e como se vive a política são determinados também pelo que transita no campo do imaginário, que é formado a partir de construções baseadas na experiência individual e divididas coletivamente.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMAGINÁRIO

Assim como o campo político, o campo do imaginário abriga extensas discussões sobre seu objeto, características e demarcações. E, igualmente, essas contribuições não encerram o debate, mas o amplia e renova. Sabendo disso, trazemos referências das principais ideias que circundam a noção de imaginário, para que, na sequência, possamos entrar na discussão sobre as ideias que circundam a política paraibana.

Começamos, então, com a noção de imaginário proposta pelo filósofo grego Cornelius Castoriadis. Identificado com o marxismo, frequentemente encontramos no debate desenvolvido por Castoriadis perspectivas para discussões em aberto de conceitos marxistas, como a tentativa de precisar a noção de “instituição” e sua consequente alocação na relação entre infraestrutura e superestrutura.

Aqui, como mencionado acima, nos ateremos apenas às contribuições acerca do imaginário, mas é importante que se localize seu pensamento, até para que se compreenda de forma ampla os caminhos percorridos pelo autor. Isto posto, apontamos diretamente para a relação que Castoriadis (1982) faz entre simbolismo e imaginário como ponto-chave de sua visão. Esse simbolismo a que ele se refere, esclarecemos, “supõe a capacidade de estabelecer

um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um ‘representa’ o outro” (CASTORIADIS, 1982, p.155).

Essa íntima relação, portanto, se dá porque, para ele, “o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para ‘expressar-se’, o que é óbvio, mas para ‘existir’, passar do virtual a qualquer coisa a mais” (CASTORIADIS, 1982, p.154). Isso significa que precisamos recorrer a imagens para dar forma às pretensões do nosso imaginário.

No entanto, cada imagem que desenvolvemos em nossa mente – com um significante e um significado, e que partilha de uma ligação com a sociedade em que vivemos e também possui laços com o passado – está cumprindo o papel simbólico de representar o que de outra forma, por outro caminho, não teríamos como. Ou seja, recorremos ao simbólico, através de suas imagens já reconhecidas por nós, para falar sobre o que se desenvolve no terreno do imaginário.

Poderíamos, então, pressupor que o simbolismo sustenta toda a noção de imaginário proposta pelo filósofo grego, o que não corresponde à verdade, já que ele também admite que há muito do imaginário para que se chegue às imagens simbólicas. Em resumo:

O delírio mais elaborado, bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens”, mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, uma função simbólica. Mas também, inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é. (CASTORIADIS, 1982, p.154)

Percebemos, então, que o autor põe muita ênfase no imaginário como produtor e reprodutor de imagens, conceito que vamos destrinchar mais adiante. Por ora, interessa-nos focar nessa aptidão do imaginário em relação a imagens, na sua capacidade de suscitar aspectos, características da vida cotidiana de tempos distintos e organizá-los de forma a explicar o que estava no âmbito do sensível.

Em certo sentido, Castoriadis se refere ao que o senso comum entende de imaginário: aquilo que está no plano da imaginação, o que podemos inventar, criar, com base em vivências, influenciados por aspectos sociais e culturais. Poderíamos pensar, então, que o imaginário pressupõe elementos que não são decodificados antes que se encontrem correspondentes simbólicos que possam dar-lhes forma, que façam com que saiam da obscuridade para a luz de nossa compreensão. Algumas vezes, então, esses elementos continuariam sem a devida decodificação, não encontrando meios de suporte para serem explicados por imagens em nossas mentes.

E é focando nesse lado do obscuro do imaginário, do que não somos capazes de revelar, embora exista, que outro autor se posiciona. Para o sociólogo francês Michel Maffesoli, o imaginário tem, sim, algo que não se pode avaliar e essa característica não o desqualifica como objeto de análise. De acordo com ele, esse conceito possui fronteiras complexas de serem delimitadas, porque inclui o racional, o concreto e aquilo que paira no ar sem muita explicação, algo que “carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração” (Maffesoli, 2001, p.75).

Dessa forma, percebemos que, enquanto Castoriadis trabalha com uma noção de imaginário que se preocupa excessivamente com a discriminação de cada uma das partes envolvidas no processo e seu devido entendimento, Maffesoli parte da relação entre o objetivo e o subjetivo para delinear o que entende por imaginário, supondo sempre que haverá partes nesse processo que são impossíveis de serem explicadas. Isso significa que, para ele, compreender o imaginário supõe entender que há dois elementos que, embora pareçam antagônicos, funcionam muito bem juntos: a objetividade e a subjetividade. O objetivo é o que está dado, o que é facilmente decifrado por nós, porque é conhecido, familiar. Já o subjetivo é o elemento que permanece uma incógnita, pois não temos informações para decifrá-lo.

Como podemos perceber, o real não fica de fora da concepção de imaginário do autor francês. Ao contrário, ele a complementa. Afinal, é em busca pelo que está além do real que o estudo do imaginário se debruça, ou seja, a busca pelo subjetivo. Esse lado subjetivo, por sua vez, só pode ser indicado como tal porque há o elemento real, objetivo, para deixar em evidência a lacuna.

A questão da imagem também se apresenta nas ponderações de Maffesoli (2001, p.76), que é enfático ao afirmar que:

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todo tipo de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas e por aí afora.

Essas imagens, então, seguindo o raciocínio proposto por Maffesoli, já são consequências do imaginário que nos rodeia, construído justamente com influência desses traços históricos e, principalmente, a partir da coletividade. O imaginário, é preciso que seja destacado, não pertence a um sujeito específico. Essa construção mental (MAFFESOLI,

2001) é algo que está vinculado a uma construção coletiva e não individualizada. Como explica o autor:

Pode-se falar em “meu” ou “teu” imaginário, mas, quando se examina a situação de quem fala assim, vê-se que o “seu” imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no qual se encontra inserido. O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc (MAFFESOLI, 2001, p.76).

Colocando dessa forma, podemos, inclusive, considerar uma aproximação entre o imaginário e a cultura, já que a ela estaria reservada também essa ideia de coletividade. E Maffesoli (2001, p.76) confirma esse raciocínio, enfatizando, porém, que o imaginário é “mais do que essa cultura: é a aura que a ultrapassa e alimenta”. De certa forma, essa colocação se aproxima da noção de Castoriadis sobre a relação das vivências e das características experimentadas pelas pessoas para a construção do imaginário: toda essa influência está no plano da cultura.

E é nesse sentido que podemos pensar, mais uma vez, a questão do imaginário político paraibano, permeado por construções que estão longe de serem racionais e palpáveis, ou seja, que estão em um patamar subjetivo, como compreende Maffesoli (2001) e que, ainda assim, encontram respaldo na história e nas características políticas da região – e do país, o que confirmam a relação estreita com a cultura. Essa associação do imaginário com os traços culturais também é encontrada nas formulações de outro autor, o antropólogo francês Gilbert Durand, que foi, inclusive, mestre de Maffesoli.

A ideia de imaginário desenvolvida por Durand se relaciona intimamente com o conceito de imagem, tanto que, para ele, o imaginário é “um ‘museu’ de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a produzir” (Durand, 1994, p. 1). Essa ideia, de acordo com as concepções do autor, é aprofundada com base no entendimento de que a nossa sociedade, a partir do século XX, viu-se envolta em um *boom* de imagens, que surgiam através de uma infinidade de canais, como a fotografia e o cinema. Essas imagens não se colocavam apenas como uma novidade a ser celebrada, colocavam-se também como um fator que punha em dúvida os próximos passos de uma imprensa escrita já consolidada, mas que precisava se reciclar para continuar em evidência. Nas palavras do autor:

É banal afirmar que nosso século XX viu a construção de uma “civilização da imagem”, graças aos seus gigantescos progressos técnicos de reprodução de imagens (fotografia, cinema, vídeo-cassete, “imagens de síntese” etc.) e dos meios de transmiti-las (belinógrafo, televisão, telefax etc.). Pressente-se que essa inflação da

produção e comércio de imagens (*imagerie*), pronta para o consumo, acarretou uma reviravolta total em nossas filosofias, até então dependentes daquilo que alguns chamam a “galáxia Gutenberg”, isto é, a supremacia da imprensa, da comunicação escrita – eivada de sintaxes, retórias, procedimentos de raciocínio – figurações pintadas, desenhadas, esculpidas, fotografadas...), reduzidas à devida proporção (DURAND, 1994, p.1).

É importante destacar essa alta valoração que Durand impõe à imagem porque é a partir dela que podemos compreender seu conceito de imaginário. Para ele, as imagens permeiam nosso imaginário, inúmeras e diversas, compostas a partir de aspectos antropológicos e culturais de cada um.

Para explicar melhor essa questão, o autor propõe identificar os elementos que compõem o imaginário dos indivíduos de forma didática, recorrendo a referências da psicanálise de Sigmund Freud e Carl Jung. Dessa forma, podemos conceber o “conjunto imaginário” (DURAND, 1994) do autor como constituído por três diferentes camadas. Na parte mais profunda desse conjunto, estaria o “id” antropológico, em referência ao inconsciente abordado por Freud e sequencialmente por Jung.

É, inclusive, de Jung que Durand apreende e reformula alguns conceitos, como, por exemplo, o de inconsciente coletivo, que Durand (1994) vai achar mais apropriá-lo chamá-lo de “inconsciente específico”. Por causa da aproximação no pensamento dos dois, antes de tratar das outras camadas presentes no imaginário de Durand, faz-se necessário compreender o que Jung entendia por inconsciente coletivo.

Para o psicanalista suíço, o inconsciente coletivo se refere à camada mais profunda do inconsciente humano, em oposição à camada mais superficial chamada de inconsciente pessoal que, como o nome já indica, diz respeito ao conteúdo individual resultado de experiências, presente em cada um dos indivíduos. O inconsciente coletivo, então, está presente de maneira uniforme em todos os seres humanos e não depende, como o individual, de vivências e de apanhados de experiências pessoais. O termo “coletivo” é justamente empregado para associar esse inconsciente à universalidade de seu alcance e reforçar a ideia defendida por Jung (2002, p.15) de que há conteúdos e modos de comportamentos que “são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo”.

Isso posto, passemos para as outras duas camadas do conjunto imaginário de Durand. A próxima seria a “zona das estratificações sociais, onde, segundo as classes, as castas, as faixas etárias, o sexo, os graus de parentesco modelam-se os papéis distribuídos, segundo uma partilha vertical do círculo por um diâmetro, em papéis valorizados e papéis marginalizados”

(DURAND, 1994, p.27), correspondendo, assim, ao que seria o “ego” de Freud, um dos componentes do consciente.

Já na terceira camada, a mais superficial do conjunto, estaria o que corresponde ao “super-ego” da sociedade, responsável por “organizar, frequentemente, a racionalizar em códigos, planos, programas, ideologias, pedagogias e papéis positivos do ‘ego’ sócio-cultural” (DURAND, 1994, p.27). Dessa forma, pode-se vislumbrar o caminho que a imagem percorre, do momento em que é concebida no íntimo de cada indivíduo, levando em consideração suas experiências mais individuais, passando para um nível de profundidade intermediária, onde as imagens podem ser filtradas a partir de aspectos gerais de concepção de mundo e chegando ao plano mais superficial, em que se junta aos códigos gerais da sociedade, compartilhados e absorvidos por um extenso número de indivíduos.

De dentro para fora, essa infinidade de imagens que construímos e compartilhamos representam um repertório de concepções sobre determinado assunto, diferentes maneiras de visualizar questões do dia a dia, como questões culturais, de trabalho ou até mesmo posicionamentos políticos. E é nesse ponto, sobre a política, que nos debruçaremos na próxima seção, em busca de compreender como se dá a construção de um imaginário bastante específico e que permeia nosso cotidiano tanto quanto qualquer outro.

1.2.1 Construção do imaginário político

Quando nos referimos à cena política de um determinado lugar, inevitavelmente algumas pré-concepções vêm à mente: nomes de políticos que já estão consolidados na vida pública, situações marcantes do manejo da coisa pública ou mesmo questões subjetivas, como características do governo de um determinado político. Todas essas referências se agrupam no que reconhecemos como sendo a própria política local. São ideias que construímos a partir de vivências, do que nos é repassado cotidianamente e do que apreendemos da história. O resultado dessas construções permeia o imaginário.

Nesse sentido, as conexões de ideias, imagens e discursos, ou seja, as construções, feitas coletivamente em retorno da política compõem o imaginário político. Falar em imaginário político, então, é falar em como a política está sendo entendida, construída e repassada, ao longo dos tempos, por aqueles que a vivenciam. Nessa adição, no entanto, não importa se as referências são recentes ou distantes, pois, como explica Barros (2005, p.139), “um imaginário político pode ser, em certos casos, produto de desenvolvimentos de longa

duração, adaptando-se a tradições que remontam a séculos, ou, em outros casos, mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações”.

Pensando nas concepções de imaginário apresentadas pelos autores que tratamos na seção anterior, reconhecemos a importância da captação de imagens para construir o que definimos como imaginário. Não apenas isso, mas é importante ressaltar que, como lembra Maffesoli (2001), o imaginário é um elemento do real; ele existe e é parte fundamental de nossas vidas.

Nesse sentido, compreender que o imaginário e a cultura andam em cumplicidade é a peça-chave para que possamos refletir especificamente sobre o imaginário político que permeia a Paraíba. Isso porque consideramos que a política local atual é identificada com imagens de figuras e práticas que caracterizaram os mandos e desmandos na região em tempos antigos, ou seja, referências a aspectos sociais, políticos e, principalmente, culturais, que marcaram o lugar.

Como veremos com detalhes adiante, trata-se, por um lado, da figura do coronel e das características de distintas práticas políticas que se relacionam, no senso comum, com o seu domínio. Por outro lado, também temos o tratamento personificado que a política recebe ao se vincular com as linguagens da mídia. Ambas as questões nascem e se fortalecem a partir de espectros da cultura, regional e nacional, e contribuem para a construção do imaginário político da Paraíba.

1.2.1.1 Imaginário político paraibano e marcas do passado: coronelismo, mandonismo e clientelismo

Quando se pensa na figura de um coronel, com sua autoridade inquestionável sobre a vontade política de seus subordinados, o importante não é saber se essas características apresentadas correspondem totalmente à realidade, mas, sim, discutir que há uma construção compartilhada em torno da ideia e da imagem do coronel, alcançada facilmente e frequentemente revisitada.

Dessa forma, fica claro que, quando falamos da figura do coronel, nos dias atuais, e do sistema que ele representava, ou seja, o coronelismo, e relacionamos com a política de um determinado local, estamos evocando imagens que pertencem ao imaginário desse lugar. Não significa, no entanto, que estamos esgotando as referências imaginárias locais, mas que destacamos uma delas, que goza de destaque específico, para analisar.

Com base em relatos que foram se perdendo e se modificando ao longo do tempo, ou em piadas caricaturais, a figura do coronel ainda é frequentemente associada à história da Paraíba e, conseqüentemente, a sua política. Inclusive, muitos traços de sua política de agora encontram similaridades com os da época em que os coronéis dominavam o Brasil e de tempos posteriores. Há, entretanto, alguma confusão em torno dos conceitos e do que se quer referenciar. De forma geral, os saberes do senso comum não distinguem o coronelismo do clientelismo e do mandonismo, sendo as características desses três conceitos colocadas frequentemente sob o mesmo refúgio.

Antes de vermos como esses conceitos trocados permeiam o imaginário político paraibano e, conseqüentemente, são reproduzidos nos discursos dos políticos veiculados pelos jornais aqui analisados, destrincharemos essa tríade de noções em seus significados originais. O primeiro conceito a ser trabalhado, o de coronelismo, encontra na História um lugar definido. Isso significa que, apesar de algumas divergências em relação a sua origem, o coronelismo é caracterizado como um sistema político que predominou no Brasil durante a República Velha, entre 1889 a 1930.

Esse sistema, como explica Carvalho (1997), era baseado em barganhas entre o governo da época e os coronéis. Para que funcionasse, o governo estadual deveria garantir:

O poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997)

O coronel, então, era detentor de um poder vasto e, de certa forma, tinha o aval do “poder legítimo”, representado pelo Estado, de exercer todas as atividades acima listadas. Apesar de o coronel ter atestado sua influência sobre seus comandados através de formas diversificadas, foi pelo controle que exercia em relação ao voto que ficou conhecido com o passar dos anos. Essa “hipoteca de apoio” que Carvalho (1997) menciona, podemos simplificar e colocar em termos mais conhecidos: o voto de cabresto.

Na obra de Victor Nunes Leal, um dos autores mais conhecidos a tratar desse tema, encontramos alguns detalhes imprescindíveis para compreender o desenvolvimento do coronelismo em determinadas áreas do país. Segundo o autor, é impossível entender esse fenômeno “sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das

manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (LEAL, 1997, p.40). Podemos, então, afirmar que, por isso, por ter se desenvolvido de forma tão intensa nos interiores, é que a ideia de coronelismo passou a ser identificada no senso comum pela dicotomia “política de interior” *versus* “política da capital”, sendo a primeira um sinal de atraso.

Apesar dessa identificação atemporal feita pelo senso comum da prática do coronelismo, o conceito como acima colocado situa um determinado sistema político em um dado tempo histórico, não servindo para tratar questões fora dessa delimitação, como comumente se verifica. Além desse equívoco, acontece que, atrelada à noção de coronelismo, estão as noções de mandonismo e clientelismo que, muitas vezes são, erroneamente, usadas como sinônimos para coronelismo.

De acordo com Carvalho (1997), esses conceitos devem ser bem diferenciados e esclarecidos. Para ele, então, enquanto o coronelismo pode ser caracterizado como um sistema político, o mandonismo é uma característica que pode ser atribuída às relações políticas tradicionais de um local. Ou seja, é a maneira como as relações de poder são estruturadas em torno de uma figura ou figuras políticas em um dado lugar. O mandão, então, é “aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. (CARVALHO, 1997)

Sendo uma característica, o mandonismo pode ser identificado também no coronelismo, mas não deve ser colocado como um sinônimo deste último, já que transcende sua pontual localização histórica e não é suficiente para se equiparar à complexidade de um sistema político. Isso posto, chegamos à definição do terceiro conceito, o de clientelismo.

Caracterizado como sendo um tipo de relação entre atores políticos (CARVALHO, 1997), o clientelismo diz respeito ao repasse de certos benefícios públicos em troca de apoio político, o que muitas vezes envolve promessas de votos. Por isso, hoje em dia, ao se referir à manipulação de políticos, em algum nível, com vistas a conseguir votos, oferecendo empregos ou isenções fiscais, o termo que melhor se aplica é o de clientelismo. O coronelismo, comumente usado para diagnosticar situações desse tipo, não encontra mais correspondente atualmente.

Entretanto, essa distinção em nada pretende invalidar a forma como os conhecimentos sobre a política são repassados no senso comum. Sabemos que estamos nos referindo a saberes não codificados, aqueles que permeiam as relações e ações do cotidiano. Pelo

contrário, as ideias apresentadas pelo senso comum, aqui, encontram um espaço importante na nossa análise: é a partir delas que buscamos compreender o imaginário político paraibano.

Nesse sentido, percebemos que alusões ao coronelismo e ao que recorrentemente se atrela a ele, como o voto de cabresto e a chantagem eleitoreira, estão tão entranhadas no imaginário local que constantemente fazem parte dos discursos dos políticos. Mesmo sendo uma referência negativa, as alusões são usadas como referência ao tipo de política que não se quer fazer ou também para acusar aqueles que não desempenham um bom trabalho, na visão de seu oponente.

Poderíamos, então, relacionar outros aspectos presentes no imaginário político local e que têm ligação direta com a herança deixada pelo coronelismo, como, por exemplo, as práticas de corrupção, que em um resumo simplório poderiam ser identificadas como consequência da certeza de posse que os coronéis tinham em relação à coisa pública. Mas, apesar de o coronelismo ter influência direta em distintas características do imaginário político atual, há também aspectos recentes que configuram essa teia de sentidos.

1.2.1.2 Imaginário político paraibano e os ecos recentes: a personalização da política

Pode-se afirmar que o entrelaçamento do campo midiático com o campo político, de acordo com a compreensão de campo proposta por Bourdieu (2011a, 2011b), foi responsável pela reestruturação da apresentação dos debates e disputas políticas. Mas essa reestruturação também ocorreu por causa do desenvolvimento da mídia, sua expansão e seu intenso aprimoramento tecnológico. E é no desenvolvimento da mídia que uma das principais características da política local – e nacional – repercute no imaginário político paraibano: a personalização dos debates políticos.

Mais especificamente, podemos apontar o desenvolvimento da televisão no Brasil e sua rápida alocação como veículo privilegiado de disputas políticas, no sentido mais literal que poderíamos ter como o divisor de águas na reestruturação dos debates. Afinal, a TV tornou-se, em pouco tempo, a arena de debates preferida dos políticos brasileiros e, com isso, transformou toda a arquitetura de apresentação da própria política.

Se antes do *boom* da televisão, em momentos de eleição, os partidos políticos organizavam eventos de grande porte para expor as ideias de seus candidatos e reforçar suas legendas perante a população, depois da massificação do uso da TV, foi preciso repensar

todas as estratégias de aproximação com os eleitores. Sobre essas alterações, Lima (2006, p.58-59) exemplifica:

Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc) passaram a ser planejados como eventos para a TV. O contato direto foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica. O mesmo ocorreu com relação às fontes de informações dos eleitores.

Essa colocação como fonte legítima a que o autor se refere pode ser observada facilmente nas retas finais de disputa eleitoral, quando os debates transmitidos pela televisão se tornam o principal meio de informação que os eleitores utilizam. E não apenas nos debates, mas, em todo o processo eleitoral, não só a televisão, mas todos os meios de comunicação são vitais para que as informações sobre as propostas dos candidatos circulem, expondo enfaticamente essa drástica alteração no modelo de debates e disputas.

No caso do jornalismo impresso, a lógica também é a mesma. De acordo com suas técnicas e procedimentos, que enaltecem uma pretensa objetividade, a política tem que ser mostrada levando-se em consideração essas prerrogativas. Isso resulta, assim como acontece em outros meios de comunicação, em um molde específico de se absorver e apresentar os debates políticos, que tem como principal característica a personalização dos debates.

Não raro, vemos, principalmente em época de eleições, as figuras dos políticos serem enaltecidas, como se o pleito fosse apenas uma disputa entre as figuras A e B, destacando-se suas potencialidades e atacando os defeitos dos adversários. Transforma-se, dessa forma, a disputa eleitoral em uma briga pessoal e localizada, o que exclui todos os detalhes do jogo político que envolvem essa disputa: ideias e ideais de partidos, debates aprofundados em torno de alianças e a noção de que a política é mais do que uma briga entre dois (ou mais) oponentes.

Mas, é preciso refletir sobre essas mudanças levando em consideração a própria reconfiguração da sociedade com o desenvolvimento das novas tecnologias. Obviamente, novas demandas surgiram, em relação à quantidade de informação, só para citar um exemplo. A política, assim como outras áreas, também precisou repensar suas abordagens (como visto no ponto 1.1.4) para maximizar os resultados de seus propósitos.

Nesse contexto de mudança, como aponta Lima (2006), a mídia passou a exercer diversas funções que antes eram prioritariamente dos partidos políticos, não apenas em relação à organização dos debates políticos, mas também no que concerne à organização de demandas da população e até à fiscalização dos trabalhos realizados pelo governo. Isso

porque a visibilidade que a mídia passou a proporcionar aos políticos funciona como uma valiosa moeda de troca: tanto serve para pressionar, quando focalizado o que é feito e o que não é feito em um mandato, como também serve para dar espaço para que os políticos sejam vistos e ouvidos, independente se é período eleitoral ou não.

É nesse cenário que alguns autores² afirmam que, diante do predomínio da mídia nas questões que antes eram reservadas aos partidos, é possível falar em um declínio da importância do papel dos partidos políticos. E mais, que uma tendência específica da cobertura midiática das disputas políticas teria forte influência nesse declínio, que é a tendência à “personalização” das disputas, ponto do debate que nos interessa.

Em outras palavras, o foco que a cobertura jornalística tende a dar aos candidatos em detrimento dos partidos políticos faz com que se identifique “uma crescente ‘personalização’ da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos), e não entre propostas políticas alternativas (partidos)” (LIMA, 2006, p.56-57), o que seria mais um motivo para a perda de força diante do eleitorado experimentada pelos partidos.

E é exatamente essa “personalização” das disputas políticas que vamos averiguar como outra característica que permeia o imaginário político paraibano, sendo também uma das questões mais importantes a serem destacadas no período eleitoral que aqui analisamos.

² Para não desviar o foco da discussão proposta, omitimos o debate sobre o declínio ou não da importância dos partidos políticos. No entanto, é importante que se pontue que esse debate é extenso e está longe de encontrar um consenso. Sobre o debate, ver: Miguel (2003); Albuquerque (2005); Rubim (2001).

2 COMPREENDENDO O JORNALISMO POLÍTICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL

Afirmar que nosso jornalismo já nasceu intimamente vinculado à política nos leva de volta a 1808, quando o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa, passa a circular no país. Impresso em Londres, onde morava seu fundador, o periódico se caracterizava pelo conteúdo fortemente crítico em relação aos detentores do poder político da época, ou seja, a família Real Portuguesa.

O fato de ser produzido em outro país contribuía para burlar a censura brasileira que, durante este período, não admitia ainda o desenvolvimento de uma imprensa propriamente dita. E existiam motivos suficientes para que o *Correio Braziliense* fosse barrado: seu conteúdo era predominantemente político e notadamente buscava pesar na opinião pública (SODRÉ, 1999), mesmo com seu alcance reduzido. Portanto, era nesse sentido que, todos os meses, a publicação de Hipólito:

[...] reunia em suas páginas o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil, questões velhas ou novas, umas já postas de há muito, outras emergindo com os acontecimentos. Em tudo o *Correio Braziliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não como jornal [...] (Sodré, 1999, p.22).

O momento para acirradas críticas não poderia ser mais oportuno, já que foi justamente nesse ano que a família Real Portuguesa desembarcou em terras tupiniquins, ou seja, “pela primeira vez na história do continente americano um monarca da metrópole pisava as terras de uma de suas colônias” (SEABRA, 2006, p. 113). Toda a agitação dessa visita, portanto, cultivou um ambiente propício para o aparecimento de publicações focadas nos mandos e desmandos da coroa.

No entanto, Sodré (1999) chama a atenção para o aparecimento tardio de jornais no país e evita classificar o início do *Correio Braziliense* como um marco para o começo de fato de nossa imprensa. Seu argumento é de que a imprensa surge apenas quando há condições adequadas para tal, como o desenvolvimento do sistema capitalista e de uma sociedade burguesa, o que ainda não era possível enxergar no Brasil à época.

Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu – clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido –

não se haviam gerado aqui ainda as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremedo. Quando surgiram aquelas condições, o *Correio Braziliense* perdeu a razão de ser (SODRÉ, 1999, p.28).

Independente da real importância deste periódico, o que queremos destacar aqui é que, junto ao seu inegável pioneirismo, em relação ao serviço prestado, já estava presente também a relação com a política do período. E o *Correio Braziliense* não ostentou por muito tempo, sozinho, o papel de divulgador de ideais e preferências políticas da elite da época. Pouco tempo depois do início de sua circulação, houve o lançamento do periódico oficial do governo português, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, também lançado em 1808.

Começava, então, um movimento de disputas, em que as ideias contra o governo monárquico eram duramente combatidas e, por outro lado, as colocações a favor precisavam ser enaltecidas, para que seu poder não fosse tão questionado. Por isso, além da *Gazeta do Rio de Janeiro*, diversos outros periódicos entraram na rota da elite brasileira, muitos dos quais amparados pela própria Coroa Portuguesa, que viu no apoio aos periódicos uma oportunidade de conter os ânimos exaltados pela ação do *Correio Braziliense*. Ainda de acordo Sodré (1999, p.29):

A iniciativa correspondia a determinadas causas – não era gratuita. Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias.

Dessa forma, tínhamos as facetas de um conflito político sendo construídas e veiculadas pelos periódicos da época. Em outras palavras, vimos o que seria a semente da nossa imprensa nascer e florescer já marcada pelas disputas políticas e, como será mostrado mais adiante, desempenhando um papel fundamental na formação da opinião política dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, tão relevante quanto a orientação política dos jornais da época, que se dividiam apenas em contra o governo e os que se posicionavam a favor, é o fato de o período entre 1808 e 1831 ter sido marcado por uma considerável quantidade de novos jornais. Sobre esse período, Seabra (2006, p.115) relata:

Seguindo os passos da oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808, surgiram publicações como *Idade de Ouro do Brasil* (Salvador, 1811), que trazia em sua epígrafe a promessa de oferecer aos leitores ‘as notícias políticas sempre da maneira mais singela’, ou *O Investigador Português* (1818), que, assim como o *Correio Braziliense*, era publicado em Londres, mas distribuído no Brasil e usado inicialmente para responder aos ataques do jornal de Hipólito.

É importante ressaltar essa numerosa safra de periódicos porque, com a mesma velocidade e intensidade que eles apareceram, tratando de forma impiedosamente crítica os posicionamentos políticos que lhes desagradavam, de acordo com a linha que apoiavam, também tiveram uma curta existência. Essa instabilidade, por um lado, era reflexo da falta de estrutura material para arcar com as implicações de uma publicação periódica. Havia, então, a ausência de uma estrutura adequada para imprimir os jornais, além de materiais mais básicos, como os usados para a tipografia (SODRÉ, 1999).

Por outro lado, havia também de uma instabilidade política que era uma realidade no período analisado. Os tumultos em torno da permanência da família Real no país, que se dividiam entre favoráveis e desfavoráveis, a crise instaurada em Portugal pela ausência de seus governantes, tudo isso contribuía para a instabilidade política brasileira, às portas do processo de independência, que aconteceria em 1822. Sobre esse período de turbulências, Sodré (1999, p.43) comenta:

A separação entre Brasil e Portugal resultou de um longo processo, em cuja duração as condições políticas evoluíram, as personagens mudaram, ou por substituição ou por alteração de conduta e de pensamento, os problemas se sucederam. Depois dela consumada, o processo prosseguiu, e o problema essencial passou a ser outro, o da estrutura do Estado.

Nesse ambiente, portanto, seria improvável que uma imprensa organizada e forte surgisse e se consolidasse. Foi necessário que as condições materiais fossem aprimoradas e, conjuntamente, que as questões políticas também fossem apaziguadas para que a imprensa nacional começasse a ter contornos menos amadores e desempenhar de fato um papel político. No entanto, os periódicos da época teriam que lutar intensamente para que isso acontecesse. Com o processo para a Independência caminhando de forma rápida, após a sua concretização, as perseguições aos jornais da época se intensificaram, como descreve Sodré (1999, p.81):

Reinava o absolutismo. O *Tamoio* e a *Sentinela* deixaram de circular. Restava agora a imprensa áulica e única. A outra, a que fora liquidada em outubro do ano da Independência, cumprira exemplarmente sua missão; a que restara, a *Andradina*, liquidada em novembro de 1823, tivera também o seu papel. A direita em ascensão, empolgando o poder, não apenas destruíra a liberdade, mas devorara agora aqueles que a haviam servido, de permeio com aqueles que a haviam combatido. A vítima maior era o Brasil.

As perseguições, no entanto, foram contrabalanceadas com as tentativas de burlar a censura. No mesmo passo em que o poder do Imperador buscava fechar todas as

possibilidades de críticas, novos periódicos surgiam para criticá-lo. Nesse sentido, pode-se perceber a existência de uma consciência jornalística em torno do papel a ser desempenhado por essa atividade.

Não se pode afirmar que já haja a noção de responsabilidade, desenvolvida e espalhada pelos manuais jornalísticos no século seguinte, mas é possível enxergar a tentativa de consolidar a atividade jornalística como detentora da crítica legítima à sociedade e, especialmente, à política. E é essa tentativa que vai ser vista de forma mais forte no período Regencial.

2.1.1 O papel da imprensa nas revoltas do Período Regencial

Caracterizado pela abdicação de D. Pedro I e pelo repasse do trono ao príncipe herdeiro, D. Pedro II, o período regencial, que se estendeu entre 1831 a 1841, foi marcado por revoltas. Por ser menor de idade, D. Pedro II ficou impossibilitado de assumir o trono e foi instituído um governo provisório, dividido em regências, até que o tempo parar arcar com as responsabilidades chegasse para o jovem monarca.

Diante desses acontecimentos, “a estrutura política – que se pretendia consolidar como Estado nacional – abalava-se pela ausência de poder centralizador na figura do monarca e pela emergência de atores históricos variados com suas demandas sociais” (MOREL, 2003, p.10), isso significa que a insatisfação com a forma como o poder foi dividido e os seguintes problemas econômicos e sociais que isso acarretou culminaram em uma onda de revoltas.

E foi aí que residiu o grande desafio dos jovens jornais brasileiros dessa época: reportar as inúmeras e intensas revoltas que marcaram a nova fase da política nacional. No entanto, a imprensa, além de registrar os acontecimentos, também se envolveu de forma intensa e decisiva em algumas dessas revoltas.

As revoltas provincianas mais importantes (Cabanagem, no Pará; Sabinada, na Bahia; e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul) tiveram a participação de uma imprensa revolucionária. Só para ilustrar: o jornal Novo Diário da Bahia, lançado por Sabino Vieira em 1837, seria não apenas o motor da revolta baiana, mas emprestaria o nome de seu autor ao movimento (SEABRA, 2006, p.119).

Nesse sentido, a partir desse envolvimento da imprensa com as revoltas, uma dicotomia política começou a transparecer nas páginas dos jornais brasileiros: conservadores de um lado e liberais de outro. As ideias de cada orientação política passaram, então, a

caracterizar as abordagens dos periódicos, consolidando um modelo de jornalismo que, salvas as diferenças de contexto e os aperfeiçoamentos profissionais feitos ao longo dos anos, é seguido até hoje na cobertura política brasileira.

Nesse sentido, da mesma forma que houve uma organização maior no sentido de estruturar-se ideologicamente, a imprensa que ia se desenvolvendo também sofria com a tomada de consciência dos detentores do poder de que as críticas direcionadas às atitudes dos governantes, publicadas e repassadas para número cada vez maiores de leitores, poderiam influenciar em um clima de instabilidade não desejável. Por isso, nem no período Regencial, nem no anterior aqui mostrado, os periódicos se viram livres de censura. Isso significa que, apesar de um primeiro momento de indiferença em relação às críticas que circulavam nos periódicos, a perseguição às publicações da época foi uma constante.

2.1.2 Período Vargas e a reestruturação da imprensa brasileira

Propomos, agora, um salto no período histórico analisado e, do Brasil pós-Independência, passamos para a década de 1930, início do primeiro governo de Getúlio Vargas. Podemos explicar a importância desse período nos referindo ao fato de a imprensa se consolidar como peça fundamental nas disputas políticas. Diferentemente dos momentos anteriores que analisamos, em que a imprensa ainda se apresentava como embrião e não tinha seu papel devidamente definido, a partir de 1930 essa perspectiva se transforma.

A relação entre o jornalismo e a política ainda se mantinha íntima, no sentido da narrativa jornalística. Os comentários, as opiniões e críticas ainda permeavam em grande medida os textos publicados e marcariam ainda o tom do jornalismo brasileiro até que as noções de independência, distanciamento e neutralidade tomassem conta da área na década de 1950, época do segundo governo de Vargas, com a introdução dos ideais norte-americanos de produção de notícias.

Vargas, nesse primeiro momento, ficou 15 anos no poder, sendo deposto e retornando através do processo democrático em 1951. O seu primeiro e longo mandato, então, é dividido em três diferentes fases: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constituinte (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Este último momento é o que compreende a chamada ditadura varguista, sendo, por exemplo, o período que marcou a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP, em 1939, que seria responsável não apenas pelo

enaltecimento da figura do presidente, mas também pela censura às informações contrárias ao governo do estadista.

Então, no período que se iniciou com a tomada do poder por Vargas, em 1930, e foi se aprofundando com sua permanência no poder, a imprensa brasileira já tinha os recursos materiais já desenvolvidos e era reconhecida tanto como uma ferramenta que pode ser útil aos interesses da política, como indica (Barbosa, 2006, p.219):

O primeiro movimento da centralidade e do novo papel que a imprensa ostenta ocorre exatamente no período que passou a história como Estado Novo, quando os meios de comunicação ganham relevo na difusão da ideologia estadonovista, fundamental para a formatação do pensamento conversador brasileiro e para a construção de uma “revolução passiva”, tal como conceitua Gramsci.

É neste período, portanto, que a imprensa se torna crucial para consolidar o poder vigente, encabeçado pelo presidente Getúlio Vargas. Isso porque Vargas utilizou todo o arsenal disponível na época, de natureza informativa e de moldes mais publicitários, para construir a imagem de um Brasil que agradasse não aos brasileiros propriamente, mas aos seus interesses. A intenção era enaltecer a figura de Vargas e, por isso, sua imagem “enquanto grande líder, foi divulgada de forma sistemática na imprensa, cartazes, livros escolares e eventos grandiosos, em formatos até gigantescos” (PINHEIRO, 2008, p.82).

Toda essa “encenação midiática” era corroborada pela lei, já que em 1937 a Constituição do país tornou a censura prévia dos meios de comunicação uma prática legal, através do art. 1.222. A imprensa, então, passou a ter “caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista” (CAPELATO, 1999, p.171).

A forma intensa como Vargas utilizou a propaganda e sufocou críticas da imprensa no Estado Novo faz com que as características de utilização dos meios de comunicação deste período sejam comumente comparadas às características dos Estados nazi-fascistas da Europa pré-Segunda Guerra Mundial. Sobre isso, Capelato (1999, p.167) afirma que:

O varguismo não se define como fenômeno fascista, mas é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política. No Brasil, a organização e o fundamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação revelam a inspiração europeia. Por esse motivo, cabe fazer referência ao significado e à organização da propaganda nazi-fascista.

Independente do grau de proximidade entre as duas abordagens, o importante de se pontuar, neste período, é que os meios de comunicação passaram a ser usados com o objetivo de “legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista” (CAPELATO, 1999, p.171). Esse novo emprego dos meios de comunicação, apesar de ter auxiliado a alcançar os objetivos de Vargas neste momento, foi também responsável, tempos depois, por um comportamento intensamente crítico por parte dos profissionais da imprensa em relação ao seu próximo mandato.

Dessa forma, o “segundo mandato” de Vargas, agora democrático, (1951-1954) também apresentou características relevantes para se pensar a configuração do jornalismo político do Brasil. Houve o fortalecimento do rádio, do cinema e, na mesma medida, um controle em relação ao conteúdo desses meios. Além disso, como dito no início deste ponto, esse governo coincidiu com a modernização das práticas jornalísticas no país, observadas com intensidade na cidade do Rio de Janeiro, mas que, aos poucos, foram chegando a outras partes do Brasil. Com as técnicas absorvidas do mercado norte-americano, os grandes jornais brasileiros agora obedeciam à fórmula fechada do *lead*, aos ideais de imparcialidade e à lógica comercial. Essas características são facilmente identificadas no comportamento que a imprensa passou a apresentar em relação a Vargas.

Depois de seu período ditatorial, em que perseguiu e cerceou a liberdade da imprensa nacional, Vargas teria agora que enfrentar essa mesma imprensa, mas fortalecida e independente. Em uma análise deste período, Martins (2010) aponta que, justamente por causa dessa tensão entre as duas partes, a imprensa da década de 1950 se apresenta como um dos mais relevantes atores políticos.

A imprensa é considerada um dos principais atores da cena política no Segundo Governo Vargas, especialmente no que se refere ao seu desfecho trágico e prematuro. Muitos defendem que um dos fatores de desestabilização do presidente esteve na forma como os grandes jornais encheram as suas páginas com denúncias e acusações contra Getúlio, durante a crise que antecedeu a sua queda. Além disso, não é difícil encontrar na historiografia a afirmação de que a maior parte destes jornais fez uma oposição sistemática e até intransigente ao presidente, desde a campanha eleitoral até o fim de seu mandato (MARTINS, 2010, p.28).

Depois de tanta censura e perseguições ocorridas na época do Estado Novo, é fácil compreender o porquê de a imprensa ter se colocado como uma instituição questionadora e crítica das ações de Getúlio Vargas. Somado a isso, as transformações que aconteciam dentro das redações, com as implementações de novas técnicas de produção de notícia e novos

conceitos de posicionamento do profissional da imprensa, fizeram com que naturalmente um jornalismo mais independente e crítico tomasse forma no Brasil.

O amadurecimento dessa nova postura foi particularmente importante no próximo período que destacaremos. Isso porque, exatamente dez anos após Vargas se suicidar, seria instaurado no país um período ditatorial que abalaria as bases da imprensa brasileira. Novamente, e agora com mais intensidade, o jornalismo do Brasil encontraria a censura e a perseguição. A diferença, no entanto, é que agora os profissionais, já familiarizados com as privações, desenvolveriam maneiras de enfrentá-las.

2.1.3 Sobre a ditadura militar e o processo de redemocratização

Apesar do estado de privação da liberdade de expressão, o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) representou o amadurecimento do jornalismo político do país. Pode-se afirmar que, diante das perseguições a jornalistas, fechamentos de jornais e proibições de críticas ao regime ditatorial, o jornalismo político brasileiro viu-se diante de duas opções: ou aceitava as condições de repressão e se mantinha no exercício de forma legal, ou se colocava contra a ditadura e, conseqüentemente, teria que procurar caminhos alternativos para continuar existindo.

Quando falamos em aceitação, é preciso salientar, também estamos nos referindo aos inúmeros donos de jornais que eram vinculados à UDN, partido de orientação conservadora e que, juntamente com os militares, apoiou a deposição do presidente João Goulart, em 1964 (ABREU, 2002). Ou seja, alinhados com o poder vigente, os empresários da comunicação que apoiaram³ o Golpe de 1964 e, por isso, mantiveram relações estreitas com aqueles que o geriram.

Independente da escolha feita, o importante de ser destacado aqui é que a situação de repressão despertou ideais jornalísticos de responsabilidade social. Se antes, como visto na década de 1930, a questão girava em torno de desempenhar o papel de ferramenta relevante

³ É preciso lembrar também que os meios de comunicação dependiam em grande medida dos recursos do Estado. Segundo Abreu (2005, p.54): “Os empresários da mídia, dentro do projeto de modernização dos meios de comunicação, foram beneficiados pelos militares. Foram concedidos financiamentos para a construção de novos prédios, agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão a mídia – basta lembrar que em torno de 30% das receitas dos jornais eram obtidos dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado. As concessões de estações de rádio e de televisão muito beneficiaram os empresários da mídia”.

para as disputas políticas, o jornalismo que se desenvolveu na ditadura já estava ciente de seu papel e precisava agora lutar para defendê-lo.

Além disso, apesar da cumplicidade com os empresários da comunicação, essa relação amigável não evitou que a censura chegasse às redações dos grandes jornais e perseguisse os jornalistas. Tudo foi acontecendo progressivamente, na medida em que a ditadura ia sendo consolidada. O marco para se pensar o início do momento crítico para o jornalismo brasileiro veio em dezembro de 1968, com a instituição do Ato Institucional n.º 5 (ABREU, 2005).

A partir daí, a repressão a críticas tornou-se institucionalizada, a produção de notícias tornou-se uma atividade delicada, que podia ter consequências graves para o jornalista que tentasse burlar o cerco. Foi nesse contexto que um posicionamento de “enfrentamento criativo”, conhecido como imprensa alternativa, começou a ganhar força. Como o próprio nome sugere, a imprensa alternativa se colocava como uma opção à imprensa hegemônica, na qual trabalham jornalistas que podiam ser facilmente rastreados. O grande trunfo da imprensa alternativa, então, estava justamente no fato de poder expor seus pensamentos e críticas livremente, sem que seus colaboradores ficassem expostos diante dos militares. Sobre o papel desta imprensa no período Abreu (2002) explica:

A chamada “imprensa alternativa” conheceu grande sucesso na fase mais aguda da repressão do regime militar. Surgiu no momento em que se tornou visível o fracasso da luta armada, e foi através dela que muitos jornalistas, intelectuais e ex-militantes tentaram construir um espaço legal de resistência política, além de uma frente de trabalho alternativa à imprensa comercial e à universidade (ABREU, 2002, p.19).

A imprensa alternativa que surgia nos anos 1970, então, representava um projeto político, mas também ditava as bases para uma renovação no jornalismo brasileiro. Isso significa que, enquanto questionava e criticava os rumos políticos do país, a imprensa alternativa, enquanto jornalismo, também estava constatando uma necessidade de se impor e reconhecendo as características necessárias para a construção do seu papel de ator político de destaque na sociedade brasileira. “Há, portanto, uma interação complexa entre duas necessidades distintas: a do fazer político e a do fazer jornalístico, que tanto podem se somar como se anular. Na maior parte do grande arco de tempo que vai de 1964 a 1980 elas se somaram” (KUCINSKI, 1991, p.42).

Essa situação de repressão não era apenas a editoria de política que sofria com o controle excessivo dos militares. Tão logo a censura começou a se intensificar, os jornalistas perceberam que deveriam e – poderiam – expor suas críticas em outros planos. Foi assim que

“a imprensa alternativa, as charges, as editorias de economia, as páginas de opinião e as telenovelas foram vetores de crítica ao regime” (ABREU, 2005, p.56), ampliando o espectro de atuação de uma resistência silenciosa.

O interessante de se perceber, analisando este período, é que a forte repressão e a tentativa de enfraquecer a atividade jornalística acabaram por ter efeito contrário. O jornalismo brasileiro, a partir daí, ao lutar pela própria sobrevivência, percebe-se como peça fundamental na sociedade e, com a reincorporação do regime democrático, coloca-se também como seu defensor e como essencial para sua manutenção.

A construção dessa percepção, no entanto, não foi feita de forma isolada, no momento que delimitou a ditadura militar no Brasil, mas levando em consideração todos os outros momentos passados, de luta, de oposição e até de inexistência de atividades, pelos quais o jornalismo brasileiro passou e, com eles, aperfeiçoou-se. De seu nascimento como folhetim feito por um estrangeiro e impresso em outro país, até as tentativas de burlar a vigilância da censura, muito tempo se passou. Tempo suficiente para amadurecer, assim como se modernizar, incorporar novas técnicas e ressignificá-las de acordo com a própria lógica da cultura local. Tempo suficiente também para se consolidar como ator político.

2.2 O JORNALISMO COMO ATOR POLÍTICO

No Brasil, dizer que o jornalismo político se ocupa da cobertura dos acontecimentos que envolvem os três poderes do Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, apesar de ser verdade, incorre em uma simplificação que não poderíamos deixar de apontar. Isso porque a função que o jornalismo assume, especialmente nessa editoria, supõe também uma larga dose de megalomania.

Melhor dizendo, o jornalismo, de forma geral, tende a se comportar como o detentor do Quarto Poder, o que vigia e intervém nos encaminhamentos dos outros três poderes, de acordo com o que considera de interesse público. Essa, no entanto, é uma premissa que corresponde muito mais a uma responsabilidade que a mídia gostaria de assumir, do que de fato um papel que lhe é de direito. No jornalismo político, de maneira especial, essa tentativa de se relacionar com os poderes administrativos é percebida de forma mais enfática.

De acordo com Albuquerque (2000), a imprensa brasileira poderia ser melhor

identificada como revestida pelo Poder Moderador⁴. Isso porque, apesar de reivindicar pra si o status de Quarto Poder, baseado em um ideal norte-americano de jornalismo, independente, objetivo e guardião da democracia, o contexto político brasileiro tem contornos bem distintos do dos Estados Unidos. Dessa forma, seria mais apropriado aproximar a tentativa, inconsciente e não necessariamente ativa, do jornalismo brasileiro de exercer um poder de vigília e arbítrio à ideia de Poder Moderador.

Como explica o autor:

Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública. Por detrás do discurso “americano” sobre o quarto poder, de modo não necessariamente consciente, esconde-se um modelo inteiramente distinto acerca do seu propósito, o modelo caracteristicamente brasileiro do “poder moderador”. (ALBUQUERQUE, 2000, p.43)

Como veremos com detalhes adiante, a notícia ocupa um papel fundamental na construção da realidade por oferecer narrativas de fatos, feitas a partir dos próprios fatos, mas também com contribuições culturais, sociais e políticas particulares, vindas dos “mundos” de cada um dos jornalistas responsáveis por redigir essas notícias. É, então, a partir dessas construções que temos a oportunidade não apenas de compreender os fatos, mas de vivenciá-lo pela perspectiva alheia, que pode complementar a nossa.

Essa noção é importante para compreendermos a função do jornalismo como um ator político. Como lembra Lima (2006), a condição de ator político é possível de ser desempenhada pela mídia por causa do poder econômico que os grandes conglomerados possuem, pela influência que os seus dirigentes são capazes de desempenhar diretamente no mundo da política e pela capacidade que a mídia tem de “produzir e distribuir capital simbólico” (LIMA, 2006, p. 59).

Essa afirmação nos leva às ideias desenvolvidas por Bourdieu (2011a, p.8) em relação ao simbolismo. Para ele, o simbólico pode ser visto como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos”, sendo a comunicação um desses instrumentos. Isso significa que, ao indicar essa capacidade por parte da mídia, Lima (2006) quis chamar atenção justamente para o poder que ela tem de repassar e reforçar ideias, característica valiosa no campo da política.

⁴ Referência ao poder dado ao Imperador, na Constituição Brasileira de 1824. O Poder Moderador, de forma neutra, era o responsável por arbitrar as disputas entre os três poderes (ALBUQUERQUE, 2000).

Além disso, outra característica que coloca a mídia na posição de importante ator político, de acordo com o autor e conforme acima mencionado, é a influência dos próprios dirigentes de empresas midiáticas no ambiente político (LIMA, 2006). Essa influência ocorre tanto porque muitos dos que possuem conglomerados midiáticos também fazem parte da política – apesar de ser ilegal⁵ – quanto porque mantêm relação de amizade com os que fazem parte do jogo político, incentivando uma rede de troca de favores.

Por ora, o que nos interessa neste tópico é compreender que o papel desempenhado pela mídia como ator político é reconhecido e relevante para o processo político brasileiro. O desempenho deste papel está relacionado ao fato de a mídia, especificamente falando sobre o jornalismo, colocar-se como peça fundamental para a manutenção da democracia.

2.2.1 O jornalismo como defensor da democracia (?)

Para tratar da relação entre jornalismo e democracia, apresentamos aqui duas visões distintas. Como a interrogação entre parênteses no título desta seção sugere, este assunto não é tema pacífico entre os estudiosos do jornalismo político. Enquanto alguns autores (GOMES, 1999; SARTORI, 1994; MCQUAIL, 2002; WOLTON, 1995) afirmam que o jornalismo é, sim, uma ferramenta valiosa para que a democracia seja respeitada e perpetuada, outros (MCCHESENEY, 1999; MARCONDES FILHO, 1989; MIGUEL, 2001) põem em dúvida essa questão.

No lado dos que enxergam os benefícios do jornalismo para a democracia, o primeiro argumento que apresentamos é o de que um regime democrático pressupõe amplo debate político, com ideias diversas, o que não seria possível sem o desenvolvimento dos meios de comunicação. E é justamente por garantir e proporcionar esses debates que o jornalismo estaria a serviço da democracia. Se pensarmos especialmente em um período eleitoral, podemos enxergar essa tendência de uma maneira mais clara.

Destaca-se, aqui, o período eleitoral pela sua contribuição, reconhecida como legítima, para a democracia. Neste sentido, Soares (2009, p.85) destaca as ideias de Sartori (1994), autor que defende o processo eleitoral como sintetizador da democracia e os meios de

⁵ De acordo com o artigo 54 da Constituição Federal, deputados e senadores não podem “ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada”. Em termos acadêmicos, há trabalhos que tratam do denominado “coronelismo eletrônico”, que trata exatamente das consequências dessa relação. Sobre como o assunto é tratado no Brasil, ver: dos Santos 2006; Camparelli, 2002, 2005.

comunicação como um de seus garantidores. Para ele, nas eleições “estamos diante de um ‘povo governante’, mas o voto expressa uma experiência pré-eleitoral, pois computa opiniões, de modo que as eleições promovem um governo baseado na opinião prévia do eleitorado”. Esta opinião prévia a que ele se refere é discutida e compartilhada com o auxílio dos meios de comunicação.

É o que se pode ver em períodos eleitorais, com os debates entre os candidatos que são promovidos por empresas de comunicação, no caso da televisão, ou mesmo dando espaço nos jornais impressos para que cada candidato faça circular suas propostas. Tudo isso é feito com a intenção de que essas informações⁶ cheguem ao conhecimento do público eleitor. É o ideal do jornalismo como Quarto Poder sendo mais uma vez posto em evidência e, além disso, é a amplitude do alcance midiático sendo comprovada e exaltada.

Isso porque se reconhece que os meios de comunicação são capazes de proporcionar uma arena de discussões e trocas de informações muito mais eficiente do que qualquer outra tentativa individual ou em grupos, e que a existência de um espaço que proporcione tamanha interação é vital para a democracia. Por ser fundamental, também é impossível de separar, hoje em dia, a democracia das atividades dos meios de comunicação, como pontua Soares (2009, p.112):

A democracia de massa que temos hoje implica um maior número de atores, exprimindo-se sobre um número maior de assuntos. Isso midificou o espaço público, no sentido de um alargamento resultante da democratização e do papel cada vez maior representado pelos meios de comunicação. Por isso, o espaço público contemporâneo é um espaço público mediatizado, o que quer dizer que ele é indissociável do papel dos meios de comunicação.

Por outro lado, os autores que desacreditam que a relação entre jornalismo e democracia seja benéfica enxergam como perigoso esse amplo espaço de debates e informações promovido pelos meios de comunicação. De acordo com os autores desta vertente de pensamento, o fluxo de informações intenso repassado pela mídia não representa um ponto positivo. As informações são submetidas à uma lógica limitante, que obedece mais as regras de mercado do que os interesses diversificados de um público cidadão. Neste contexto, então, a informação “acaba sendo simplificada, condensada, personalizada, descontextualizada, dando ênfase à ação em vez de ao processo, à visualização em vez de à abstração, ao estereótipo em vez de à complexidade humana” (SOARES, 2009, p.116).

⁶ Para este trabalho não vamos nos ater a questões de notícias tendenciosas no período eleitoral, com vistas a influenciar positivamente a imagem de um candidato em detrimento de outro.

Mais do que se colocar a favor ou contra uma dessas posturas, acreditamos ser mais interessante e relevante levar em consideração as indicações de ambas. O jornalismo representa, sim, um espaço importante para a consolidação e perpetuação da democracia, ao mesmo tempo em que a intensidade do fluxo de informações não deve ser confundida com um sinônimo de qualidade das mesmas.

Proporcionar o debate de ideias na política, fiscalizar as ações empreendidas por políticos e convocar frequentemente a população ao “púlpito virtual” criado pela imprensa, para que seus problemas sejam divulgados e soluções do poder público sejam solicitadas, todas essas são indicações do papel de defensor da democracia que a imprensa pretende exercer. É na pretensão que focamos. Na intenção que a imprensa tem de exercer essa função, mais do que na concretização deste ideal. Afinal, mesmo que esbarre em interesses conflitantes, apesar de o espaço dado não ser igual para todos, a intenção existe e persiste.

Viabilizar essa estrutura de debates e exposições políticas e ser reconhecida como um fator primordial na democracia só é possível, para a imprensa, por causa de sua credibilidade também construída entre os que acompanham suas empreitadas. É nesse sentido que Schudson (1995), ao observar a imprensa norte-americana, afirma que:

Finalmente, a mídia é obrigada não apenas a obter lucro, mas também a manter sua credibilidade aos olhos dos seus leitores. “O mais precioso bem que um jornal tem é sua credibilidade”, observa um editor do Baltimore Sun. “Se as pessoas pensam que não cobrimos certas histórias porque elas nos envolvem, as pessoas vão começar a se perguntar o que mais não cobrimos”. A mídia precisa conservar credibilidade não apenas junto à população em geral, mas também junto a especialistas e frequentemente junto a subgrupos críticos (particularmente em Washington). Enquanto houver heterogeneidade entre esses subgrupos, haverá pressão por equidade na imprensa (SHUDSON, 1995, p.5-6)⁷.

Apesar de o autor tratar especificamente da realidade da imprensa nos Estados Unidos, seus exemplos também podem servir de guia para a nossa reflexão sobre o papel do jornalismo na democracia brasileira. Da mesma forma, aqui do Brasil, busca-se construir a credibilidade diante do público, para que o seu papel como fiscal de políticas públicas e

⁷ Tradução livre do trecho: “Finally, the media are obligated not only to make profits but to maintain their credibility in the eyes of readers as they do so. ‘The most valuable asset a paper has is its credibility’, a Baltimore Sun editor has observed. ‘If people think we don’t cover stories because they involve us, people will start wondering what else we don’t cover’. The media must retain credibility not only with the population at large but with expert and often critical subgroups in the population (particularly in Washington). So long as there is heterogeneity among those subgroups, there will be pressure for fairness in the press”.

propositor de debates políticos tenha a legitimidade necessária para ser cada vez mais fortalecido e propagado.

2.2.1.1 O jornalismo político e sua centralidade nas eleições

Por tratar-se de uma análise que focaliza na cobertura jornalística em um período de eleições, propomos uma caracterização do jornalismo que é produzido neste momento específico. Como vimos nos tópicos anteriores, o jornalismo político se ocupa da cobertura das ações empreendidas pelos poderes do Estado e por seus representantes. Já o jornalismo político no período eleitoral, podemos inferir, corresponde a um braço importante do jornalismo político, sendo o palco das disputas políticas e responsável por ordenar e categorizar, para os cidadãos eleitores, em um momento específico, quais são os personagens que valem a pena observar, quais atitudes são relevantes e dignas de holofotes e quais não são.

Não se trata, no entanto, de dizer que o jornalismo político na época das eleições representa um aspecto novo do jornalismo, mas de apontar as especificidades que ele adquire. Portanto, no período eleitoral o jornalismo político se volta para os acontecimentos que podem interessar aos eleitores e ajudá-los na escolha que vão fazer nas urnas.

O entendimento do papel da comunicação eleitoral como estratégia de comunicação essencial em tempo de campanha pressupõe uma abertura conceitual ao papel funcional da comunicação política na dinâmica do sistema político. Comunicação política e comunicação eleitoral constituem dois patamares conceituais basilares na construção de uma estratégia política de comunicação (SANTO; FILGUEIRAS, 2010, p.81).

A cada eleição, portanto, o jornalismo político incorpora algumas características diferentes de sua faceta do dia a dia que só fazem sentido nesse período específico. Pautado pelo jogo entre os candidatos aos cargos públicos, o jornalismo político nesse período específico encontra os ganchos para suas matérias a partir do que esses candidatos expõem. Não à toa, durante o período eleitoral, são poucas as matérias que não envolvem postulantes a cargos ou que não estejam ligadas aos pormenores eleitorais.

O foco, no jornalismo político no momento eleitoral, portanto, fica voltado para os candidatos que têm maior expressividade, a contar pela intenção de votos. Aos outros é reservada uma posição de coadjuvantes, apenas sendo mencionados em panoramas de disputas ou quando provocam alguma polêmica. Abrir espaço para suas propostas, discutir a

viabilidade de suas intenções (embora essa seja uma falha recorrente) não é uma opção, já que a atenção dispensada aos candidatos com “força nas urnas” já é tida como suficiente para abarcar a complexidade do cenário político.

Por fim, o objetivo do jornalismo no período eleitoral é auxiliar o cidadão a formar ou reforçar uma opinião. Oferecendo diferentes mosaicos a respeito dos candidatos, a intenção é que o leitor informado – e aqui não entramos no mérito de se é bem informado ou não – tenha recursos para avaliar quais são suas melhores opções. Como afirma Schudson:

Obviamente, notícias políticas devem manter os cidadãos informados. Sem as informações precisas a respeito das preferências e valores dos candidatos, os cidadãos não poderiam fazer a escolha certa; sem a cobertura atenta do que os governos fazem, a população não poderia monitorar a atuação de seus representantes. (SCHUDSON, 1995, p.26)⁸

Não se trata, contudo, de afirmar que o jornalismo é capaz de influenciar os cidadãos a votar em candidato A ou B, e sim de reconhecer que todas as informações repassadas são absorvidas e ressignificadas por cada um dos leitores, formando um painel importante de consulta simbólica, ao qual podem recorrer para apoiar suas decisões. A intenção, com essas características, poderia ser de convocar os cidadãos para a esfera pública, em caso de descontentamento, mas o esvaziamento dos temas tratados e o foco nas disputas de poder, pura e simplesmente, acabam por ter o efeito contrário.

Dessa forma, podemos inferir também que o jornalismo deste período procura localizar os cidadãos nas discussões, apresentar os candidatos e suas propostas, viabilizar um painel didático diante do qual o eleitor pode preencher suas lacunas de dúvidas e indecisões. Os candidatos, sabendo desse caráter de guia do jornalismo, pensam em formas de usar os recursos midiáticos em benefício próprio, tornando suas propostas especialmente simplificadas para os diversos formatos de mídia.

Por outras palavras, a comunicação política e a comunicação eleitoral, nos Estados democráticos, tendem a constituir-se como plataformas de entendimento político entre o Estado, os seus agentes e os cidadãos suficientemente estáveis e permeáveis para permitirem a permanente adequação estratégica de objectivos, recursos e soluções políticas num enfoque onde o público constitui o verdadeiro decisor da orientação estratégica das campanhas e dos vectores prioritários de actuação e decisão política (SANTO; FILGUEIRAS, 2010, p.84)

⁸ Tradução livre do trecho: “Of course, political reporting should keep citizens informed. Without accurate information about the views and values of candidates for office, a citizenry cannot cast intelligent ballots. Without adequate coverage of the operation of government between elections, the attentive populace cannot effectively monitor the performance of their chosen representatives.”

Se, por um lado, diante dessa dinâmica, o cidadão se sente de fato o centro das atenções, percebe que o processo eleitoral é feito para que suas vontades sejam postas em prática e que é o seu voto, em primeira e em última instância, o objetivo de todo o esquema armado pelos políticos, por outro lado, a cobertura jornalística eleitoral acaba reduzindo o processo democrático a um embate pessoal, personificado, como visto no ponto 2.2.1.2 desta dissertação.

Isso porque mesmo ao tentar levantar questões para debate, o foco desse tipo de cobertura se debruça constantemente sobre as desavenças políticas dos candidatos, mais do que nas propostas de ação dos mesmos. Esse enfoque em embates pessoais, em certa medida, é uma das características não apenas do jornalismo na época eleitoral, mas do sistema político brasileiro.

Além disso, ainda em relação aos debates promovidos pela cobertura eleitoral, é possível identificar que os pontos colocados em discussão, com o objetivo de esclarecer os cidadãos sobre propostas de projetos, são escolhidos de acordo com o que os jornalistas, editores e produtores acham coerentes. São eles que decidem o que é importante ser debatido diante dos cidadãos, eles especulam sobre os temas de interesse da população geral e dispõem as informações de forma que os próprios cidadãos absorvam-nas como se, de fato, tivessem essa legitimação.

Nesse ponto também é válida a conceituação de notícia de Herraiz (1996), destacada por Alsina: “a notícia é o que os jornalistas acham que interessa aos leitores, portanto, a notícia é o que interessa aos jornalistas” (HERRAIZ apud ALSINA, 2009, p. 295). Apesar de, como lembra Alsina (2009) o conceito de notícia ser bem mais complexo do que isso e perpassar por outras variáveis, podemos dizer que essa lógica de Herraiz é aplicada na cobertura eleitoral, já que o que deve ser debatido é pautado pela noção de importância e relevância dos envolvidos na produção noticiosa.

Um tema pode merecer destaque na cobertura eleitoral quando agrega polêmica, quando põe em evidência as fragilidades de um candidato X ou Y, a depender das vinculações e preferências dos donos dos meios de comunicação que veiculam os debates, tudo isso sob a égide da utilidade pública. A pretensão de oferecer um serviço de amparo ao cidadão, diante de uma complexa rede de informações, que caracteriza a época eleitoral, é o carro-chefe desse tipo de jornalismo, o que nos leva a esmiuçar essas duas premissas que apresentamos.

Acreditamos que, por mais que alguns dos pontos levantados para discussão pelo jornalismo na época de eleições sejam de fato do interesse dos cidadãos, é inegável seu caráter de espetáculo. No entanto, é inegável também que a cobertura eleitoral mostra o funcionamento de uma parte importante da democracia e aproxima os cidadãos, em diferentes graus, do processo de escolha de seus representantes. Afinal, é dessa forma que os cidadãos se sentem diretamente envolvidos com as eleições, percebendo que têm nas mãos o poder de eleger os candidatos que melhor lhes representem.

Apesar disso, a forma como os debates são elaborados, de maneira unilateral e sem levar em consideração as reais necessidades dos cidadãos, os debates esvaziados e focados nas figuras dos políticos, que acaba se preocupando mais em deixar a disputa eleitoral atrativa do que em promover a circulação de informações úteis para os leitores/telespectadores eleitores.

Dessa maneira, o jornalismo no período eleitoral deixa transparecer uma faceta inoportuna. Isso porque, ao agir dessa forma, a cobertura eleitoral acaba passando a impressão aos cidadãos de que a democracia caminha independente de sua vontade e, apesar de ter sua participação efetiva nas urnas, os rumos a serem trilhados refletem realidades diferentes das almejadas. Assim, os participantes do espaço público precisam admitir que não é qualquer tipo de publicidade que serve aos seus propósitos básicos.

Apesar disso, a centralidade do jornalismo no período das eleições é incontestável. Essa posição privilegiada não ocorre apenas pela intensa interação dos campos midiático e político (BOURDIEU, 2011a; 2011b), mas também pela confiança que os meios de comunicação construíram e consolidaram diante de seus leitores e espectadores. Dessa forma, por se colocar como uma instituição cujo principal compromisso é informar imparcialmente os cidadãos, o jornalismo se coloca como uma plataforma confiável de debates e apresentação de propostas dos candidatos à eleição.

Nesse sentido, a importância do jornalismo é observada dos dois lados: tanto constitui uma peça central para os eleitores, que usam seus informes para construir um repertório de justificativas válidas para a escolha do voto em um candidato X ao invés de Y, quanto se coloca como a menina dos olhos dos próprios candidatos e dos responsáveis por suas campanhas, pelo espaço propício à divulgação de suas propostas. Isso significa que, apesar das trocas de farpas e dos embates entre os candidatos, ainda resta significativo espaço para que se propaguem as ideias de campanhas.

2.3 O JORNALISMO PARAIBANO

Apesar de o contexto nacional influenciar o jornalismo desenvolvido regionalmente e nos Estados, tem-se que considerar também que há uma parcela de especificidade nos jornanismos locais. O caso do jornalismo paraibano não é diferente. Nesse sentido, apresentaremos a sua trajetória, para que os aspectos sociais, culturais e históricos sejam devidamente levados em consideração na análise que propomos.

O aparecimento de seu primeiro jornal se deu no ano de 1826, ou seja, na mesma época e com a mesma intensidade em que começaram a surgir os periódicos nos outros recantos do país. De acordo com Araújo (1983, p.70), durante o período da Monarquia, “circularam na Paraíba mais de 50 periódicos, quase todos na capital, a maioria com orientação política e defendendo interesses partidários, havendo uma parte que seguia a linha de ataque ao poder e outra em posição de defesa.” Essa tendência ao partidarismo, vista na imprensa brasileira como um todo, mas que permaneceu na Paraíba por mais tempo, foi responsável por atrasar o desenvolvimento do jornalismo no Estado. Nesse sentido, ainda segundo Araújo (1983, p.74):

Durante muito tempo, a imprensa na Paraíba não pôde atingir um perfeito desenvolvimento, pelo menos até o encerramento do século passado. Quando se inicia este século, é que o jornalismo paraibano passa a imitar os padrões da imprensa do Rio de Janeiro, época em que os grandes diários daquele Centro-Sul começam a entrar aqui com maior facilidade, devido ao progresso dos sistemas de comunicação e dos transportes.

Nesse período, na imprensa paraibana, jornais antigos saíram de circulação e novos passaram a figurar no cenário da comunicação local. O único a resistir ao tempo foi o diário oficial do Estado, o jornal A União, reconhecido como o terceiro periódico mais antigo do país⁹. Além dele, podemos também destacar a contribuição do jornal O Norte, vinculado ao grupo Diários Associados, que entre maio de 1908 e 2012 figurou entre os principais periódicos da Paraíba, e da contribuição mais recente do Jornal da Paraíba e do Correio da Paraíba, periódicos cujos discursos são analisados neste trabalho.

Sobre A União, por ser uma publicação oficial do governo, seria redundante falar sobre seu posicionamento político alinhado com a esfera de poder estadual. No entanto, a respeito dos outros três jornais que mencionamos, é relevante apontar que o contexto político

⁹ Informações retiradas do website do Governo do Estado da Paraíba, no endereço: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/20080/jornal-a-uniao-retorna-com-novo-projeto-grafico.html>>.

local sempre desempenhou um papel central nas dinâmicas dos meios de comunicação paraibanos. Um exemplo dessa relação entre o jornalismo paraibano e a política é dado por Araújo (1983), em referência ao jornal O Norte. De acordo com a autora, apesar de ter nascido independente e sem vinculações partidárias, “7 anos após a sua fundação – 1915, não suportando mais as dificuldades financeiras, deixou a imparcialidade e iniciou a campanha epitacista contra o walfredismo¹⁰, passando a ser considerado órgão oficial do epitacismo” (ARAÚJO, 1983, p.115).

Com o passar dos anos, outros governos vieram e a oscilação entre apoio e oposição continuava fazendo parte da relação dos veículos com o poder político local. Como prova disso, podemos ver um relatório (ANEXO I) emitido pelo Governo Federal, como uma forma de orientar as ações do Poder Executivo em relação ao setor de comunicação, entre os anos de 1991 e 1992. O relatório está disponível no Arquivo Nacional e, sobre o jornal O Norte e sua relação com o poder estadual, diz: “Tendo em vista algumas divergências com o Governo Estadual, a situação financeira do jornal não é boa. O Governo suspendeu todas as publicações do Estado em O Norte, influenciando inclusive pessoas amigas a assim procederem”.

Por outro lado, sobre o Correio da Paraíba, o mesmo relatório afirma que o jornal:

Atravessa no momento uma de suas melhores fases financeiras, havendo recebido grandes empréstimos por parte do governo da Paraíba, possibilitando-lhe realizar uma ampliação de suas instalações e a aquisição de modernas máquinas impressoras. Sua direção mantém um bom relacionamento na área política, o que lhe facilita o atendimento de suas necessidades financeiras.

Percebe-se, então, que a boa relação com o governo estadual é um pressuposto valioso para o desenvolvimento dos meios de comunicação no Estado. Apesar de os tempos, agora, serem outros, muitos resquícios dessa forma de organização das relações ainda se encontram presentes. É preciso levar em consideração, no entanto, que esta questão não é uma exclusividade paraibana, afinal, a prática de financiamento de meios de comunicação por parte do poder oficial não é recente¹¹.

¹⁰ Referência à disputa entre o Partido Autonomista da Paraíba e o Partido Republicano Paraibano. O primeiro tinha como um de seus fundadores Epitácio Pessoa, enquanto o segundo era encabeçado por Walfredo Leal.

¹¹ Sobre esta relação, Wainer (1987, p.224) afirma que, antes mesmo do golpe de 1964, ela era próxima: “Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, utilizando como moeda de troca seu peso junto à opinião pública. Graças a esse trunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida. Para assegurar o apoio dos meios de comunicação, ou ao menos evitar que lhe fizessem oposição frontal, o governo

Por outro lado, não é apenas neste sentido que a imprensa e a política paraibanas se imbricam. Como veremos nas próximas seções, a política penetra diretamente na imprensa paraibana através dos donos dos principais grupos de comunicação do Estado. Para compreender melhor esta característica, explicitaremos as relações políticas que estão por trás dos jornais que nos propomos a analisar, o Jornal da Paraíba e o Correio da Paraíba.

2.3.1 O Jornal da Paraíba

Em suma, os jornais que utilizamos são os de maior destaque na Paraíba e também os que vêm sobrevivendo até os dias atuais¹², além de fazerem parte dos grupos de comunicação mais abrangentes do estado, como veremos a seguir.

O Jornal da Paraíba pertence à Rede Paraíba de Comunicação, grupo de empresas midiáticas que ainda engloba as TVs Cabo Branco e Paraíba (afiliadas Globo), os portais de notícias G1 e Globo Esporte.com e as rádios Cabo Branco FM e Paraíba FM. O jornal começou a circular em setembro de 1971 (ARAÚJO, 1983), na cidade de Campina Grande, mas apesar de ter se voltado para o interior no seu início, expandiu-se e consolidou-se como um dos jornais impressos de maior tiragem do estado, juntamente com seu concorrente direto, o Correio da Paraíba.

Em uma análise feita dez anos depois de sua fundação, o Jornal da Paraíba já apresentava histórico de relação e alinhamento com um lado da política local. Nesse sentido, de acordo com Araújo (1983, p.136), à época, o periódico regia-se “por uma linha mais oposicionista, desde que foi eleito naquela cidade (Campina Grande), para prefeito, o Senhor Ronaldo Cunha Lima, do partido contrário ao Governo”. Esse alinhamento pode ser analisado a partir de um fato que aconteceu na década de 1980. Foi justamente a partir desse período que o Jornal da Paraíba passa a fazer parte dos empreendimentos de José Carlos da Silva Júnior¹³, empresário e político que tem uma próxima relação de cumplicidade com a família Cunha Lima que, inclusive, perdura até os dias atuais.

contemplava jornais e revistas com isenções fiscais, facilidades para a importação de papel, eventualmente anúncios”.

¹² É importante destacar que a exclusão, nesta análise, do jornal A União e do O Norte foi proposital. Em relação ao primeiro, por se tratar de um periódico estatal, acreditamos que não caberia fazer os apontamentos de forma semelhante aos feitos nos jornais privados. Seria necessária uma abordagem diferenciada, levando em consideração suas especificidades, o que poderia desviar as discussões que propomos. Já o O Norte, como mencionado no item 3.3, fechou suas portas em 2012, o que o exclui na questão da sobrevivência.

¹³ Além de José Carlos da Silva Júnior, a Rede Paraíba de Comunicação também é comandada por seu filho, Eduardo Carlos.

O exemplo mais claro nesse sentido é que José Carlos da Silva foi senador pelo PMDB por dois mandatos, de 1996 a 1997 e em 1999, além de ter sido o primeiro suplente do então senador Ronaldo Cunha Lima, chegando a exercer o mandato durante 90 dias, quando Ronaldo Cunha Lima se afastou por motivos de saúde. José Carlos da Silva também foi vice-governador do Estado por duas vezes, a primeira como vice de Wilson Braga (1983-1986) e outra na época em que Ronaldo Cunha Lima estava no poder, entre 1991 e 1994¹⁴.

A relação de cumplicidade que podemos enxergar entre o dono da Rede Paraíba e personagens da política local pode ser verificada na prática também através das disputas que são empreendidas pelos meios de comunicação do grupo. Em episódio recente e marcante, por exemplo, os meios de comunicação da Paraíba se colocaram em uma verdadeira batalha que teve como estopim a possível cassação do filho de Ronaldo Cunha Lima, Cássio Cunha Lima, do cargo de governador do Estado, em 2009. Sendo a Rede Paraíba de Comunicação, como vimos, uma tradicional aliada da família Cunha Lima, muito do material que era veiculado por seus meios de comunicação fazia uma campanha em prol de Cássio, enquanto o Sistema Correio, que veremos suas alianças políticas com detalhes mais adiante, coloca-se contrário a ele.

Sobre esse período que antecedeu a cassação de Cássio Cunha Lima e as disputas empreendidas pelos meios de comunicação da Paraíba em defesa, cada um, de seus aliados, Aires (2014a) aponta:

O episódio de cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB, 2002 – 2009) é importante para entender o sentido que este aspecto adquire no contexto paraibano, já que a disputa entre o Sistema Correio de Comunicação e o Sistema Paraíba desempenhou papel importante neste processo. A política local é caracterizada pela cissão entre as famílias Maranhão e Cunha Lima, a mídia local por sua vez reproduz essa polarização. Os donos dos principais sistemas de comunicação, por exemplo, estabeleceram alianças políticas com estes grupos.

A cassação de Cássio Cunha Lima e a movimentação que ela causou é um bom caso para analisarmos as especificidades da imprensa paraibana. Essa polarização da política, entre polo Cunha Lima e Maranhão (que veremos com detalhes no ponto 5.1 deste trabalho) e o consequente acompanhamento da imprensa nessa polarização já perdura por mais de duas décadas e, mesmo quando agrega novos personagens que exige uma reconfiguração nos apoios e nos desamparos, a lógica da polarização persiste. Inclusive, foi isso que aconteceu nas eleições estaduais de 2010, com a chegada de Ricardo Coutinho para a disputa, como

¹⁴ Informações obtidas no site do Senado Federal: www.senado.gov.br

ainda será abordado. Por ora, passamos para a compreensão do outro lado a ser analisado na imprensa paraibana, o jornal Correio da Paraíba e seu contexto de produção.

2.3.2 O Correio da Paraíba

O jornal Correio foi fundado em agosto de 1953 (ARAÚJO, 1983) e faz parte do Sistema Correio de Comunicação. Em sua história, o jornal Correio coleciona muitos altos e baixos que marcaram a sua produção. A primeira parte de sua trajetória, em seus primeiros quinze anos, mostra que o jornal era tido como o melhor do Estado, tendo sofrido um grande declínio na sua qualidade após 1968. Essa queda da qualidade, no entanto, apresenta duas explicações, uma de cunho econômico, outra de cunho político. A respeito da primeira possibilidade, ainda de acordo com Araújo (1983, p.121), afirma-se:

Folheando as coleções do Correio da Paraíba, sentimos que, até 1968, ele era o melhor jornal da Paraíba em termos de independência político-ideológica. Seu diretor, na época Soares Madrugá, que assinou a coluna Diário da Política durante 16 anos e permaneceu na direção do jornal de 63 a 71, atribui a queda da qualidade a fatores econômicos. Em entrevista que concedeu a esta autora, Soares Madrugá aponta a instalação da Rádio Correio, em 1968, como motivo de débitos para a empresa, que por isso “não pode equipar-se modernamente, como o fizeram outros jornais de João Pessoa, a exemplo de O Norte.

Por outro lado, foi apontado, pelo Superintendente do jornal entre maio de 78 e setembro de 79, que o declínio na qualidade do Correio estava ligado ao caráter governista (ARAÚJO, 1983) que o periódico assumiu na época. De uma forma ou de outra, o momento também foi marcado pelo período militar e, como em todo o resto do Brasil, os jornais paraibanos também sofreram com a censura, sendo esta também uma causa provável para tal baixa.

Independente dos motivos da decadência do passado, na década de 1980 o jornal ressurgiu como “um dos diários mais prestigiados da Paraíba” (ARAÚJO, 1983, p.124) e passa a consolidar seu status de uma das maiores tiragens do Estado. Além disso, hoje em dia, o jornal figura entre outros empreendimentos de um amplo sistema de comunicação que abrange toda a Paraíba. Esse sistema, chamado Sistema Correio de Comunicação, agrupa, além do jornal aqui analisado, o periódico impresso Já, as TVs Correio e RCTV, 11 rádios espalhadas por diversas cidades da Paraíba, duas revistas, quatro portais, incluindo o Portal Correio e a Fundação Solidariedade.

Esse verdadeiro império das comunicações acompanha uma característica nacional, de concentração midiática nas mãos de famílias historicamente influentes, nos campos político e econômico do país. No caso da Paraíba, de acordo com Aires (ed. 739, 2013), “poucas famílias dominam a mídia e o número de políticos que detém concessões de radiodifusão é considerável. Tão considerável que é possível contar nos dedos de uma única mão as concessões que não estão nas mãos de políticos”. Essa concentração, consequentemente, reflete um outro aspecto das comunicações brasileiras, que é o massivo uso da mídia por políticos.

Isso porque, da mesma forma que acontece com a Rede Paraíba de Comunicação, o proprietário do Sistema Correio também participa ativamente da política local. Isso porque o proprietário do Sistema é o empresário e senador Roberto Cavalcanti, hoje ligado ao PRB, e que assumiu o lugar do agora ex-governador do Estado, José Targino Maranhão (PMDB) – sobre o qual falaremos mais adiante – no Senado.

Cavalcanti assumiu o Correio da Paraíba 1982, juntamente com seu irmão, Paulo Brandão. Segundo Aires (2014, p.77), dois anos depois de ter adquirido o jornal, após a divulgação do caso de corrupção “Escândalo dos hotéis”¹⁵, Brandão “foi assassinado com 36 tiros de pistola quando saía da indústria que também administrava”. As investigações da época, feitas pela Polícia Federal, concluíram que a ordem de assassinato havia saído do Palácio da Redenção¹⁶, sede do governo estadual comandado por Wilson Braga. O mesmo Wilson Braga que tinha como vice José Carlos da Silva Júnior, o comandante geral da Rede Paraíba de Comunicação.

Acirrava-se, então, as disputas políticas e midiáticas na Paraíba. Se, de um lado, tínhamos o Jornal da Paraíba, da Rede Paraíba, sob a coordenação de José Carlos da Silva Júnior, sendo vice-governador de Wilson Braga e, mais tarde, de Ronaldo Cunha Lima, tínhamos também Roberto Cavalcanti que, dono do Sistema Correio, detentor do Correio da

¹⁵ “Entre as denúncias publicadas no Correio, estavam o superfaturamento na compra de caçambas pela Prefeitura da Capital, o caso da PBTur ou o escândalo dos hotéis, como ficou conhecido, e irregularidades em licitação do DER, que foi cancelada após a denúncia do jornal”. Informações retiradas da notícia: <<http://www.bayeuxemfoco.com.br/noticia/morte-de-paulo-brandao-crime-que-tentou-silenciar-o-correio-completa-29-anos.html>>

¹⁶ “Conforme apurou a Polícia Federal na época, o assassinato de Paulo Brandão foi planejado no Palácio da Redenção pelo coronel reformado da Polícia Militar, José Geraldo Soares de Alencar que, na época, era secretário-chefe do Gabinete Militar do Governo do Estado, e as armas utilizadas eram da Secretaria de Segurança Pública. De acordo com a PF, o crime teve o envolvimento de mais três militares, o sargento Manoel Celestino da Silva, o subtenente Edilson Tibúrcio de Andrade e o cabo reformado da PM, José Alves de Almeida, o “cabo Teixeira”. O coronel Alencar foi condenado por ter sido o autor intelectual do crime. Informações retiradas da notícia: <<http://www.bayeuxemfoco.com.br/noticia/morte-de-paulo-brandao-crime-que-tentou-silenciar-o-correio-completa-29-anos.html>>

Paraíba, já se colocava como opositor ao governo estadual. Agravado com a morte do seu irmão, a situação de disputas tornou-se mais clara.

Percebemos, então, com as dinâmicas apresentadas pelos dois maiores grupos de comunicação do Estado, que a mídia e a política, na Paraíba, formam uma relação simbiótica. Para Aires (2014, p.85), além de se colocar como palco para as disputas próprias da política, na mídia da Paraíba “são estabelecidas alianças políticas com os proprietários dos meios de comunicação que garantem campanhas eleitorais permanentes”. Dessa forma, a política, que naturalmente já rende pautas escandalosas, em terras paraibanas ganha contornos de “briga de rua”, pelo clima de tomada de partido que a imprensa local tende a envolver os escândalos e disputas políticas.

3 COTIDIANO, CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E NOTÍCIA

3.1 A FENOMENOLOGIA E O ESTUDO DO COTIDIANO

A fenomenologia é fundamentalmente dialógica. Isso porque a corrente fenomenológica tem uma atitude muito mais contemplativa e não se entrega à argumentação como objetivo último. Podemos perceber isso no próprio significado do verbete ‘Fenomenologia’, que deriva da palavra grega ‘Phainesthai’, traduzida como “aquilo que se manifesta”. Daí já se entende a principal premissa da fenomenologia, que pode ser resumida como a observação do fenômeno puro, considerando integralmente a maneira como ele se manifesta. Para que a análise seja, de fato, fenomenológica, nada deve ser descartado, pois até o residual, para os adeptos dessa vertente, é importante.

No entanto, antes de aprofundarmos em relação a esta e outras características da fenomenologia, faz-se importante compreender a noção de fenômeno. Para isso, recorremos a Kant, já que foram algumas arestas deixadas em seu pensamento que incitaram a fundação da fenomenologia, como veremos mais adiante.

Para Kant, não é possível vislumbrar totalmente as coisas da vida. De todas elas, vemos apenas uma parte, que é assimilada pela nossa mente e sentidos. No entanto, sempre há um lado obscuro, que permanece um mistério para nós. À parte que reconhecemos, Kant dá o nome de fenômeno. Essa questão, entre outras levantadas na filosofia de Kant, deixou Edmund Husserl intrigado. E é a partir da reformulação dessa ideia de fenômeno que Husserl, conhecido como pai da fenomenologia, começa a trabalhar.

Ele, na verdade, não trabalhou com conceitos novos; muito do que ele propôs já havia inquietado não só Kant, mas também pensadores anteriores, como Platão e Aristóteles, por exemplo. Mas, podemos afirmar que foi Husserl quem estruturou a fenomenologia em uma metodologia de análise propriamente dita.

Para ele, que era matemático, era importante que a análise filosófica tivesse as características próprias de uma ciência rigorosa. Em primeiro lugar, Husserl explicitou sua contrariedade em relação às verdades mutáveis da ciência. De forma geral, a ciência propõe modelos de explicação baseados em “certo” e “errado” e que ficam em vigência até que seja superado. O que Husserl queria evitar é que a verdade filosófica fosse provisória, o que o encaminhou para a ideia de que isso só aconteceria se as análises se debruçassem sobre as coisas como elas são, nas suas essências.

Para isso, é necessário que os fenômenos sejam descritos exatamente como se apresentam e, mais importante, sem a interferência de conceitos pré-concebidos e teorias. Husserl propõe que, para que a análise alcance esse objetivo, sejam feitas reduções, conhecidas pelo nome de *epoché*. A intenção, com essa redução, é que se possa concentrar no fenômeno em si, tal como ele aparece para o indivíduo que o analisa. O que já explicita outra característica da fenomenologia, que é a consciência de que o que importa não é se chegar a uma análise fechada e ideal do fenômeno, mas, sim, como cada um percebe esse fenômeno.

Mas, apesar da sua pretensão de ampliar os horizontes da análise, Husserl ainda excluía um ponto imprescindível para quem pensa o cotidiano: o senso comum. Ao longo deste trabalho, evocamos inúmeras vezes o senso comum para localizar as discussões que apresentamos. Mas, o que é mesmo o senso comum? Por que ele é tão importante para compreendermos as circunstâncias do cotidiano, se, diante do próprio senso comum, ele parece ser relegado a uma posição inferior de conhecimento? Para responder essas indagações, primeiramente, começamos por esmiuçar este conceito.

De forma resumida, podemos caracterizar o senso comum como sendo os saberes não codificados, aqueles que permeiam as relações e ações do cotidiano. Na concepção de Husserl, é nos saberes do senso comum que estão depositadas todas as ideias pré-concebidas sobre a realidade. Isso é posto em cheque no *epoché*, já que as reduções devem colocar em parênteses justamente essas ideias. Seguindo sua lógica, o que ele propõe reduzir é tudo aquilo que o senso comum vê como parte da realidade.

3.1.1 A contribuição de Schutz

E é nesta parte que introduzimos outra figura fundamental para compreendermos a fenomenologia: Alfred Schutz. Apesar de ter sido influenciado em grande parte pelas ideias de Husserl, Schutz criticou bastante algumas concepções de seu mentor. Uma dessas críticas diz respeito justamente ao senso comum. De acordo com o ele, excluir o senso comum e tudo que ele acompanha é deixar de lado uma parte importante e fundamental do fenômeno. Sem isso, não estaríamos diante de um fenômeno puro e total, mas sim de um fragmento, de uma parte desse fenômeno.

Dessa forma, Schutz tratou de incorporar na análise fatores subjetivos, como a experiência de vida de cada indivíduo, seus sentimentos e pensamentos. E é por esse seu caráter inclusivo, que procura não deixar de fora nem o que outras abordagens tendem a

caracterizar como menos importante, como as subjetividades, que a fenomenologia é conhecida. Seus preceitos acabaram por influenciar inúmeras outras perspectivas de análise do cotidiano, como o formismo, a etnometodologia e o interacionismo simbólico.

Para este trabalho, o que se torna crucial é compreender como a fenomenologia auxilia na análise do cotidiano, levando em consideração suas manifestações mais espontâneas. Exaltamos, portanto, esse caráter de observador sem amarradas que a fenomenologia propicia, mais preocupado em explorar e explicitar as especificidades dos mistérios do que em classificá-los e julgá-los de forma limitadora. Isso posto, podemos agora passar para uma exploração mais detalhada sobre este objeto que dá tanta margem de análise para a fenomenologia: o cotidiano.

3.1.2 O cotidiano e a realidade social

Em uma tentativa simplória de caracterizar o cotidiano, sem preocupação com autor ou teoria, recorrendo apenas às concepções percebidas pelo senso comum, poderíamos dizer que ele é a vida que nos cerca, mesmo que não percebamos que ela ali está. O cotidiano pode ser, ainda e também, a rotina que classifica os momentos distintos em uma falsa e frágil unidade. Neste sentido, poderíamos pensar que a monotonia e a sensação de repetição, ambas relacionadas à rotina, direcionam para a banalidade. Das ações, dos sentimentos e das interações feitas no seio do dito cotidiano.

Em relação a isso, seguindo o raciocínio que estamos construindo, pode-se pensar que o banal, pela carga que o próprio nome evoca, não seria passível de interesse. Tratado como algo descartável, sem importância, o banal que acompanha o cotidiano estaria fadado ao esquecimento ou omissão. Propor-se a estudar esses elementos, então, estaria fora de cogitação. Por quê? Para quê? E é neste ponto que chegamos aos estudos que se debruçam sobre o cotidiano.

Primeiramente, para que esses estudos tomassem forma, foi preciso que a banalidade inquietasse. Mas não apenas isso. Foi preciso que se enxergasse além do banal, que se reconhecesse que existem sentidos escondidos e expostos no marasmo do cotidiano, na banalidade dos ecos da rotina. Em resumo, como aponta Tedesco (2003, p.28):

Por mais que o cotidiano seja expressivo da banalidade, esta não está sempre presente, ou, se está, não está no vazio; há significados nisso. Além do mais, há graus diferenciados de banalidade, bem como há fatos nele que delimitam espaços

de resistências, de confronto entre atividades regulares e, também, entre a dimensão do cotidiano e a sociedade global.

Percebe-se, assim, que tratar do cotidiano exige, além de uma profunda observação do ser humano em sua individualidade e de suas interações sociais, a consciência de que se está lidando com um tema abrangente e de fronteiras flexíveis. Não por acaso, correntes teóricas distintas se ocuparam com a explicação do que é o cotidiano, fazendo surgir diversas abordagens sobre o tema e evidenciando sua capacidade de delinear inesgotáveis ilustrações da vida em sociedade. Apesar de apresentarem pontos de vistas múltiplos sobre o cotidiano, essas perspectivas têm o objetivo comum de compreender sua complexidade e amplitude.

Pequenos detalhes do dia a dia, silêncios, sensações, interações corriqueiras entre sujeitos, tudo o que, aparentemente, não diz muita coisa, na verdade, guarda sentidos profundos sobre a relação do ser com outros seres e com o seu meio, socialmente construído. Através da observação, sem imposição de pré-julgamentos, é possível perceber esses sentidos, desvendar as questões que estão entrelaçadas ao rotineiro e banal, mas que comunicam e revelam intenções.

Em resumo, Pais (2003, p.31) afirma que o cotidiano pode ser definido como “uma rota de conhecimento”, o que nos leva a considerar a sociologia do conhecimento fenomenológica como o caminho mais livre para lidar com essas revelações sociais do cotidiano. Com suporte na sociologia compreensiva de Max Weber, nas considerações de Simmel e na fenomenologia de Husserl e Schutz, o enfoque da sociologia do conhecimento de base fenomenológica recai exatamente sobre o mundo da vida, este que o cotidiano retrata.

Em seu livro “A construção social da realidade” (2001), Berger e Luckmann tratam de definir o campo de análise da sociologia do conhecimento, afirmando que é sobre os “conhecimentos” do senso comum que ela deve se debruçar. Isso porque, já que a sociologia do conhecimento deve desvendar, como o próprio nome do livro revela, a construção social da realidade, nada mais natural que ela se volte às diversas realidades que são concebidas pelos indivíduos na vida cotidiana.

Nesse sentido, a vida cotidiana, na visão dos autores, “apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 35). A formação desse mundo coerente é feita diariamente, através de experiências e troca de vivências entre os indivíduos, que dividem e aperfeiçoam seus conhecimentos.

Ao retomar as ideias de autores que se dedicaram a compreender o cotidiano, Tedesco (2003, p.40) apresenta a concepção de Schutz sobre como a interação entre os indivíduos é fundamental nesse processo de construção ininterrupta do cotidiano:

A ideia central de Schutz é que toda a ação humana repousa sobre um conjunto de informações que nos são, em seu sentido amplo, fornecidas pelos outros; que são socialmente determinadas e se revelam sempre incompletas para interpretar o mundo. Nessa ótica, o sujeito pensante opera seus percursos sociais com a ajuda de um estoque de conhecimento mais ou menos preciso, mais ou menos aplicável no mundo da vida onde ele entra em interação com os outros sujeitos, gerando seus percursos da mesma maneira.

Isso significa que é a partir dessas interações com os outros que construímos a noção que temos de realidade. O mundo ao nosso redor se forma a partir das nossas concepções dele, a partir das interações que temos com outros indivíduos, também em situação de igual construção de percepção. O meu mundo se constitui de acordo com o que apreendo com o que me cerca, a partir das minhas experiências e do contato com os outros, com os mundos dos outros.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E A COMUNICAÇÃO

A comunicação, pensando nesses termos, também desempenha um papel fundamental nessa construção da realidade. Como vimos, Alfred Schutz trabalhou com essa questão de uma perspectiva fenomenológica, dando muita atenção à vida cotidiana e aos modos como ela constrói sociabilidades com o auxílio da comunicação. Isso porque, para ele, “a comunicação implica a constituição de universos de significado comuns onde é possível compreender e sermos compreendidos graças a um processo de geração recíproca de expectativas no decurso da qual construímos uma ideia partilhada de realidade” (CORREIA, 2004, p.16).

Se, ainda, pensarmos no domínio da comunicação como intrinsecamente ligado à consciência, também estamos dando passos na direção que Schutz indicou, já que ele se preocupou em analisar a construção do mundo da vida a partir da maneira como a consciência se encarregaria de dar sentido, de encher de significado as vivências de cada um dos indivíduos em suas realidades. A comunicação, então, seria fundamental para o compartilhamento dessas concepções, para que as consciências, distintas e diversas, possam se conectar e trocar impressões, construindo possíveis realidades.

É nessa linha de pensamento que seguimos e propomos tratar especificamente do jornalismo como elemento que auxilia a construção da realidade para os indivíduos. Podemos identificar, por exemplo, na forma como os jornais narram os fatos e nas seleções que fazem do que evidenciar, meios para que os indivíduos construam suas representações de mundo.

Se, de acordo com Schutz (apud TEDESCO, p.41), a realidade social é vista como sendo o “produto de interações, do somatório de objetos e fatos da vida cultural e social que o senso comum experiência nas (inter)ações”, podemos tomar o discurso jornalístico também como uma linguagem que é construída a partir da interação entre os indivíduos e que, em um movimento recíproco, contribui para a construção da realidade social.

Essa ideia, no entanto, nem sempre fez parte da dinâmica de pensamento em relação ao jornalismo. Podemos nos remeter a muitas teorias que, ao longo da história do jornalismo, se propuseram a determinar regras de atuação, explicar seus procedimentos e elencar os supostos benefícios que um jornalismo ético – para usar um conceito que acabou sendo muito caro à prática jornalística – poderia trazer à sociedade. Por exemplo, a primeira e uma das mais famosas dessas teorias, a teoria do espelho, apresentava o ideal jornalístico em sua essência. Como o próprio nome sugere, de acordo com essa percepção, o trabalho do jornalismo seria reproduzir a realidade tal como ela é, como se fosse um espelho.

No entanto, nem espelhos são capazes de reproduzir o diversificado espectro do real. Por isso, essa concepção do jornalismo não encontra, hoje, a aceitação que um dia conheceu, fazendo parte apenas do senso comum ligado à profissão de jornalista. Nesse sentido, foi preciso ampliar e reformular a compreensão da prática jornalística e admitir que repassar uma notícia perpassa muito mais por um processo de construção do que propriamente de reprodução engessada e pretensamente fiel. E é essa a proposta dos teóricos que trabalham com o paradigma da notícia como construção da realidade.

3.2.1 A notícia como construção da realidade

O paradigma construtivista do jornalismo se desenvolveu no final da década de 1960 e início de 1970 (GADINI, 2007), momento em que os estudos sobre o jornalismo passaram por profundas transformações. Isso porque, após o longo predomínio dos enfoques de causa e efeito, o clima de efervescência política, social e cultural pelo qual o mundo passava abriu os caminhos para novos questionamentos e opiniões a respeito do comportamento do jornalismo. O rápido desenvolvimento da televisão, os questionamentos de autoridade que vieram com a

Guerra do Vietnã e as manifestações de maio de 1968 podem ser apontados como alguns dos fatores que propiciaram as investigações do jornalismo sob uma nova perspectiva.

Ligada a essa concepção construtivista, a teoria do *newsmaking* admite que as notícias, além de repassarem informações baseadas nos fatos que encontram referência na realidade, também “ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção” (PENA, 2013, p.129). Por isso, para a socióloga americana Gaye Tuchman, uma das principais autoras a tratar do *newsmaking*, é exatamente na ideia de construção que o conceito de notícia deve se basear, posto que a notícia ajuda a construir a realidade “como fenômeno social compartilhado, já que, no processo de descrever um acontecimento, a notícia define e dá forma a esse acontecimento¹⁷” (*Idem*, 1983, p. 197-198).

Para ela, o importante é destacar que existem regras para essas descrições, ou seja, admitir que a notícia não tem o caráter objetivo que a teoria do espelho anunciava, não significa que o jornalista está livre para fundamentar as notícias que escreve em percepções ou ficcionalidades. Pelo contrário, o jornalista baseia seus relatos em procedimentos que são inerentes à prática jornalística, o que garante o respeito às informações repassadas. A respeito das ideias de Tuchman, Pena (2013, p.129) explica:

Em outras palavras, Tuchman quer dizer que o processo de produção da notícia é planejado como uma rotina industrial. Tem procedimentos próprios e limites organizacionais. Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo.

A teoria do *newsmaking*, então, utiliza-se do paradigma de construção social da realidade que, por sua vez, é herdeiro direto da sociologia do conhecimento que destrinchamos acima. No entanto, esta não é a única teoria a apropriar-se desse paradigma. Alsina (2009), por exemplo, aprofunda a ideia proposta por Tuchman e adiciona às reflexões um fator de extrema importância para lidar com as construções do jornalismo: as subjetividades do cotidiano.

Por isso, Alsina (2009, p. 299) afirma que a notícia pode ser definida como sendo “uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. E, assim, pensando na parcela de influência

¹⁷ Tradução livre do trecho: “(...) la noticia no espeja la sociedad. Ayuda a constituir la como fenómeno social compartido, puesto que en El proceso de describir un suceso la noticia define y da forma a ese suceso.”

que o cotidiano representa, o autor desenvolve sua proposta com base na ideia de que o jornalismo é composto pela interrelação de três mundos distintos, o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível.

De forma geral, o mundo “real” pode ser explicado como o mundo dos acontecimentos, permeado pelos fatos que nos rodeiam e que caracterizam a nossa vida cotidiana. Os jornalistas, responsáveis por narrar fatos, precisam recorrer a suas referências para enquadrar suas narrativas. Como o próprio nome já sugere, os mundos de referência “são construções culturais que o jornalista estabelece segundo sua enciclopédia” (ALSINA, 2009, p. 309). E, por fim, há o mundo possível, definido pelo autor como sendo:

Aquele mundo que o jornalista construirá levando em conta o mundo “real” e um mundo de referência escolhido. Em resumo, o jornalista não pode estabelecer qualquer mundo possível, mas precisa levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que pretende relatar, e as características do mundo de referência que os fatos o remetem (ALSINA, 2009, p. 308).

Assim como Alsina e Tuchman, Traquina (2001) também propõe pensar a notícia sob a perspectiva de construção social. Porém, na concepção que ele apresenta, o autor faz a distinção entre duas teorias do jornalismo que compartilham o mesmo paradigma construtivista: a teoria estruturalista e a etnoconstrucionista. Dessa forma, a primeira similaridade entre essas duas teorias fica por conta da localização que fazem do jornalista enquanto pertencente a um local de trabalho com rotinas e constrangimentos organizacionais (TRAQUINA, 2001).

Isso significa que, assim como pontuamos com base no pensamento de Tuchman, os jornalistas estão comprometidos a seguir algumas regras ditadas pela deontologia da profissão e também pela estrutura organizacional das empresas. Nesse sentido, essas teorias construtivistas se utilizam de observações feitas pela teoria organizacional de Warren Breed para basear suas proposições sobre a interação do jornalista com seu meio de trabalho. Mas, é importante lembrar, que as teorias construtivistas, neste aspecto, corroboram com ideias transorganizacionais, ou seja, que admitem que há também a influência de fatores que transcendem as organizações jornalísticas.

Em uma segunda aproximação das teorias estruturalista e etnoconstrucionista, o autor destaca a importância que ambas dão à cultura jornalística, sendo isto “a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo seu trabalho” (TRAQUINA, 2001, p.86). Esta posição rejeita a hipótese de que o jornalista é um mero instrumento das empresas,

comportando-se de forma passiva e apenas reproduzindo os interesses dos proprietários das empresas jornalísticas. Ao contrário, os jornalistas participam ativamente do processo de produção de notícias e construção da realidade.

No entanto, apesar dessas semelhanças, a teoria estruturalista e a etnoconstrucionista divergem em um ponto fundamental: enquanto a primeira tende a focar mais nas fontes, a última se orienta mais em torno do jornalista (TRAQUINA, 2001). Como consequência disso, outra diferença que pode ser abordada em relação às teorias é que, “enquanto a teoria estruturalista privilegia o papel dos valores-notícia, a teoria etnoconstrucionista privilegia o papel das práticas profissionais e as rotinas criadas para levar a cabo o processo de produção das notícias” (TRAQUINA, 2001, p.116).

Essa esquematização proposta por Traquina reformula a apresentação de algumas noções que apresentamos aqui. Segundo ele, por exemplo, as ideias de Tuchman se enquadrariam na teoria etnoconstrucionista, já que suas observações sempre se remetem à influência das práticas jornalísticas na produção de notícias. No entanto, o autor se refere apenas a gradações na abordagem mais de um tema em detrimento de outro, de forma que, apesar delas, o ideal construtivista encontra mais motivos para aproximar essas perspectivas do que afastá-las.

Independente da forma como as teorias são organizadas pelos autores, o ponto importante nesta análise é identificar no paradigma de construção social da realidade, aplicado à questão da notícia, o terreno ideal para tratarmos da análise dos periódicos paraibanos. Isso porque, assim como Alsina considera as manifestações do cotidiano no mundo de referência ao qual o jornalista se remete para criar um dos mundos possíveis, também consideramos que os jornais paraibanos buscam nos conhecimentos perpetuados pelo senso comum as bases para os modelos de política que veiculam. E esses modelos transmitidos através das notícias acabam por fazer parte das referências de mundo dos indivíduos.

4 ANÁLISE: AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010 E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NOS JORNAIS PARAIBANOS

4.1 AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 2010: PERSONAGENS E TRAJETÓRIAS

Falar sobre as eleições estaduais de 2010 é falar sobre dois personagens que fizeram – e fazem – parte dos jogos de poder do Estado e contribuíram com seu nome e influência para balançar as disputas eleitorais, mesmo que indiretamente. Trata-se de José Maranhão, candidato à época ao governo da Paraíba, e Cássio Cunha Lima, filho do influente político Ronaldo Cunha Lima, e que emprestou seu prestígio ao candidato Ricardo Coutinho.

A história, que é agora apresentada em oposição, começa, no entanto, em uma caminhada comum. José Maranhão e Ronaldo Cunha Lima, antes de 1998, estavam filiados ao mesmo partido, o PMDB. Aliados, Cunha Lima deu apoio à candidatura de Antônio Mariz como governador, em 1994, que tinha justamente José Maranhão como vice. Mariz, entretanto, faleceu pouco tempo depois de sua vitória, em 1995, assumindo, então, Maranhão o governo do estado. E é nesse ponto, em que Maranhão ganha vez e voz e Ronaldo Cunha Lima tenta se manter no papel de mandatário, que a relação dos dois começa a azedar.

O episódio mais conhecido dessa fase aconteceu no Clube Campestre de Campina Grande, em 1998, por ocasião do aniversário de Ronaldo Cunha Lima. Recebido com um animado festejo de fogos no evento, Maranhão atíçou a ira de Cunha Lima, que o lembrou que sua permanência no governo se devia, em grande parte, ao seu desejo. Entre lendas e fatos, Mello (2010, p.60) pontua que Ronaldo Cunha Lima:

(...) esgotado o ciclo militar, em 1985, tornou-se dominante na Paraíba, ao eleger governadores, senadores, a maioria das bancadas federal e estadual em 1986, 1990 e 1994, além das prefeituras das principais cidades. Cristalizando dissensões próprias de agremiação que inchava, o episódio de 98 colocou frente a frente o governador José Maranhão, eleito vice-governador em 1994 e tornado titular com o falecimento de Antônio Mariz, em 16 de setembro de 1995, e o chamado grupo Cunha Lima, sob a liderança do senador Ronaldo. Dentro do PMDB, enquanto Maranhão ampliava espaços, os Cunha Lima fortaleciam-se com o controle das prefeituras de João Pessoa, com Cícero Lucena, e Campina Grande, através de Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo e apregoado sucessor deste.

O sobrenome Cunha Lima, então, era reconhecido como uma força política capaz de decidir disputas eleitorais e que, por isso, gozava de grande prestígio no meio político paraibano. Maranhão, que passou a despontar como rival para a família Cunha Lima quando

assumiu plenamente o cargo de governador, acima de tudo, iniciava uma nova dicotomia na política do estado, que perdura até os dias atuais.

O rompimento oficial aconteceu alguns anos depois do ocorrido no aniversário de Ronaldo Cunha Lima, em 2001, quando ele e seu filho Cássio Cunha Lima romperam com o PMDB e passaram a fazer parte do PSDB. Daí para o confronto nas urnas não demorou muito: em 2002, Maranhão renunciou ao governo para se candidatar a uma vaga no Senado Federal, deixando o cargo com seu vice Roberto Paulino (PMDB). Paulino tentou a reeleição ao governo com o apoio de Maranhão, mas foi derrotado justamente por Cássio Cunha Lima, que tinha a seu favor a consolidada tradição de seu nome.

Essas eleições de 2002 foram bastante emblemáticas justamente por mostrar pela primeira vez a polarização que marcaria por anos a política paraibana. Em uma análise do período, Vieira (2006) afirma que as dinâmicas políticas paraibanas passaram por uma profunda reestruturação depois do rompimento dos dois núcleos. A ascensão da lógica maranhistas *versus* ronaldistas não atingiu apenas os dois personagens principais, mas interferiu nas relações políticas do Estado como todo. De acordo com o autor:

Com o racha da convenção do PMDB que dividiu o Estado entre maranhistas e ronaldistas, tudo mudou radicalmente. De repente, parceiros viraram adversários; amigos tinham de disfarçar seu relacionamento; antigos correligionários se transformaram em inimigos ferozes. Se, por um lado, essa polarização carregava o mérito de servir à democracia, por outro, obrigava a comunidade que gravitava em torno da política a admitir a tragédia de que um lado ficaria privado das benesses do poder sempre que o outro assumisse (VIEIRA, 2006, p.69).

Isso acontece, principalmente, por termos na Paraíba a política como “principal atividade econômica e, disparadamente, a maior fonte de empregos” (VIEIRA, 2006, p.23). Quando um grupo está no poder, então, seus aliados e simpatizantes ganham espaço nos gabinetes e escritórios públicos do Estado, de forma que é muito comum defender um candidato a um cargo político tendo em vista um emprego após sua vitória nas urnas.

Com a polarização da política paraibana, nessa época, não foi diferente. Acirrada, a disputa entre Cássio Cunha Lima e o apadrinhado de José Maranhão, Roberto Paulino, foi resolvida no segundo turno. Os números apertados¹⁸ (51,4% dos votos para Cunha Lima e 48,6% para Paulino) também refletiam a polarização das ruas, dos eleitores que defendiam ferozmente seus candidatos e construíam um cenário de intensa rivalidade. Da mesma forma,

¹⁸ Pode-se ver os números do primeiro e segundo turnos das eleições estaduais de 2002 no link: <http://eleicoes.uol.com.br/2002/resultados/pb_resultado.jhtm>

os números tão próximos também mostravam que essa polarização era bastante equilibrada e que, apesar da força da política dos Cunha Lima, sua dominação era questionável.

Um novo embate entre os dois polos políticos ocorreu em 2006, quando, dessa vez, Cássio Cunha Lima enfrentou Maranhão diretamente pelo cargo de governador da Paraíba e saiu vencedor. Seu governo, no entanto, não durou por muito tempo. Em 2009, o filho de Ronaldo Cunha Lima teve seu mandato cassado e teve que deixar o cargo para o vice-colocado na disputa eleitoral. Foi nesse momento, então, que Maranhão retornou ao poder.

E é ao final deste mandato “pela metade” de Maranhão que a disputa que analisamos se localiza. A próxima corrida eleitoral para o governo do Estado, ocorrida em 2010 e foco desta dissertação, foi protagonizada por Maranhão e Ricardo Coutinho e foi, em certo modo, a continuação da disputa de poder que começou ainda na década de 1990. Apesar de afastado do governo, Cássio Cunha Lima não se ausentou da disputa, candidatou-se ao Senado e ainda militou em favor de Ricardo Coutinho, o que foi motivo para troca de farpas ainda mais intensas do que de costume.

Era, mais uma vez, a hora da família Cunha Lima colocar à prova seu poder político na Paraíba. Apoiando Coutinho contra Maranhão, Cássio poderia emergir como o grande vitorioso, já que mostraria que continua forte perante o eleitorado, mesmo depois de um escândalo político. E, muito por isso, como veremos adiante, sua campanha para o Senado Federal e seu apoio a Ricardo Coutinho eram sempre acompanhados de um discurso sobre a injustiça de sua condenação.

Do lado de Maranhão, o tom que marcaria sua campanha – além dos ataques diretos à honra e à honestidade de seu rival e, conseqüentemente, de seu novo apadrinhado – era o pedido de uma chance para ter um novo mandato, dessa vez um completo. Por ter assumido quase ao final do mandato que seria de Cássio, sua justificativa mais usada na campanha para camuflar falhas na administração era a de que não teve tempo hábil.

Outro aspecto interessante de ser apontado é a inversão da troca de acusações em torno do coronelismo. Em 2002, quando a disputa era entre o apadrinhado de Maranhão, José Paulino, e Cássio Cunha Lima, a campanha do peemedebista fez duras críticas relacionadas ao poder que a família Cunha Lima detinha no meio político paraibano, com intensas referências aos fantasmas do atraso político. A tática da campanha de Paulino, então, de acordo com Vieira (2006), era fazer com que essas referências à família Cunha Lima fizessem sentido. De acordo com o autor:

A “marca” Cunha Lima deveria remeter a características notoriamente nocivas ao desenvolvimento e à evolução cultural do povo paraibano: o coronelismo, a indústria da seca, os currais eleitorais, o voto de cabresto, os matadores de aluguel, os confrontos sanguinários entre famílias, a corrupção e a chantagem eleitoreira, entre outros conceitos que envergonham os paraibanos (VIEIRA, 2006, p.19).

Em oposição a esses estigmas, colocou-se o lado maranhista como uma solução para essas mazelas do passado, com uma abordagem relacionada “à retidão e à austeridade na administração do dinheiro público e à realização de obras fundamentais, historicamente postergadas” (VIEIRA, 2006, p.20). Era uma forma de atrelar a força do núcleo Cunha Lima a tudo que é nocivo na política e o núcleo maranhista ao pensamento progressista e desvinculado de qualquer prática de subserviência política.

Ironicamente, no entanto, na eleição seguinte, em 2010, o cenário se inverteu. O apadrinhado de Cássio Cunha Lima, Ricardo Coutinho, agora batia de frente com o próprio Maranhão. E era justamente para Maranhão que Coutinho remetia as mesmas críticas que anos atrás eram remetidas ao seu principal apoiador. Como veremos com mais detalhes na análise das matérias, na próxima seção, Maranhão foi frequentemente acusado de pertencer ao atraso da política dos coronéis. Em resumo, a eleição de 2010 trouxe novos e velhos personagens, rearranjos de antigos debates e o aprofundamento da polarização da política paraibana. E é neste contexto que nossa análise acontece.

4.2 A POLÍTICA INSCRITA NOS PERIÓDICOS PARAIBANOS

4.2.1 A liberdade *versus* a moralidade

A exploração que empreendemos começa em julho de 2010. A decisão por iniciar a análise nesse mês foi influenciada inteiramente pelos debates políticos. Por nosso foco ser a construção da noção de política na época eleitoral, buscamos o pontapé inicial dessas discussões que formam o período de eleições. Julho, portanto, casa bem com a nossa intenção. É o mês em que as chapas dos dois candidatos foram lançadas, o mês também em que muito se discutiu sobre a candidatura de Cássio Cunha Lima, candidato ao Senado Federal e principal aliado de Ricardo Coutinho.

À época, a candidatura de Cássio Cunha Lima estava convivendo com a possibilidade de ser impugnada, por causa de seu anterior problema com a justiça¹⁹ que esbarrava com a recém aprovada Lei da Ficha Limpa²⁰. Foi nesse clima, então, que as disputas eleitorais começaram naquele ano. Esse impasse em relação à candidatura de Cunha Lima fez com que os primeiros embates entre Ricardo Coutinho e José Maranhão acontecessem em torno da impugnação ou não.

Muito se discutia em relação a isso por um motivo simples: o apoio de Cássio Cunha Lima era tido como crucial para a vitória nas urnas. Como vimos na seção 4.1, o poder e o carisma da família Cunha Lima no Estado carregavam um peso relevante na política paraibana. A cidade de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral da Paraíba e berço político dos Cunha Lima, colocava-se como historicamente comprometida com as alianças feitas por seus ilustres políticos. Por isso, seu apoio era requisitado por Ricardo Coutinho e sua sobrevivência na corrida eleitoral era posta em cheque por José Maranhão.

Os desdobramentos dessa questão podem ser vistos na edição de 17 de julho no Jornal da Paraíba, quando os candidatos se posicionam a respeito de um ato organizado pela coligação de Ricardo Coutinho, chamado “Deixe o povo votar”. O ato consistia em protestos contra a impugnação da candidatura de Cássio Cunha Lima ao Senado, enaltecendo a vontade de se manifestar de forma livre na política que o cidadão deve ter. A primeira matéria, então, traz o posicionamento de Ricardo Coutinho ao afirmar:

Para o candidato ao Governo do Estado, Ricardo Coutinho (PSB), o movimento é apartidário e tem o objetivo de conclamar a população da Paraíba a dizer que não aceita a perseguição, a mordaca e a política que tenta impedir o povo de se manifestar livremente. “É esse tipo de postura que tem que acabar na Paraíba. O povo não aguenta mais esse tipo de política atrasada, retrógrada, que persegue as pessoas pelo simples fato delas pensarem diferente”, comentou Ricardo (DA REDAÇÃO, 2010, p.4).

¹⁹ Sobre a cassação de Cássio Cunha Lima: “Em 17 de fevereiro de 2009, Cunha Lima perdeu o mandato por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). [...] Como pena, ele perdeu o mandato e os direitos políticos por três anos. De acordo com a legislação anterior, a contagem de tempo começa a partir do momento da cassação, já que, na visão dos ministros, o programa assistencial foi usado para benefício próprio durante o mandato. Isso já garantiria a inelegibilidade dele até 2012. Com a Lei da Ficha Limpa, esse período aumentou, podendo chegar até 2017”. Mais informações: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/contestada-candidatura-de-cassio-cunha-lima/>>.

²⁰ Sancionada em junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa foi responsável por um dos grandes impasses desse início de disputa eleitoral. Durante alguns meses ficou-se em dúvida sobre quando a Lei passaria a vigorar, se nas eleições daquele ano ou nas próximas eleições, as municipais de 2012. “Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a lei não poderia ser adotada para as eleições gerais de 2010, porque isso desrespeitaria o artigo 16 da Constituição”. Mais informações: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>>.

Percebemos, nessa primeira fala de Ricardo Coutinho, algumas questões que vão se manifestar frequentemente em seus pronunciamentos. A primeira delas é a referência à falta de liberdade que permeia a política paraibana, praticada até então. Essa falta de liberdade, veremos, será tratada de duas formas distintas, mas complementares: primeiro como a falta de liberdade para os cidadãos, que têm seus direitos políticos reduzidos por estarem atrelados a um sistema de atraso; segundo como a falta de liberdade da política em si, que não tem terreno propício para se desenvolver, pois se encontra presa às práticas do passado.

Dessas duas faltas de liberdade resultam as referências ao coronelismo, ou seja, são críticas à forma como os políticos lidam com o poder que lhes é dado e, conseqüentemente, referências aos rumos da política de forma geral. Isso posto, podemos observar que as referências feitas pelo candidato Ricardo Coutinho, nessa primeira fala, remetem de forma mais explícita ao coronelismo, com alusões ao voto de cabresto, como ao falar em “política que tenta impedir o povo de se manifestar livremente” também vai ser usada constantemente para atacar seu oponente.

Ainda na matéria publicada no dia 17 de julho, de acordo com o periódico, o objetivo do ato era “defender a soberania do voto popular” (DA REDAÇÃO, 2010, p.4), vista como ameaçada por causa da tentativa de embargo, por parte do candidato opositor, José Maranhão, às candidaturas de Coutinho e Cunha Lima.

É nesse contexto que uma fala de Ricardo Coutinho é usada para justificar a organização do ato. O candidato do PSB afirma: “é esse tipo de postura que tem que acabar na Paraíba. O povo não aguenta mais esse tipo de política atrasada, retrógrada, que persegue as pessoas pelo simples fato delas pensarem diferente” (DA REDAÇÃO, 2010, p.4). Essa colocação, compreendemos, também faz uma referência à ideia que o senso comum difunde sobre o coronelismo. Essa perseguição ao “pensar diferente” a que Coutinho se refere às rédeas curtas que adesões políticas eram tratadas pelos coronéis; não se apoiava nem votava em candidatos que não fossem os indicados por eles.

Esse tipo de alusão foi feita frequentemente por Ricardo Coutinho na época analisada. Dessa forma, podemos perceber que, para ele, as referências ao sistema coronelista cabiam perfeitamente para caracterizar a abordagem política de seu principal oponente nas urnas, José Maranhão. No entanto, essa foi uma tática particularmente interessante, já que o próprio Ricardo Coutinho enfrentou duras críticas à época das eleições por causa de sua aliança com Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo Cunha Lima e representante de uma tradição de política familiar também recorrentemente associada ao coronelismo na região.

As referências seguem e podem ser vistas também na edição do dia 29 de setembro do Jornal da Paraíba, em uma matéria sobre o debate realizado oito dias antes da TV do grupo, intitulada “Sob críticas de Nelson, Ricardo faz ataque à ‘gestão do chicote’ na PB”. A matéria traz mais alguns trechos do debate em que os candidatos Ricardo Coutinho e Nelson Júnior criticam Maranhão.

Mas, dessa vez, as críticas destacadas foram em relação a sua administração e seu comportamento na política local. O principal destaque feito pelo seu principal opositor, Coutinho, foi, mais uma vez, em relação aos resquícios do coronelismo que eram identificados nas ações de Maranhão. De acordo com Coutinho:

“A Paraíba precisa olhar para frente, porque não pode continuar na lógica da República Velha em que se governava com uma caneta numa mão e um chicote na outra. O Estado não pertence a Maranhão nem a nenhum de nós que venha a governá-lo. Pertence ao povo”, atacou Ricardo Coutinho, ao condenar a atual administração estadual por, segundo ele, perseguir prefeitos que apoiam o candidato da oposição (GAIÃO; LINS, 2010, p.4).

A referência ao coronelismo, feita através da frase “(a Paraíba) não pode continuar na lógica da República Velha em que se governava com uma caneta numa mão um chicote na outra”, pode ser vista como mais uma maneira de construir em torno de Maranhão uma imagem de atraso e de práticas extremamente nocivas à política local. O esclarecimento do jornal em relação à fala de Coutinho também reforça a construção dessa imagem. A política, para Maranhão, de acordo com esses discursos, é um exercício que apenas depende de sua vontade. Faz-se o que se quer – não o que precisa, em nome dos cidadãos – não é preciso se preocupar com represálias, pois centraliza-se todo o poder de decisão.

Como dissemos anteriormente, essa estratégia foi amplamente utilizada por Ricardo Coutinho para colocar seu adversário atrelado a noções negativas. Pode-se afirmar que, nesse sentido, a estratégia de Coutinho é tão repetida ao longo da campanha porque a alusão ao coronelismo e suas mazelas é algo que está presente de forma vívida no imaginário político paraibano. Reconhece-se as referências ao coronelismo e reconhece-se também que se trata de uma prática atrasada e corrupta. No entanto, a grande questão é que esses reconhecimentos não garantem que os indivíduos de fato associem a política maranhista como coronelista, apenas porque Ricardo Coutinho está sugerindo que o é.

De toda forma, essa crítica à falta de liberdade e a referência ao coronelismo também é vista no Correio da Paraíba. Nos discursos veiculados pelo periódico os contornos da falta de liberdade acompanham as críticas à maneira como a política empreendida por José Maranhão

é executada. É o que pode ser visto na matéria que marca o início da análise no jornal citado. Com o emblemático título de “Oposição propõe ‘um grande salto’”, a matéria trata da homologação da candidatura de Ricardo Coutinho para o cargo de governador do Estado. Nela, afirma-se:

Um salto na forma de administrar a Paraíba e na forma de desenvolvê-la. Esse foi o tom do discurso de Ricardo Coutinho (...) “Vamos dar um grande salto na forma de administrar esse Estado e na forma de desenvolvê-lo, aposentando a forma arcaica de fazer política. Uma política ultrapassada, que só sabe agir como se estivesse olhando pelo retrovisor. Esse é o grande salto que a Paraíba precisa”, disse Ricardo (GUEDES, 2010a, p.A3).

A ideia de política ultrapassada, como tratamos anteriormente, está vinculada às antigas práticas políticas dos coronéis. Os mandos e desmandos, o cerceamento da liberdade de escolha política, o uso da força para garantir suas vontades: todas essas práticas remetem ao domínio dos coronéis e estão implícitas nas afirmações de Coutinho. Em uma outra matéria do Correio da Paraíba, intitulada “Ricardo defende novo ciclo político” e veiculada no dia 27 de agosto, Coutinho afirma que a Paraíba encontra-se estagnada por causa de antigos vícios políticos, alimentados pelas práticas políticas de seu adversário. “Numa alusão ao esquema do governador José Maranhão (PMDB), seu concorrente e líder nas pesquisas, Ricardo declarou: o ciclo político que aí está, está acabando, inclusive do ponto de vista orgânico” (DOS SANTOS, 2010, p.A4).

Essas referências à falta de liberdade, que está atrelada ao coronelismo, remetem-nos às ideias de Hannah Arendt sobre a política. Para Arendt, a completa liberdade, a que seria a chave para compreender a ação política, repousaria no respeito à pluralidade dos indivíduos. Sua concepção de liberdade está intimamente relacionada à ideia de vontade (TORRES, 2007), o que significa que, para que haja liberdade, é preciso que o respeito à diversidade de vontades dos indivíduos dentro de uma sociedade seja preservado. A vontade de seguir uma determinada crença, de preservar certos valores e não outros, a vontade de ser quem se quer ser: essa é a liberdade que a ação política arendtiana evoca.

É a liberdade como ação política, que garante a legitimidade da oposição de ideias, preparando os cidadãos para o respeito à pluralidade, perspectiva que acompanha a noção de Arendt. Ao levantar as bandeiras libertárias de Arendt, então, Ricardo Coutinho faz o duplo discurso de mostrar o problema e oferecer a solução. Ao referir-se à política paraibana como deficitária em liberdade e envolta por práticas antiquadas do sistema coronelista, Coutinho se coloca não apenas como crítico dessas práticas, mas como aquele capaz de libertar a todos.

Por outro lado, para defender-se das acusações de que levava a política paraibana como um coronel, tolhendo as liberdades individuais, José Maranhão recorreu às virtudes morais enaltecidas por Aristóteles como sendo prerrogativas de um homem político. Ao fazer isso, Maranhão não apenas se colocou como um político íntegro, um homem que age de acordo com a moral porque sabe que é o correto exigido pelo seu papel, mas fez pressupor que só estariam agindo da mesma forma aqueles que discordassem do posicionamento defendido por Ricardo Coutinho e Cássio Cunha Lima.

No Jornal da Paraíba, essa referência apareceu cinco dias depois da matéria veiculada sobre o ato “Deixe o povo votar”. Na ocasião, Maranhão se manifestou sobre o ato encabeçado por Coutinho e Cunha Lima, dando uma nova perspectiva para esse posicionamento. Nesse sentido, na matéria intitulada “Maranhão: duro ataque ao ‘Deixe o povo votar’”, de 23 de julho, lê-se o seguinte:

O governador José Maranhão, da Coligação Paraíba Unida, declarou ontem, durante inauguração do Comitê Central de campanha, que defende o voto livre e independente, mas também o comprometido com a moralidade e a honestidade na vida pública. “A Paraíba precisa votar nos fichas limpas porque essa foi a opção dos brasileiros e dos paraibanos” (GAIÃO, 2010a, p.2).

Seguindo nesta linha de raciocínio que prioriza as virtudes morais, no mês seguinte, o Jornal da Paraíba trouxe outra matéria com a defesa de José Maranhão da Lei Ficha Limpa. Essa defesa, portanto, pode ser enxergada como um ataque a Coutinho, já que ele estava enaltecendo o apoio vindo de Cássio Cunha Lima à sua campanha. De acordo com a matéria, o candidato à reeleição afirmou:

“Nós estamos observando a legislação vigente. Evidente que qualquer endurecimento, desde que não seja um exagero, é bem-vindo. Porque nós também aprovamos esse movimento que tomou conta da Justiça Eleitoral, do Congresso Nacional, que aliás, saiu na frente com a Lei da Ficha Limpa. É bom que isso, aqui, na Paraíba, também possa ser aplicado, de maneira que a vida pública esteja cada vez mais respeitada pela integridade moral, política e ética dos seus integrantes”, disse José Maranhão (LINS, 2010a, p.2).

Nesta fala acima, Maranhão destaca que a vida pública, como a que o político se submete, deve ser amparada na integridade moral, política e ética. Dessa forma, pode-se concluir que um político sob a mira da Lei da Ficha Limpa não está contemplando todas essas virtudes – e também não estaria quem se deixa apoiar por um político “ficha suja”, como era o caso de Coutinho. Essa visão apresentada por Maranhão tende a aludir à noção aristotélica de

que a virtude e a honra são bens importantes para se atingir a felicidade, o objetivo principal da atividade política. Mas, a que virtude e honra Aristóteles estava se referindo?

Para o filósofo grego, as virtudes podem ser de duas espécies, intelectual e moral. Aristóteles (2004), assim, quer dizer que a primeira virtude é desenvolvida através de estudos, do ensino, necessitando de experiência e também de tempo para ser alcançada. Por outro lado, a outra virtude, a moral, é adquirida através do hábito. Isso significa dizer que a virtude moral não nos é dada por natureza, ela é apreendida pelo próprio uso, por seguirmos exemplos e internalizarmos suas proposições. Um político, então, tendo desenvolvido virtudes morais, é capaz de passá-las adiante para os cidadãos que o acompanham, através de suas ações honradas e de seu comportamento exemplar.

É nesse sentido que Maranhão recruta seus eleitores. Primeiro, o candidato expõe que determinado comportamento – o de ser “ficha suja” – é condenável. Segundo, mostra que igualmente condenável é agir de forma conivente com um “ficha suja”, dando-o apoio e aceitando seu apoio. Da mesma forma, Maranhão dá o exemplo que deve ser seguido: não compactuar com esse apoio. É a virtude moral do político desempenhando seu papel de ser construída nos outros, a partir de exemplos.

4.2.2 O debate de ideias *versus* a disputa pessoal

No dia 3 de agosto, no Jornal da Paraíba, foram veiculadas matérias com comentários dos candidatos sobre os resultados da primeira pesquisa de intenção de votos, divulgados dias antes, em 31 de julho. De acordo com o Ibope, naquele momento, José Maranhão estava com 48%, enquanto Ricardo Coutinho tinha 32%. Uma distância razoável, que foi recebida com felicidade por um lado e com desconfiança pelo outro.

O primeiro comentário foi dado por Maranhão, que, segundo a matéria estava feliz com os números, mas queria evitar o esmorecimento da militância, que poderia ser incentivado pelo sentimento de “já ganhou”. Usando um termo muito popular para se referir a essa situação, “evitar o salto alto”, o candidato à reeleição afirmou que “sabia que só se tem a vitória depois da apuração, depois de contado o último voto” (GAIÃO, 2010b, p.2).

De outro lado, temos as declarações de Ricardo Coutinho, que se colocou bastante desconfiado dos números apresentados pela pesquisa, tendo em vista toda a boa recepção que estava recebendo nas ruas, em suas campanhas junto ao povo. Ele também ressaltou que a disputa estava ainda em fase inicial, o que não daria tanta força aos números divulgados.

Além disso, Coutinho enfatizou o debate de ideias como sendo central para o exercício da política. De acordo com a matéria:

Ele [Ricardo] lembrou que a campanha está começando para valer nesse momento e o caminho é longo. “Política para mim é uma comparação de posturas e ideias e realizações. Isso cria nas pessoas a lógica de, ao comparar o que se fez até então, dá a ela exata noção da capacidade de cada um de fazer adiante. Estou satisfeito com isso”, concluiu Coutinho, que fez caminhadas no final de semana em João Pessoa e Campina Grande, onde também realizou o primeiro comício de campanha (GAIÃOc, 2010, p.2).

Pode-se, então, pensar que a política como “uma comparação de posturas e ideias e realizações”, como aponta Coutinho, está localizada na concepção de Aristóteles. Nesse sentido, temos o destaque que Aristóteles impunha ao homem político, o que busca o que é bom para a sua sociedade. Era com o intuito dessa busca que se discutia bastante, se dialogava em busca do bem comum com o cidadão de igual papel. A Ágora figurava, então, como o local que tinha um papel central na política, afinal, era na praça pública que se abria a possibilidade de diálogo entre os cidadãos.

Discutir os rumos da *pólis* era possível, sem que um interlocutor específico se colocasse entre as demandas. No entanto, tinha um detalhe importante para que o diálogo fosse possível, é que, como foi dito, só poderiam participar dos debates os cidadãos, o que significa dizer que a troca de ideias acontecia entre aqueles que eram homens livres. Os genuínos cidadãos gregos. Era o que podemos caracterizar como a igualdade entre iguais (TORRES, 2007), e não a suposição de que todos são iguais de fato.

Por isso, é possível enxergar esse traço de pensamento na fala de Ricardo Coutinho sobre o debate de ideias. A política aristotélica que prevê as longas discussões em busca do bem comum, entre os cidadãos envoltos no manto da liberdade da Antiga Grécia e esse enaltecimento do debate de ideias também está presente nos discursos de Coutinho veiculados pelo Correio da Paraíba. Na matéria oportunamente intitulada “Discussão de ideias para uma nova PB”, o periódico traz as opiniões de Ricardo Coutinho sobre o desempenho negativamente inesperado do candidato adversário no primeiro turno. Sobre o assunto, Coutinho afirma que o despreparado de Maranhão para discutir ideias e mostrar propostas foi um de seus grandes problemas na campanha. Nesse sentido, o jornal destaca:

Segundo Ricardo, que para este segundo turno quer mobilizar ainda mais a militância e os apoiadores para sua candidatura, o que derrotou o candidato adversário, o governador José Maranhão (PMDB) – que disputa a reeleição – foram as ideias. “Tenho a consciência, de campo das ideias e de programas para o Estado

estou bem à frente do outro candidato, em situação muito superior. Porque o candidato adversário e vai continuar sendo derrotado no debate programático, por não ter o que dizer aos paraibanos”, declarou o candidato socialista (GUEDES, 2010b, p.A4).

Embora o candidato José Maranhão não tenha feito qualquer menção direta sobre esses eventos anteriores, ele se manifestou a respeito de sua ausência nos debates de 2010, enaltecendo o caráter de ataque pessoal que os debates podem assumir e as frequentes trocas de farpas sem qualquer intenção de realmente debater ideias e propostas. Em uma matéria do dia 10 de setembro, intitulada “Governador vê circo armado em debates”, o Jornal da Paraíba apresenta as críticas de Maranhão à lógica dos debates, tão defendida por Coutinho.

De acordo com a matéria:

Segundo José Maranhão, o seu debate “é com o povo e com a sociedade”, portanto ele não pretende participar do que classificou como um “circo armado”, a pretexto de discutir propostas de governo. “Ofensas pessoais em tom nervoso não é a minha praia”, alertou o governador. (...) “Acredito que os paraibanos não estão vislumbrando nesses debates qualquer solução para os problemas do Estado. A sociedade quer medidas concretas, que resolvam os problemas do povo e soluções adequadas para os problemas nacionais”, ressaltou (GAIÃO, 2010d, p.3).

Pode-se perceber, na ocasião, a tentativa de Maranhão de desconstruir a lógica de Coutinho, de que a política necessariamente tem que ser discutida nas “Ágoras modernas”, representadas pelos meios de comunicação. O candidato peemedebista coloca em cheque, então, qual a qualidade dos debates promovidos pelos meios, tendo em vista a espetacularização da política e, em grande medida, a personalização dos debates.

Ao afirmar “ofensas pessoais em tom nervoso não é a minha praia”, Maranhão coloca em evidência o outro lado dos debates enaltecidos por Coutinho: o esvaziamento da proposta dos debates em discutir e comparar propostas. É o foco no embate pessoal que ganha força, na disputa entre duas pessoas, mais do que na disputa entre propostas distintas.

4.2.2.1 A exaltação da moderna Ágora

Esse ponto apresenta também outra questão interessante, relacionada diretamente aos debates promovidos no período eleitoral. Como apresentado na discussão que trouxemos na seção 3.2, sobre o jornalismo como ator político, os meios de comunicação se colocam no

centro do processo eleitoral, autoproclamando-se o defensor da democracia. Essa colocação, no entanto, não parte apenas de uma pretensão dos meios de comunicação, mas os próprios políticos a reforçam.

Ao enaltecer a importância do debate de ideias, nesse momento, Coutinho dá início a um processo de fortalecimento da ideia dos meios de comunicação como a Ágora do nosso tempo. Essa ideia, em outras situações que vieram depois dessa, foi sendo aprofundada pelo candidato. É o que se mostra no dia 10 de setembro, no Jornal da Paraíba, quando Coutinho usa a ausência de Maranhão nos debates promovidos pelos meios de comunicação para atacá-lo. Em uma matéria intitulada “Maranhão tem medo de debater”, há a passagem:

O candidato a governador, Ricardo Coutinho (PSB), declarou que o governador José Maranhão dá mostras de que não sabe o que é o jogo democrático e não tem o que dizer à população paraibana. “A ausência do candidato do PMDB não é só nos debates, aos quais ele tem medo. Infelizmente, é também na saúde pública, na educação e na segunda, e a Paraíba segue sendo enganada. Assim ele acha que vai chegar no dia 3 de outubro”, declarou Ricardo, durante jantar de adesão realizado na noite de quarta-feira, no Paço dos Leões, em João Pessoa (GAIÃO, 2010e, p.3).

A partir daí, fica claro que Coutinho vai utilizar a prerrogativa de que na democracia o debate político de ideias distintas é garantido para acusar seu adversário de ir na contramão do processo democrático. Não sem propósito, essa acusação é feita outras vezes, como em 21 de setembro, quando Coutinho confirma sua presença no próximo debate a ser promovido por um dos meios de comunicação da Rede Paraíba de Comunicação e ainda critica a possibilidade de um candidato não comparecer ao evento.

“O debate é a melhor forma pra que os eleitores conheçam as propostas dos candidatos. No debate de ideias é possível também a forma de agir do candidato, como vai ser sua postura perante o mundo depois que for eleito”, avaliou Ricardo. [...] “Reforço minha postura de não fugir do debate. A participação dessas discussões é um dever do candidato. Deveria ser uma lei eleitoral, obrigar o postulante a participar para que as pessoas conheçam suas ideias e o que ele pretende fazer para melhorar o Estado”, disse (LINS, 2010b, p.2).

Oito dias depois, o Jornal da Paraíba trouxe uma matéria com um balanço do debate realizado. A ocasião teve o desfalque de José Maranhão que, de última hora, desistiu de participar do debate. A ausência do candidato foi duramente criticada pelos seus adversários e devidamente destacada na matéria do jornal. Em sua abertura, a matéria diz:

Candidato à reeleição, José Maranhão (PMDB), convidado há mais de três meses, decidiu não comparecer e construiu uma desculpa: “Não estou interessado no debate

pelas razões que já expliquei: participei de mais de 30 debates diretamente com a sociedade, com as entidades representativas dos vários segmentos sociais do Estado da Paraíba”, justificou (LINS; GAIÃO, 2010a, p.3).

Ao enfatizar que o compromisso estava selado com o candidato faltoso há três meses e que ele “construiu” uma desculpa para sua ausência, o jornal destaca não apenas o descaso com que debate foi tratado, mas também expõe a fragilidade da justificativa apresentada por Maranhão, como se ela não fosse o suficiente para cobrir tal falha.

Ainda na matéria, ressalta-se que os candidatos presentes puderam dirigir perguntas a Maranhão e se destaca as críticas que Ricardo e Néelson Júnior (PSOL) fizeram à sua ausência, sempre com alusões à importância da participação de todos para o bom funcionamento da democracia. Não participar de um debate, então, de acordo com essas questões apresentadas pelo jornal e pelos candidatos, é um golpe desferido contra a democracia, é também não reconhecer nos meios de comunicação uma ferramenta essencial para a engrenagem democrática. É o que mostra a declaração feita por Coutinho na ocasião:

Ricardo Coutinho disse que o debate é um confronto democrático de ideias que garante à população o direito de comparar as diversas visões e propostas dos candidatos. “Eu acho que nenhum candidato pode faltar a um debate desse, o último da campanha. Eu fui em todos, João Gonçalves (PSDB) veio em 2008, Roberto Paulino (PMDB) veio em 2002, enfim, todos vêm. Então se alguém falta é porque nutre um profundo desrespeito ao eleitor”, desabafou (LINS; GAIÃO, 2010, p.3).

Dessa forma, esse enaltecimento do papel que os meios de comunicação desempenham na política, colocando-a como a moderna Ágora, a exclusiva do debate político, também mostra de forma clara a noção política de Aristóteles, sendo colocada em evidência de acordo com as características do presente. Apesar das diversas outras alternativas que dispomos, atualmente, para que a conexão entre um candidato e seu pretenso eleitor seja plena, o ideal de colocar o debate e a discussão como primordial para a plenitude da democracia é bastante aristotélico.

Outra questão que é preciso deixar clara é que a ausência de Maranhão nos debates, em especial pelos promovidos pelos veículos da Rede Paraíba, não pode ser vista como uma simples renúncia à discussão de ideias. O candidato sofria ataques duros quando participava de eventos promovidos pela Rede e, comumente, queixava-se de tratamento diferenciado em relação a Cássio Cunha Lima ou, no caso de 2010, um candidato que recebia o apoio dele. Sobre este assunto, Câmara (2011), que analisou o último debate entre Maranhão e Cássio Cunha Lima, para governo do Estado em 2006, afirma:

Durante o debate, a figura de Cássio-Príncipe e José Maranhão-Salvador se equipararam em suas peculiaridades, porém, com a produção de sentido efetivada através da técnica no âmbito da produção do programa, seus arquétipos sofrem alguns ajustes. A presença de Cássio, prenunciada pelo esquema cromático da animação que o aponta como único candidato, engajado com a Nação e com a TV Cabo Branco, ao mesmo tempo em que ignora e relega o seu oponente ao esquecimento, foi exaltada pela iluminação, enquadramento e ângulo de câmera. Além disso, comparativamente, a estatura e a postura dominantes obtidas pelo ângulo diferenciado de câmera conferiram ao candidato Cássio aspectos visuais positivos, como altivez, coragem e superioridade. A oposição à sua figura só poderia ser obtida mediante o reposicionamento/ridicularização da marca José Maranhão-Salvador (CÂMARA, 2011, p.81).

Esse favorecimento também foi comentado em relação a outro evento da Rede Paraíba, anos antes, em 2002, quando a disputa era entre Cássio Cunha Lima e Roberto Paulino (apoiado por Maranhão). De acordo com Vieira (2006, p.200-201):

Nos bastidores, nossa equipe detectaria sintomas da transmissão que faziam suspeitar de favorecimento a Cássio Cunha Lima: posições de câmera, cortes e inclusive um enquadramento diferenciado de Cássio, de maneira a esconder suas mãos que, sempre trêmulas, haviam denunciado um certo nervosismo no debate anterior. (...) Era dramático. A Cabo Branco, aparentemente, trabalhava no limite da ética, precavida pela presença de um apresentador/intermediador enviado do Rio de Janeiro pela rede Globo, praxe nos debates regionais conduzidos por repetidoras.

Há, portanto, um histórico de tratamento diferenciado e Maranhão, aconselhado por sua equipe técnica, poderia estar tentando evitar mais um confronto desigual. Apesar disso, ao final do primeiro turno e, após a derrota nas urnas para Ricardo Coutinho, Maranhão anuncia uma mudança de estratégia, que incluiria exatamente rever suas ausências nos debates promovidos. De acordo com a matéria do Jornal da Paraíba, veiculada na edição seguinte aos resultados do primeiro turno:

O candidato à reeleição do PMDB admitiu, durante a entrevista concedida no comitê do PMDB, que neste segundo turno irá participar dos debates, deixando claro que já mudou de ideia em relação ao assunto. E, esse aspecto, deixa claro: não tem o menor problema em assumir uma nova posição. “Até porque quem tem ideia fixa é doido e quem tem espírito democrático tem o direito de mudar as suas opiniões, justificou o governador, que chegou a conceder entrevista para a TV Cabo Branco, no dia 28 último, quando se realizou o mais importante debate da eleição, e garantiu: “Não tenho interesse de participar desse debate, não”. (LINS; GAIÃO, 2010b, p.2)

O jornal Correio da Paraíba também traz ponderações de Maranhão sobre essa questão, porém em um tom bem mais ameno. Também na edição seguinte ao fim do primeiro turno, o Correio trouxe uma matéria intitulada “Não perdemos a guerra”, na traz a seguinte

ponderação: “Maranhão disse que, diferentemente do primeiro turno, vai enfrentar o adversário em qualquer debate promovido na Paraíba. ‘Sabemos que a luta dos próximos dias será decisiva. Nós não conseguimos vencer a batalha, mas não perdemos a guerra’, disse Maranhão” (DOS SANTOS, 2010b, p.2).

Já no final do segundo turno, no dia 24 de outubro, o Correio da Paraíba trouxe uma matéria sobre as intensas atividades dos dois candidatos, em que destacava também a presença de Maranhão nos debates. De acordo com o periódico, no segundo turno:

O diferencial é a presença dos dois em um maior número de debates, tanto em emissoras de rádio, quanto de televisão, com apresentação de suas propostas de Governo, as soluções para os problemas do Estado e para atender os principais anseios dos paraibanos. (...) O governador licenciado José Maranhão, além de confirmar presença em todos os debates promovidos neste 2º turno, vai pulverizar as atividades de campanha em visitas a vários municípios paraibanos (...) (RODRIGUES, 2010a, p.4).

Percebe-se, então, o tom mais ameno com que as ausências de Maranhão foram tratadas, sem apresentar qualquer consideração de Coutinho sobre essa questão ou sem usar os comentários irônicos e que evidenciam a recusa de Maranhão em participar de debates, como acontece no Jornal da Paraíba.

É possível perceber também que Maranhão passa a reconhecer os meios de comunicação como espaços de debates legítimos da política e também que a troca de ideias proporcionada por esses espaços faz realmente parte do processo eleitoral. Essa mudança fica clara em uma matéria do Correio da Paraíba, sobre um debate do segundo turno promovido pelo Sistema Correio e com a participação dos dois candidatos. Intitulada “Momentos acalorados entre os dois”, a matéria trata das impressões de ambos sobre o debate e seus benefícios. De acordo com o periódico:

Para o governador José Maranhão, o debate teve momentos acalorados, mas foi importante para os candidatos esclarecer suas ideias. “O debate é sempre uma oportunidade para a gente esclarecer as nossas ideias, para a gente definir o nosso projeto de governo”. Ele disse que os momentos acalorados fazem parte do debate. “A gente tem admitir que no geral o que interessa é que o debate traga esclarecimento para as nossas ideias. Nós temos no debate democrático com a sociedade uma boa oportunidade para que as nossas ideias sejam mais conhecidas”, afirmou o candidato do PMDB (GUEDES, 2010c, p.A2).

Dessa forma, vemos que, se antes, para ele, as “Ágoras modernas” não apresentavam valor no processo por darem mais espaço à disputa pessoal do que de fato ao diálogo de propostas e ideias, agora elas deveriam ser revistas e levadas em consideração. A

possibilidade de ampliar o diálogo, de esclarecer para os cidadãos os seus projetos e de construir o processo eleitoral da maneira mais democrática possível: todas essas questões fazem parte da incontestável centralidade do jornalismo nas eleições.

4.2.3 A busca pelo poder *versus* a busca pelo bem comum

Em outro momento, foi a vez dos pais dos candidatos ganharem destaque. Na edição do dia 8 de agosto do Jornal da Paraíba, data em que foi comemorado o Dia dos Pais daquele ano, lê-se uma matéria com o título “Filhos ilustres seguem os passos dos pais na política da Paraíba”, o que já nos apresenta o tema que vai ser tratado: a influência paterna nas trajetórias de cada um dos candidatos ao governo do Estado.

O que se mostra ao analisarmos o conteúdo das matérias, em um primeiro momento, é que estamos diante de duas realidades muito distintas: por um lado, temos Maranhão, cujo pai já tinha experiência na vida política e é tido como o grande influenciador do candidato para seu interesse pela política; por outro, temos o pai de Coutinho, de família humilde e que não tinha qualquer envolvimento com a política, sequer tendo visto o filho entrar na vida pública.

Essa diferença se mostra relevante porque, através dela, podemos indicar outra característica que se apresenta na inscrição da política pelos jornais paraibanos, que é a naturalidade com que a sucessão política é encarada e, de certa forma, até enaltecida. Segue trecho da matéria:

O governador José Maranhão (PMDB), que concorre à reeleição pela coligação “Paraíba Unida”, revela que seu pai, o ex-prefeito de Araruna Benjamin Gomes Maranhão (já falecido), influenciou totalmente seu ingresso e permanência na vida pública. Maranhão recorda que seu pai era um homem comprometido com as boas causas na política e na vida privada era reconhecido como um homem de bem, um coração extraordinário. “A sua vida toda foi dedicada ao povo. Às vezes, minha mãe e os filhos achavam que ele tinha pouco tempo para família. Ele se dedicava tanto à vida pública, à política, ao povo, que as pessoas reclamavam, mas todos reconheciam que meu pai estava seguindo os ditames de sua consciência, do seu coração”, lembra o governador (BARBOSA, 2010, p.5).

Em uma entrevista com Ricardo Coutinho, publicada no dia 22 de agosto, o Jornal da Paraíba questionou o candidato, dentre outras coisas, sobre suas motivações para tentar ser governador do Estado. A resposta de Coutinho traz considerações interessantes sobre a forma como ele enxerga a política paraibana e como pretende combater determinadas atitudes que considera nocivas à prática política no Estado. Segue, então, a resposta de Coutinho para a

pergunta “O que motivou o senhor a deixar a Prefeitura de João Pessoa para tentar ser eleito governador?”:

A percepção de que algumas coisas que busquei enfrentar no comando da Prefeitura de João Pessoa não poderiam ser resolvidas por um único município. As políticas públicas implantadas fizeram com que a capital avançasse. [...] O que está em jogo é um novo projeto amparado no campo democrático e popular que propõe um novo modelo de desenvolvimento ou a continuidade de um pensamento onde a única justificativa para disputar eleição é permanecer no poder (GAIÃO, 2010f, p.3).

Foquemos na segunda parte da resposta. Percebe-se, nessa comparação feita por Coutinho, entre os dois projetos em disputa nas eleições, uma forte crítica ao modelo que, de acordo com ele, vinha sendo implementado na política. Ao dizer “ou a continuidade de um pensamento onde a única justificativa para disputar eleição é permanecer no poder”, Coutinho se coloca contra a percepção de que a busca pelo poder, na política, é uma atitude honrosa. Ter como objetivo angariar poder através do exercício político, dessa forma, não é uma conduta que condiz com um bom político.

Essa conduta, no entanto, faz referência à concepção apresentada por Weber sobre a política. O poder como objetivo último é o ponto central da política weberiana e que, além disso, reconhece na força seu aliado legítimo. Por ter esse tom mais prático e realista, a noção weberiana é comumente associada com a ganância e a falta de ética. Por isso, verifica-se que a identificação com o conceito de política weberiano não é vista como algo positivo. Pelo contrário, a política weberiana é usada como parâmetro de comportamento que não se deve ter na vida política.

Ricardo Coutinho, então, ao se referir a Maranhão como um político que está apenas interessado em angariar poder, coloca a política weberiana nesse estágio de repúdio e dissociação com os verdadeiros comprometimentos que um político deveria ter. De acordo com a lógica apresentada por Coutinho, interessar-se tanto em acumular poder é colocar os interesses próprios acima dos interesses coletivos, é estar disposto a movimentar esforços em prol de uma causa que é sua – e não dos cidadãos em geral, que deveriam ser beneficiados pelos esforços de um político que pensa para além de suas próprias fronteiras.

Outra maneira utilizada por Coutinho para destacar a “sede de poder” de Maranhão como algo negativo para a política paraibana foi enaltecer sua proposta de “republicanizar” a Paraíba. Essa questão pode ser acompanhada no Jornal da Paraíba do dia 4 de outubro, edição que traz um balanço das estratégias dos candidatos para o segundo turno. De acordo com o periódico: “o candidato do PSB disse que, eleito governador, a primeira medida que tomará à

frente do Governo do Estado será republicanizar a Paraíba” (LINS; GAIÃO, 2010c, p.2). Essa menção à República não surge à toa.

A palavra república, de acordo com Lafer (1989, p.215), vem do latim *res publica*, significando, literalmente, “o bem público”, a coisa comum. Por ter sido a forma de governo que substituiu grande parte das monarquias, a república foi comumente colocada em contraposição à monarquia até o século XIX. Falar de uma pressupunha que a oposição feita pela outra existia e era legítima. Então, é ainda com esse intuito de fazer oposição que Ricardo Coutinho se refere a republicanizar a Paraíba. Colocando dessa maneira, o candidato faz referência a um governo de uma pessoa só, feito por Maranhão, em oposição a sua intenção de governar a coisa pública levando em consideração o diálogo com todos.

Da mesma forma, no Correio da Paraíba, as ideias republicanas de Coutinho ganharam espaço na matéria intitulada “Ricardo quer Paraíba ‘republicana’”, de 11 de setembro. De acordo com a matéria, Coutinho reforça seu discurso de que é preciso uma nova prática política na Paraíba, e se refere ao republicanismo como um caminho para tal mudança. Essa, de acordo com o candidato, também seria a via para evitar o acúmulo de poder também em termos temporais. É, então, nesse sentido que o periódico aponta:

Para o ex-prefeito da capital, não é possível que se tenha em vista apenas a disputa pelo poder enquanto os problemas do Estado vão se avolumando. Ricardo criticou o seu concorrente, o governador José Maranhão, que, segundo ele, quer se eternizar no poder, numa referência aos 10 anos de governo exercido pelo peemedebista (RODRIGUES; PEREIRA, 2010, p.A3).

Mas, enquanto Coutinho usa a política weberiana para atacar seu adversário, Maranhão contra-ataca com a concepção aristotélica de política. Essa estratégia pode ser acompanhada no jornal Correio da Paraíba, em uma matéria veiculada no dia 15 de setembro, intitulada “Maranhão prega a continuidade”. Na matéria vê-se que, além de recorrer às virtudes morais aristotélicas, José Maranhão também constrói sua noção de política em torno da busca do bem comum, entendido aqui como bens à disposição da população. De acordo com o periódico:

O governador José Maranhão (PMDB) criticou ontem o administrador público que abandona as obras iniciadas pelo adversário, numa alusão direta ao ex-governador Cássio Cunha Lima, que não deu continuidade a várias obras da sua gestão. “Eu sempre tenho dito que a descontinuidade administrativa é o câncer da nação e do nosso Estado”, disse Maranhão (...) “A obra pública não tem pai nem mãe. A obra pública pertence unicamente ao cidadão” (...) (GUEDES, 2010d, p.A3).

A resposta de Maranhão, dessa forma, mostra-se alinhada com a noção aristotélica de política até quando trata do espinhoso assunto de sua longa permanência no poder. Essa questão é possível ser visualizada em uma matéria veiculada no Jornal da Paraíba, no dia 24 de outubro, cujo título, “Se fosse possível, o meu próximo mandato bem que podia ser maior”, já chama atenção por ser exatamente o ponto de ataque de Coutinho.

Seu conteúdo, no entanto, aponta para uma reversão da lógica apresentada por Coutinho. Isso porque Maranhão utiliza a provável longevidade de seu governo como um fato justo, já que seu mandato anterior não foi completo. A matéria diz:

“Continuo aprendendo todo dia”, brinca, para falar seriamente em seguida sobre seu projeto político de conquistar o quarto mandato de governador. Com um olhar firme, confessa: não acharia nada injusto se lhe fosse possível, excepcionalmente, ter um próximo mandato maior. E explica: “Seria uma forma de compensa a metade de um eu me foi tirado por meu antecessor, antes de ser cassado” (LINS, 2010c, p.4).

Além disso, ao tratar do assunto de forma aberta e positiva, Maranhão desqualifica as investidas de Coutinho de que permanecer tanto tempo no poder é um sinal de oportunismo e “antirrepublicanismo”, para utilizar um termo que o candidato do PSB usou com frequência. Na lógica aristotélica apresentada por Maranhão, permanecer mais tempo no poder poderia trazer benefícios, pensando-se na política como uma atividade que tem como principal objetivo cuidar da cidade, almejando-se o bem comum. Afinal, com mais tempo, pode-se fazer mais obras, obter mais resultados.

4.2.4 Quadros de referências dos discursos sobre a política

Levando-se em consideração os discursos que os candidatos construíram para se defender de críticas e para atacar seus adversários, têm-se, então, as seguintes referências:

Política de defesa	
José Maranhão	Ricardo Coutinho

Apoiando-se nas ideias de Aristóteles, o candidato constrói sua defesa e a apresentação de seu projeto político na busca da felicidade, levando em consideração o bem comum, e no ideal aristotélico que associa a virtude moral ao exercício político. O candidato, porém, exime-se de enaltecer o diálogo para a manutenção da democracia, também reconhecido como característica da concepção aristotélica. Essa falta é bastante explorada por seu adversário.	A concepção política que o candidato utiliza tanto para se defender quanto para enaltecer seus propósitos é a arendtiana. A liberdade é o centro de sua política, que promete desvencilhar o povo de práticas retrógradas e cerceadoras. É possível também identificar questões essencialmente aristotélicas em seus discursos: a necessidade e a liberdade de debate e diálogo como alicerce do fazer político.
--	--

Quadro 1 – Política de defesa

Política de ataque	
José Maranhão	Ricardo Coutinho
Para o candidato, ataca-se utilizando um modelo de política ideal, no qual se espelha e propõe que seu oponente não faz o mesmo. Dessa forma, ao atacar seu adversário, o candidato recorre ao conceito de política aristotélico. A virtude do político repousa na moral e é preciso dar o exemplo para que possa ser seguido pelos cidadãos.	A lógica de ataque do candidato é utilizar um modelo de política como inapropriado e associá-lo ao seu oponente. Nesse sentido, o candidato, sempre que quer atacar o adversário, utiliza a concepção de política weberiana. Almejar o poder é visto como uma prática danosa, mesquinha e incompatível com o exercício político atual.

Quadro 2 – Política de ataque

Além dessas referências retiradas dos pensamentos de Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt, também é possível relacionar os discursos aqui analisamos com referências socioculturais. Nesse sentido, pode-se propor o seguinte quadro:

Elementos socioculturais presentes nas construções sobre a política paraibana	
José Maranhão	Ricardo Coutinho
Focado em desconstruir a política de seu adversário e, a partir daí, construir a sua, o candidato se apoia no combate ao personalismo. O candidato se apresenta como avesso à política como disputa pessoal, colocando-se acima dos ataques.	Frequente relação da política de seu adversário com o coronelismo. O candidato também constrói sua política a partir da desconstrução da de seu adversário: o coronel resiste e precisa ser combatido para que a real política paraibana se sobressaia.

Quadro 3 – Elementos socioculturais presentes nas construções sobre a política paraibana

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou discutir os sentidos que são construídos para a noção de política a partir da análise de jornais paraibanos. Tendo como pano de fundo as eleições estaduais de 2010 na Paraíba, a análise que empreendemos tinha como principal objetivo observar as múltiplas facetas que a política pode assumir e como essas facetas são construídas e transmitidas através das teias do cotidiano, ancoradas nos meios de comunicação.

Observamos, então, que os discursos sobre a política que permeiam os jornais paraibanos podem ser identificados com as ideias políticas difundidas no pensamento de Aristóteles, Max Weber e Hannah Arendt. Nesse sentido, o que nos foi revelado, através da análise dos discursos políticos inseridos nos jornais, é que a política é o jogo da construção e da desconstrução. Utilizando-se de diferentes noções do que é política, os candidatos das eleições aqui observadas usaram duas vias no empate político: construíram um discurso sobre política que os fortalecia e, ao mesmo tempo, construíram também um discurso para desconstruir o seu oponente.

Dessa forma, percebemos que os sentidos de política utilizados por José Maranhão giraram em torno do ideal político aristotélico, tanto para se autopromover quanto para atacar seu adversário nas eleições. Na política de Aristóteles, o homem político é aquele que compreende que a sua tarefa é prover o bem comum. A busca pela felicidade está no centro da política do filósofo grego exatamente porque pressupõe que o bem comum vai ser perseguido pelos cidadãos que se comprometem com a prática política. Nessa percepção também estão contidas as noções de virtudes morais, essenciais para um bom político, e a permanente busca pelo bom gerenciamento das cidades.

Fazendo referência a esses elementos, José Maranhão se coloca como o político que resguarda as virtudes morais, porque não é apoiado nem apoia candidatos com histórico de corrupção, como é o caso de seu opositor. Além disso, Maranhão também se coloca como aquele que tem como principal objetivo lutar em busca do bem comum, assinalando sempre que possível que as obras públicas não têm pai nem mãe, devem ser concluídas pelos administradores independente de quem a começou. Coloca-se acima das querelas políticas para alcançar um benefício em prol do coletivo. Ataque e defesa aristotélicos.

Por outro lado, Ricardo Coutinho recorre a um número maior de referências para construir seu ataque e sua defesa. Para o primeiro, Coutinho utiliza a noção de política contida em Max Weber, conhecida por ser essencialmente pragmática. É a política como meio de

angariar poder e sendo este o seu objetivo último. A prática política, para Weber, reconhece também o uso legítimo da força para sobreviver, não encontrando empecilhos morais ou físicos para que não seja concretizada.

Construída a partir dessas referências, a noção de política que Coutinho usa para atacar Maranhão é predominantemente weberiana. Ao impor ao seu adversário uma prática política de tamanha ferocidade, na visão do senso comum, Coutinho atribui-lhe a mesma sede de poder e não observância de limites preconizada por Weber. Auxiliando Ricardo Coutinho nessa construção, está a já consolidada imagem do coronel na política paraibana. O dono da política da República Velha, o que desconhece limites ao seu poder, o que impõe a sua preferência, se preciso, através da violência. A política weberiana, nesse cenário, surge para complementar uma visão que ainda é muito viva no cenário político da Paraíba.

Em contrapartida, para defender-se dos ataques de Maranhão de que andaria de mãos dadas com a corrupção, Coutinho recorre à noção de política de Hannah Arendt, que preconiza a liberdade como sendo o próprio sentido da política. Sendo ela mesma uma vítima da violência que a política pode proporcionar, Arendt não admite que a violência ou que qualquer outro tipo de cerceamento da liberdade seja praticado em nome da política. Nesse sentido, Coutinho usa todo o repertório arendtiano para garantir que suas ligações com outros políticos são legítimas e que as críticas destiladas por Maranhão podem ser encaradas como uma tentativa de se posicionar como o coronel, que manda aos seus subalternos as opções de voto.

Nesse sentido, com essas referências, os candidatos trabalham a construção da noção de política. Mas, como dito no início, não é uma noção uniforme e fechada. Os candidatos trabalham com a noção de política em seu sentido amplo, com diversas e diferentes referências, a fim de atingir objetivos distintos. O que se coloca, então, é o quanto a noção de política é maleável e o quanto, ainda hoje, reflete construções de outros tempos.

Assim, é possível perceber a força que certos conceitos exercem e a eficácia com que são reconstruídos e repassados, pelos diversos sistemas. As noções de política em Aristóteles, Weber e Arendt foram ressignificadas ao longo dos anos, reconstruídas pelo imaginário, amplificadas ou diminuídas, de acordo com o contexto, nas atividades cotidianas, inclusive pelo jornalismo. Passando por esse processo seguidas vezes, ganhando novos aspectos e conservando outros, essas noções de política hoje se juntaram neste trabalho. Da mesma forma, daqui a algum tempo, poderão ganhar outras roupagens e significações. Nem mais

certas, nem menos erradas, apenas seguindo o fluxo dos discursos nas interações humanas, em um ciclo contínuo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Zahar, 2002.
- AIRES, Janaíne. Política no ar e no sangue. **Observatório de Imprensa**. 26/03/2013. Ed. 739. Disponível em: <http://sender.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed739_politica_no_ar_e_no_sangue>. Acesso em: 8 ago. 2014.
- AIRES, Janaíne. **Programas sensacionalistas e relações de poder: a construção do perfil político de um “defensor do povo”**. 2014. 173f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Política Partidária e Política Midiática: Substituição ou Coexistência?. **Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura**, v. 3, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3446/2512>>. Acesso em: 9 mai 2014.
- _____. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, n. 04, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/414>>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: Ed. União, 1983.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN/VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. In: **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006. Disponível em: <200.144.189.42/ojs/index.php/revistaemquestao/article/view/3734/3522> . Acesso em: 13 jul. 2014.

BARROS, José D.'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Saeculum–Revista de História**, v. 12, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/11320/6434>> Acesso em: 20 jun. 2014.

BAZZANELLA, Sandro Luiz et al. O conceito de política em Hannah Arendt e sua concepção biopolítica em Foucault: manifestações no poder legislativo do município de Canoinhas/SC. **Revista Húmus**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1642/1303>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BERGER; Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, p.193-216, 2011b. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CÂMARA, Alexandre José Barbosa da. Manipulação na telepolítica paraibana: um estudo de caso sobre o último debate entre os candidatos ao Governo do Estado em 2006. Dissertação (Mestrado) – CCHLA/UFPA. 2011, 94f. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/28/TDE-2012-01-19T104417Z-1412/Publico/arquivototal.pdf>

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. **O legado institucional**, 1999. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf?sequence=#page=159>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mai 2014.

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynand. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

DURAND, Gilbert. *L'Imaginaire. Essai sur les sciences et la philosophie de l'image*. Paris: Hatier, 1994.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, Roseli. (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo. **Revista Famecos**, v. 1, n. 33, 2007. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/3264/3090>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A. A. C, BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (Eds.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999.

HALL, S. et Al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões teorias e estórias**. Vega: Lisboa, 1993. p. 224-448.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969.

JUNG, Carl. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 2. ed. Tradução de Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários. **São Paulo: Editora Página Aberta**, 1991. Disponível em: <<http://www.nacorrenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2012/02/jornalistas-e-revolucionarios-kucinski.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Venício A. de. **Mídia. Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 15, p.74-82, 2001. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/285/217>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 15-28, 2006. Disponível em: <

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32015-37611-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

McCHESNEY, R. **Rich media, poor democracy**: communication politics in dubious times. New York: The New Press, 1999.

McQuail, D. **Mass Communication theory**. London: SAGE Publications Ltd, 2002.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. Tese de doutorado. PUC-RS. Porto Alegre (RS). 2010. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3797/1/000427638-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em 20 set. 2014.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Conflitos e convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2002 e 2006**. João Pessoa: Sebo Cultural, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, v. 6, n. 55, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Zahar, 2003.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. A pólis democrática: a “solução grega” para a fragilidade da ação. **Hypnos. Revista do Centro de Estudos da Antiguidade**, nº 20, 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/hypnos/article/viewFile/4853/3431>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Wellington. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 32, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/1973/1789>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Marketing Político na Era Vargas: perfil e estratégias de Lourival Fontes, o “Goebbels” brasileiro. **Propaganda Política**, p. 79, 2008. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/E-books/001.pdf#page=79>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. O lugar da política na sociabilidade contemporânea. In: PRADO, José Luiz Aidar; SOVIL, Liv (Orgs.). **Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e idade média. In: FILHO, Clóvis de Barros. **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SANTO, Paula do Espírito.; FIGUEIRAS, Rita. “Comunicação eleitoral”. In: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; DO ESPÍRITO SANTO, Paula (Orgs.). **Conceitos de comunicação política**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010. p.77-89.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Harvard University Press, 1995.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.). **Jornalismo político. Teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p.109-140.

SILVEIRA, Denis Coitinho. **Os sentidos da justiça em Aristóteles**. EDIPUCRS, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOARES, Murilo Cesar. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. UNESP, 2009.

STOPPINO, Mario. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade da Brasília, 1998.

TEDESCO, João Carlos. Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Passo Fundo: UPF, 2003.

TIERNO, Patricio. **Aristóteles: a teoria política da constituição e a deliberação**. 2008. 305 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação-Revista de Filosofia**, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: GG MassMedia, 1983.

VIEIRA, Stalimir. **O moído de 2002**: bastidores da campanha eleitoral que rachou a Paraíba. São Paulo: Livro Livre, 2006.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja; PEREIRA, Marcos. O voto, a rua e o espetáculo (questões sobre comunicação e política). **Comunicação & Sociedade**, v. 28, n. 46, p. 11-32, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/3875/3389>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

WEBER, Max. **Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. Editora Cultrix, 2004.

WOLTON, Dominique. As contradições do espaço público mediatizado. In: **Revista de Comunicação e Linguagens**. Comunicação e política, nºs 21-22. Lisboa: Ed. Cosmos.

JORNAIS

BARBOSA, Josusmar. Filhos ilustres seguem os passos dos pais na política da Paraíba. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 8 ago. 2010, Política, p.5.

DA REDAÇÃO. Ricardo e Cássio organizam ato público. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 17 jul. 2010, Política, p.4.

DOS SANTOS, Adelson Barbosa. Ricardo defende novo ciclo político. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 27 ago. 2010a, Política, p.A4.

DOS SANTOS, Adelson Barbosa. Não perdemos a guerra. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 4 out. 2010b, Política, p.A2.

GAIÃO, Clóvis. Maranhão: duro ataque ao ‘Deixe o povo votar’. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 23 jul. 2010a, Política, p.2.

GAIÃO, Clóvis. Pesquisa Ibope causa reações conflitantes. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 3 ago. 2010b, Política, p.2.

GAIÃO, Clóvis. Ex-prefeito fala em sintonia com as ruas. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 3 ago. 2010c, Política, p.2.

GAIÃO, Clóvis. Governador vê circo armado em debates. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 10 set. 2010d, Política, p.3).

GAIÃO, Clóvis. Maranhão tem medo de debater. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 10 set. de 2010e, Política, p.3.

GAIÃO, Clóvis. Ricardo critica a Paraíba ‘virtual’ de Maranhão e diz não comprar apoios. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 22 ago. 2010f, Política, p.3.

GAIÃO, Clóvis; LINS, Aline. Sob críticas de Nélon, Ricardo faz ataque à ‘gestão do chicote’ na PB. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 29 set. 2010a, Política, p.4

GUEDES, Lenilson. Oposição propõe um grande salto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 1 jul. 2010a, Política, p.A3.

GUEDES, Lenilson. Discussão de ideias para uma nova PB. **Correio da Paraíba**, João 15 set. 2010b, Política, p.A4.

GUEDES, Lenilson. Momentos acalorados entre os dois. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 out. 2010c, Política, p.A2.

GUEDES, Lenilson. Maranhão prega a continuidade. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 set. 2010d, Política, p.A3.

LINS, Aline. Maranhão quer fichas limpas no governo. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 8 set. 2010a, Política, p.2.

LINS, Aline. Para ex-prefeito o desejo de mudança é visível. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 21 set. 2010b, Política, p.2.

LINS, Aline. “Se fosse possível, o meu próximo mandato bem que podia ser maior”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 24 out. 2010c, Política, p.4.

LINS, Aline; GAIÃO, Clóvis. Ricardo e Néelson polarizam debate e criticam a ausência de Maranhão. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 29 set. 2010a, Política, p.2.

LINS, Aline; GAIÃO, Clóvis. Candidato vai rever estratégias. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 4 out. 2010b, Política, p.2.

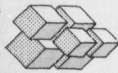
LINS, Aline; GAIÃO, Clóvis. Desafio é lançado ao governador. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 4 out. 2010c, Política, p.2.

RODRIGUES, Adriana; PEREIRA, Josival. Ricardo quer Paraíba “republicana”. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 11 set. 2010, Política, p.A3.

RODRIGUES, Adriana. Militância parte para o ‘vale-tudo’. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 out. 2010a, Política, p.A4.

ANEXOS

Anexo I – Relatório sobre os meios de comunicação da Paraíba. Documento elaborado pelo Governo Federal para orientar as ações do poder executivo para o setor de comunicações nos anos de 1991 e 1992. Disponível no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

CONFIDENCIAL			
		CAPA DE ACE	
AGÊNCIA B2R	N.º ACE/ANO 9496/92	TOTAL FLs. 008	SIGILO W
FLUXO DO PROCESSO		VALIDADE INICIAL 05 ANOS	
ENTRADA NA SE/SS PESQ. ARQ.	REMESSA AO CIn	ACE PROCESSADO	
30 / MAR / 92	03 / ABR / 92	15 / 04 / 92	
		FRAÇÃO RESPONSÁVEL 100	
ACESSO INICIAL			
B 2 R			
B 1 C			
DOCUMENTOS COMPONENTES			
N.º ORD.	TIPO/NÚMERO/ÓRGÃO/ANO		NRE/NRS/ANO
01	PSI/00122/100/B2R/92		0431/92
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS			

CONFIDENCIAL

01/07

EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A mídia impressa no Estado da PARAÍBA é composta, principalmente, dos seguintes veículos:

1. O NORTE, com sede na Av. D. Pedro II, 899, JOÃO PES - SOA uma das empresas pertencentes ao Condomínio Acionário dos Diários e Escritoras Associados, cuja administração é a seguinte:

a. Diretoria

- MARCONI GÓES DE ALBUQUERQUE
- TEÓCRITO LEAL
- PAULO ZILLI

b. Redação

- FRANCISCO ROBERTO
- SÉRGIO BOTELHO
- JOSÉ CARLOS DOS ANJOS
- GILBERTO LOPES

As notícias são fornecidas pelas agências ANDA, JB, UPI, ANSA, SPORT PRESS, REUTER, pela rede de correspondentes do interior do Estado e sucursais.

Tendo em vista algumas divergências com o Governo Estadual, a situação financeira atual do jornal não é boa. O Governo suspendeu todas as publicações do Estado, em O NORTE, influenciando inclusive pessoas amigas a assim procederem.

Seus principais colunistas, responsáveis por seções e jornalistas são os seguintes:

a. Colunistas e responsáveis por seções:

- JOÃO MANOEL DE CARVALHO
- RUBENS NÓBREGA
- ANCO MÁRCIO (Generalidades)

Z1: CAC

W/F51/00122/100/B2R/270392

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

02/07

- LUIZ AUGUSTO CRISPIM
 - FRANCISCO PEREIRA DA NÓBREGA
 - ANTONIO COSTA
 - MARIANO ESTIMA (Social)
 - RICARDO ANÍSIO (Artes)
 - ADAMASTOR CHAVES (Esportes)
 - SÉRGIO BOTELHO
 - WILLS LEAL (Turismo)
- Via de regra, o nome da coluna ou da seção é o mesmo de seus redatores.

c. Jornalistas

- BENEDITO MAIA
- VERÔNICA CORREIA LIMA
- LUCINDO QUINTÃES
- ELOISE ELANE
- JOSÉ ADAUTO RODRIGUES
- GERALDO SIABRA
- CECÍLIO BATISTA
- ARELARO JUREMA
- SINDULFO GUEDES SANTIAGO
- FRANCISCO NORONHA
- JOSÉ JUVÊNCIO DE A. FILHO
- ROMILDO DOMINGOS DE MELO
- JOÃO BATISTA B. DE BRITO

2. CORREIO DA PARAÍBA, cuja sede fica na Av. D. Pedro II, 623, JOÃO PESSOA (possui representação na cidade de PATOS, na Rua Presidente Epitácio Pessoa, 200, no RIO DE JANEIRO e em SÃO PAULO), propriedade da empresa JORNAL CORREIO DA PARAÍBA LTDA, pertencente ao grupo ROBERTO CAVALCANTI, empresário com indústrias em JOÃO PESSOA e em SÃO PAULO. Tinha como sócio o empresário PAULO BRANDÃO (falecido), cujas ações ficaram em poder da família.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

03/07

É administrado pelas seguintes pessoas:

a. Diretoria:

Diretor Presidente: ROBERTO CAVALCANTI RIBEIRO

Superintendente: ALEXANDRE JUBERT

Diretor de Marketing: GERALDO RABELLO

Gerente Financeiro: FORMOSINA DE FREITAS

Gerente Industrial: BENEDITO ALVES

b. Conselho Editorial:

- WALTER SANTOS (Editor Geral)

- AGNALDO ALMEIDA

- ANTÔNIO HILBERTO

- FERNANDO MOURA

- GONZAGA RODRIGUES

- LENA GUIMARÃES

- NONATO BANDEIRA

- RUBENS NÓBREGA

- WELLINGTON FARIAS

- JOÃO COSTA

- MARCELA SITÔNIO

- WERNECK BARRETO

Publica notícias oriundas da Agência Estado, France Press, Reuter e correspondentes.

Atravessa no momento uma de suas melhores fases financeiras, havendo recebido grandes empréstimos por parte do governo da PARAÍBA, possibilitando-lhe realizar uma ampliação de suas instalações e a aquisição de modernas máquinas impressoras.

Sua direção mantém um bom relacionamento na área política, que lhe facilita o atendimento de suas necessidades financeiras.

CONFIDENCIAL